

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
**CAMPUS SOROCABA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**Marco Antonio Pereira**

**E do silêncio fez-se a fala:**  
**Oralidade e trajetória de vida de mulheres negras da Cidade de Sorocaba**

Sorocaba/SP  
2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
**CAMPUS SOROCABA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**E do silêncio fez-se a fala:**  
Oralidade e trajetória de vida de mulheres negras da Cidade de Sorocaba

**Autor: Marco Antonio Pereira**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre Orientadora: Prof<sup>a</sup>Dr<sup>a</sup> Viviane Melo de Mendonça

**Sorocaba/SP**  
**2014**

Pereira, Marco Antonio.

E do silêncio fez-se a fala: oralidade e trajetória de vida de mulheres  
436e negras da Cidade de Sorocaba / Marco Antonio Pereira. -- 2014.

161 f. : 28 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, *Campus*  
Sorocaba, Sorocaba, 2014

Orientador: Viviane Melo de Mendonça

Banca examinadora: Salomão Jovino da Silva, Kelen Christina Leite

Bibliografia

1. Negras – Sorocaba(SP). 2. História oral – Sorocaba(SP). 3. Negros –  
identidade racial. I. Título. II. Universidade Federal de São Carlos.

CDD 305.48896081

**Marco Antonio Pereira**

**E do silêncio fez-se a fala:**  
Oralidade e trajetória de vida de mulheres negras da Cidade de Sorocaba

Dissertação de Mestrado aprovada pela Banca do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre, no dia 27 de fevereiro de 2014.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Viviane Melo de Mendonça

**BANCA EXAMINADORA**

Profa. Dra. Viviane Melo de Mendonça

Prof. Dr. Salomão Jovino da Silva

Profa. Dra. Kelen Christina Leite

À memória de todos os nossos ancestrais,  
que entregaram a vida a Iemanjá  
na travessia do Atlântico...

Dedico especialmente à minha mãe Maria de Lourdes,  
negra forte que, desde cedo,  
me ensinou que eu deveria fazer duas vezes  
o que os meus colegas brancos fizessem,  
para estar empatado com eles.

A terra é circular, o sol é um disco!  
Onde está a dialética?  
No mar Atlântico-mãe.  
Beatriz Nascimento

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a todos os professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos - Campus Sorocaba; sua imensa dedicação e compartilhamento de saberes foram-me de grande valia para a construção desse trabalho.

À Professora Doutora Viviane Melo de Mendonça, pela orientação e exemplo de dedicação e generosidade, em momento tão delicado quanto o da realização da pesquisa e produção da dissertação; agradeço-lhe, também, por abrir espaço para que se possa discutir, na Academia, temas tão caros em nossos dias quanto racismo e machismo.

Aos membros da banca, por terem aceitado o convite de dela participarem e pela dedicação à leitura do texto final, bem como pelas preciosas contribuições na qualificação, que procurei atender integralmente.

Especial agradecimento ao Professor Doutor Salomão Jovino da Silva que, além das sugestões, me disponibilizou parte de sua biblioteca, o que certamente enriqueceu a produção do trabalho.

À Professora Doutora Kelen Christina Leite, pela incomensurável contribuição para a busca de meu rigor acadêmico.

À Professora Doutora Isabel Nache, pelo encorajamento no momento da escolha do tema da pós-graduação e pela valiosa contribuição quando das discussões sobre a elaboração do projeto de pesquisa inicial.

Aos amigos do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Sexualidade e Política, sem os quais o entendimento sobre relações de gênero jamais seria o mesmo. Aos amigos do Grupo de estudos da disciplina “Educação para as relações étnico raciais”, pelas valiosas e profícuas discussões sobre a questão da negritude; especial agradecimento à Professora Doutora Rosana Batista Monteiro que, com seus saberes, veio enegrecer as pautas sobre a negritude na Universidade Federal de São Carlos –Campus Sorocaba.



A meu amigo Rodrigo, por me socorrer nas dificuldades enfrentadas na descoberta dos recursos do computador.

Ao Wanderlei, pelo apoio nos momentos de angústia durante a escrita.

A toda minha família que, de forma carinhosa, respeitou a minha ausência em suas vidas durante estes anos.

A meus pacientes de consultório, pelas inúmeras vezes em que precisei mudar dias e horários de atendimento.

Finalmente, às mulheres entrevistadas, Ondina, Ana Maria, Rosangela e Jaqueline, pela generosidade de me fazerem crescer enquanto homem negro, buscando compreender as peculiaridades das quais somos desconhecedores: ouvir suas histórias e seus silêncios fez-me mais humano.

## RESUMO

O objetivo desse trabalho foi analisar a trajetória de vida de mulheres negras na cidade de Sorocaba, a partir de suas condições de pertença racial e de gênero; responder à questão de saber o papel da militância na construção da consciência política dessas mulheres, e como esta militância pode ser entendida como uma potência educativa. A metodologia foi a de história oral e, nessa perspectiva, a análise é focada na subjetividade vivenciada pela narradora. As categorias de análise foram estabelecidas a partir da recorrência em suas falas. O nosso escopo não foi o de descobrir novos fatos históricos e sim a maneira como essas mulheres vivenciaram a sua história. Para análise, busquei aspectos que, de maneira geral, fossem recorrentes tanto nas falas das entrevistadas quanto nas formas de resistência adotadas pelos cativos, libertos e pelos negros na pós-abolição. Dentre as formas de resistência por elas adotadas, são recorrentes o associativismo, a estrutura familiar, o processo escolar e o Clube 28 de Setembro, como espaço de afirmação racial. Pude constatar que no processo de militância, todas puderam se fortalecer enquanto mulheres negras. Ao final, mais do que nunca, de meu lugar de homem falando sobre a vida de nossas entrevistadas, pude compreender o quanto temos a aprender com nossas Yalodes, mulheres detentoras da sabedoria.

Palavras Chave: Mulheres Negras; Enfrentamento ao Racismo; Movimentos Sociais Negros

## **ABSTRACT**

This work aimed at analyzing the life trajectory of black women in the city of Sorocaba from the perspective of their race and gender. It seeks to investigate the role of militancy in the development of their political conscience and how this militancy can be understood as an educational power. The methodology used was that of oral history and, in this context, the analysis is focused in the narrator's experienced subjectivity. Analysis categories were established from the recurrence observed in their speech. Our approach consists in establishing how these women experienced their own history rather than discovering new historical facts. In order to conduct the analysis, we gathered aspects that were recurrent both in the interviewees' speeches and in the forms of resistance adopted by the black people as captive, freedmen or in the post-abolition period. Among the forms of resistance adopted by these women, associations, familiar structure, scholar process and Clube 28 de Setembro as a place for racial assertion are recurrent. We were able to establish that they were all strengthened as black women by the militancy process. Finally, more than never, from my position as a man speaking about our interviewees' lives, I was able to understand how much we can learn from our Yorubas, our wise women.

**Key words:** Black Women; Racism Confrontation; Black Social Movements

INTRODUÇÃO .....	14
CAPÍTULO 1: NOSSOS PERCALÇOS E PERCURSOS.....	20
1.1 -História oral: a busca da subjetividade das narradoras .....	25
1.2 - Os fios da memória: tessitura composta de falas e silêncios .....	27
CAPÍTULO 2: PRESENÇA NEGRA E SUA REPRESENTAÇÃO NA HISTÓRIA... 35	
2.1- Negros e Indígenas em uma colônia em formação .....	37
2.2- Conjunturas econômicas e sociais: o aumento da presença negra em São Paulo .....	41
2.3 - Estratégias de resistência negra no cativo .....	44
2.4 - Formação de famílias negras escravizadas nas senzalas da região de Sorocaba .....	51
CAPÍTULO 3: MOVIMENTOS NEGROS: DO PÓS-ABOLIÇÃO À CONTEMPORANEIDADE .....	55
3.1- A Imprensa Negra no Brasil .....	61
3.2 - Frente Negra Brasileira- FNB.....	64
3.3 - Teatro Experimental do Negro – TEN.....	68
3.4- O surgimento do Novo Movimento Negro .....	71
3.5- O recorte de raça no feminismo e o surgimento do feminismo negro .....	75
CAPÍTULO 4: A FALA DAS MULHERES NEGRAS.....	83
4.1 -Ondina Seabra (92 anos).....	83
4.2 -Ana Maria Mendes (65 anos) .....	90
4.3 - Rosangela Cecilia Alves (50 anos).....	104
4.4 - Jaqueline Lima Santos(27 anos) .....	120
CAPÍTULO 5: E DA FALA SE CONTOU UMA NOVA HISTÓRIA .....	129
5.1 - A história e as estratégias de nossas narradoras: o inconformismo com o destino já traçado na vida e nos espaços educativos .....	132
5.2 - Sociedade Recreativa e Cultural 28 de Setembro: bastião de resistência negra .....	140
5.3- Jaqueline, Ondina, Rosangela e Ana Maria: seus passos vêm de muito longe .....	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	152

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	157
----------------------------------	-----

## INTRODUÇÃO

Realizar essa pesquisa de mestrado tem grande significação para mim. A questão racial esteve muito presente em minha vida e me lembro de, ainda em tenra idade,enfrentardúvidas relativas a isso. Sou filho de mãe negra e de pai branco. Dessa forma, durante a minha infância, transitei em espaços familiares que me propiciaram uma multiplicidade racial e de dúvidas acerca de minha identidade. Na realidade, vivi o dilema do mestiço, que tem a pele clara o bastante para não ser considerado negro e escura o que baste para não ser considerado branco. Aqui me refiro à tonalidade da pele. Não falo de categorias raciais dos pontos de vista biológico<sup>1</sup> ou antropológico<sup>2</sup>.

No ambiente familiar, minha mãe, mulher negra com pouca instrução escolar, mas com muita sabedoria, já encontrava boas saídas para minhas perguntas. Dizia que, em nossa sociedade,eu seria considerado negro, especialmente quando fizesse alguma coisa errada. Confesso que me foi difícil entender essa explicação, mas os primeiros conflitos enfrentados com meus coleguinhas nas ruas dirimiram quaisquer dúvidas sobre a explicação sociológica da dona Lourdes, minha mãe. No ambiente familiar, as coisas eram mais brandas. Meus pais sempre nos disseram que, mesmo sendo injusto, em nossa sociedade,as pessoas eram tratadas de formas desiguais.

O momento crucial para perceber essa desigualdade foi quando entrei na escola. Ali se explicitaria quais seriam os alunos preferidos pelos professores. Geralmente, aqueles que possuísem material escolar de melhor qualidade e, invariavelmente, brancos. Fiz meus primeiros estudos em escola do SESI, que atendia a filhos dos funcionários das indústrias, desde gerentes até operários das funções mais simples. Naquele microcosmo,estava presente o nosso modelo de sociedade e, também,suas desigualdades. Lamentavelmente, a instituição escolar reproduzia e reforçava essas diferenças. Lembro-me de que, nas cartilhas que usei, jamais vi representada uma família com características semelhantes àminha. Dessa forma, a força hegemônica do homem branco colocado no lugar de superioridade estaria assegurada

---

1 Para Gobineau, o conceito de raça se daria pela biologia, sendo a branca considerada superior (Gonçalves, 2002).

2 Para Gilberto Freyre, negros e mestiços seriam categorias antropológicas e não biológicas; categorias essas que definiam seus respectivos lugares na estrutura social (Gonçalves, 2002).

também ali,naquele ambiente que deveria ser formador. Para Freire (1980), “nas sociedades em que a dinâmica conduz à escravização das consciências, a pedagogia dominante é a pedagogia da classe dominante”.

Tem uma cena que ficou gravada em minha memória e merece ser publicada. Estava eu na segunda série, o que corresponderia hoje ao terceiro período do ensino fundamental, e deveria fazer uma redação a partir de uma gravura. A redação se chamava “Minha mãe” e a professora, pouco sensível, colocou a gravura de uma mulher loura e de olhos azuis. Tinha oito anos de idade e não tinha,ainda, grande capacidade para simbolizar. Não conseguia ver naquela mulher a figura de minha mãe, negra retinta. São marcadores que,de certa forma, foram me guiando para o caminho com o qual trabalharia a construção de minha identidade racial.

O ponto culminante nesse período ocorreu quando cheguei à minha casa com as roupas sujas porque havia brigado na escola. Minha mãe me indagou sobre a razão da briga. Disse-lhe que o fizera porque um menino havia me xingado de negrinho. Ela então me disse que essa não era razão pra brigar, pois eu era um negrinho mesmo. Que o menino entendia aquilo com algo negativo, mas que eu não deveria sentir-me ofendido por isso. Que ser negro não era negativo e que,ao brigar, estaria reforçando essa negatividade vista por ele.

Sem recorrer às teorias sociológicas, fez uso da sabedoria de negra velha para trocar em miúdo aquilo que futuramente a antropologia me mostraria chamar-se “relativismo cultural”. Esse episódio foi um marcador muito importante em minha vida e permearia toda a leitura que futuramente faria sobre minha condição racial. Não tenho dúvidas de que aquele menino que eu era naquele momento participou da escolha de meu objeto de pesquisa na atualidade. No que tange à escolha de trabalhar com a categoria de gênero feminino, acredito que se deva a duas razões. A primeira é o fato de ter tido uma figura feminina muito significativa na pessoa de minha mãe. De forma simples,que a pouca escolaridade lhe permitia, me passou conceitos como alteridade, diversidade, respeito, solidariedade, etc. A segunda razão veio depois, na medida em que fui entendendo a maneira com a qual a nossa arquitetura social foi erigida. Fui compreendendo que ser mulher e negra tornava essa desigualdade ainda maior e talvez a ideia de alteridade que me fora passada ainda na infância tenha pesado nessa escolha. No que se refere à escolha do território, escolhi Sorocaba por ser a cidade onde vivi toda

a minha vida e onde vivenciei muitas dessas cenas descritas acima. Ao me engajar na carreira de pesquisador e professor, me proponho a ser mais um ator no processo de compreender e, quiçá, transformar a realidade atual, com o desejo por uma sociedade mais justa.

Portanto, o objetivo desse trabalho é analisar a trajetória de vida de mulheres negras na cidade de Sorocaba, a partir de suas condições de pertença racial e de gênero; responder a questão de saber qual o papel da militância na construção da consciência política dessas mulheres e como esta militância pode ser entendida como uma potência educativa.

Em minha perspectiva, entendo como fatores de exclusão e produtores de dificuldades nos processos de inserção social e construção de um sujeito político. Não podemos analisar uma sociedade a partir de marcadores raciais sem pensarmos nas formas com as quais as relações foram ali estabelecidas. No caso do Brasil, o tráfico e a exploração do trabalho escravo foram determinantes para o lugar no qual, futuramente, descendentes de escravizados e de colonizadores se posicionariam em nossa pirâmide social.

Seria como se a condição de negro, e não a de escravo, fosse determinante para a sua subalternização social. Não fosse isso, no dia 14 de maio pessoas brancas e negras passariam a ser vistas igualmente, uma vez que o instituto da escravidão fora abolido na véspera. Entretanto, as tramas de nossa sociedade foram tecidas de sorte que os privilégios dos quais os brancos desfrutassem durante o período escravista lhes fossem garantidos posteriormente. Ao observarmos a olho nu a nossa sociedade, podemos ver que a distribuição do espaço geográfico, de riquezas, de poder político e de outros marcadores sociais têm diferenças principalmente a partir da pertença racial.

A classe dominante hegemônica tem mecanismos que, de certa forma, bloqueiam o acesso de negras e negros a esse ambiente de poder, do qual historicamente foram donos absolutos. Barreiras de acesso ao trabalho, condições de moradia, educação e saúde são fatores que têm relegado a população negra, e de maioria pobre, a um processo de grande exclusão. Entretanto, as lutas de classe sempre fizeram parte de nosso panorama e, mesmo com todos esses fatores, temos registros de grupos sociais que conseguiram transpor essas barreiras e reescrever outra história.



As nossas entrevistadas são quatro mulheres negras que de alguma forma fizeram essa transposição a partir de suas lutas de resistência e hoje ocupam outro lugar na nossa arquitetura social. O nosso escopo então foi o de analisar qual o papel da militância na construção de uma consciência positiva sobre sua condição de mulher negra, vislumbrando a possibilidade de que seja a própria militância política um ambiente formador. Levantamos a hipótese de que o próprio enfrentamento e as alianças que possamos estabelecer com nossos pares sirvam de instrumento para a ampliação de nossa consciência. Seria a educação propiciada pelo processo de militância.

Será na história de vida de nossas entrevistadas que a análise será realizada. A partir de entrevistas abertas, nas quais relatem sua trajetória de mulheres negras, que estabeleceremos as categorias de análise. A metodologia será a de história oral e, nessa perspectiva, a análise será focada na subjetividade vivenciada pela narradora. O nosso escopo não será o de descobrir novos fatos históricos e sim a maneira com a qual essas mulheres vivenciaram a sua história. Os fatos históricos já são fartamente registrados pelos historiadores e memorialistas e, em geral, sob a perspectiva dos vencedores.

A dissertação está dividida da seguinte forma:

No primeiro capítulo, disserto sobre a metodologia aplicada na pesquisa. Primeiramente, falo sobre como cheguei a essas entrevistadas, sobre as razões pelas quais foram escolhidas e os afetos que a realização do trabalho me trouxe. Também disserto sobre a metodologia de história oral, ressaltando as implicações positivas e negativas presentes em sua aplicação e o porquê de minha escolha metodológica.

No segundo capítulo, falo sobre a presença negra e sua representação na história do Brasil. Faço recorte geográfico, restringindo essa presença ao Estado de São Paulo e à cidade de Sorocaba. Também falo das lutas e resistência negra, que tiveram início com os suicídios ainda na travessia do atlântico e perduraram durante todo o período do escravismo. Aqui também trago os registros dessas lutas na cidade de Sorocaba, apesar da carência de fontes sobre o tema.

No terceiro capítulo, disserto sobre as estratégias de resistência empregadas por negros e negras a partir da abolição. Reconstruo a presença das festas populares, as irmandades religiosas e as primeiras associações de “homens de cor”, como eram por eles chamadas. Também falo do surgimento das formas de resistência com caráter mais político. Estão presentes nos jornais da imprensa negra, a Frente Negra Brasileira, o

Teatro Experimental do Negro e a fundação do Movimento Negro Unificado. Em todos os momentos, ressalto a presença feminina nessas lutas. Aqui, também falo do conflito vivido pelas mulheres negras. Estas não se viam representadas nem pelas feministas, que não tinham pautas com recorte racial, e tão pouco pelo Movimento Negro Unificado, que não fazia recorte de gênero. Desse embate, surge um feminismo com pautas específicas das mulheres negras. Falamos sobre o surgimento desse feminismo e seu papel nas lutas feministas negras na atualidade.

No quarto capítulo, trago as falas das mulheres entrevistadas. Por uma questão de metodologia, a reescrita foi feita seguindo uma cronologia diferente daquela apresentada durante a entrevista, pois alguns temas aparecem em diferentes momentos e procurei aglutiná-los na reescrita, de sorte que fosse facilitada a compreensão do leitor. Embora tenha havido modificação na forma, a originalidade do conteúdo foi preservada em sua totalidade.

No quinto capítulo, realizo a análise a partir de suas falas. Procurei estabelecer categorias de análise, na medida em que fossem recorrentes na maioria das entrevistas. Também procurei estabelecer um diálogo com as lutas empregadas pelos negros ao longo de toda a história aqui coberta.

Ao final, tento, a partir de suas histórias, responder à questão de saber o papel da militância na construção da consciência política dessas mulheres e como esta militância pode ser entendida como uma potência educativa. Mais do que nunca, de meu lugar de homem falando sobre a vida de nossas entrevistadas, pude compreender o quanto temos a aprender com nossas Yalodes.



## **Capítulo1**

### **NOSSOS PERCALÇOS E PERCURSOS**

O caminho percorrido desde o projeto original até o formato atual mostrou-se tortuoso, como geralmente o é o trabalho de pesquisa. Inicialmente, tinha por objetivo analisar, a partir da história oral, a trajetória de vida de três professoras negras da cidade de Sorocaba e fundadoras do Centro Cultural Quilombinho. Trata-se de um espaço localizado na cidade de Sorocaba, onde é ensinada a história da África e dos afrodescendentes, além de desenvolvidas atividades relativas à cultura negra para crianças e adolescentes de todas as etnias. Por conhecer a história do surgimento do local e das lutas travadas por suas fundadoras, tínhamos por escopo analisar suas histórias de vida e qual o papel de seu envolvimento nos Movimentos Sociais Negros para a construção de sua consciência nas lutas sociais. Optei por analisar a vida de mulheres negras, por reconhecer as desigualdades nas relações de gênero presentes em nossa sociedade, relegando à mulher em geral e, à negra em particular, um lugar de subalternidade. Para Domingues (2009, p.17,18):

No caso específico das mulheres negras, essa situação é mais complexa, tendo em vista que elas constituem o segmento primariamente subalternizado na sociedade brasileira. Todos os indicadores evidenciam que as mulheres negras levam desvantagem até mesmo em relação à mulher branca no que diz respeito ao mercado de trabalho, à renda, educação e representação política. Elas não são retratadas na televisão e na mídia de modo geral. Nesses veículos, há uma abundância de mulheres brancas, particularmente louras, apresentadas como símbolos de beleza. Além disso, tem sua imagem associada a alguns mitos preconceituosos, como o de serem lascivas.

Na medida em que fui participando das disciplinas na formação de pós-graduação da Universidade de São Carlos (UFSCar), *campus* Sorocaba, e com minha inserção no Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Feminismo, Sexualidade e Política, vivi o descortino de outros horizontes sobre meus olhos. Paralelamente, participei de formação sobre relações étnico-raciais em curso de extensão na Universidade. Durante uma aula da professora convidada Ana Maria Mendes, soube de uma senhora chamada Ondina Seabra, de 92 anos de idade, em Sorocaba, que havia sido a primeira professora

negra atuante na cidade. Imediatamente me veio à mente a intenção de realizar uma entrevista com ela, a princípio com a finalidade de registrar tão importante narrativa sobre a história local. Com memória prodigiosa, Ondina trouxe relatos memoriais que vão desde os anos de 1920 até a atualidade, portanto, testemunha viva de acontecimentos de grande relevância na história negra local. Ana Maria também é uma professora negra aposentada e com vivência em Sorocaba e com forte participação nas lutas, contra a discriminação de gênero e raça desde os anos de 1960. Nesse período, já se reunia com jovens negros e negras para discutirem questões como negritude, ancestralidade, etc. e alternativas para a luta antirracista.

Ao poucos, foi se desenhando outro projeto de pesquisa, dessa vez voltada para as lutas de mulheres negras em diferentes momentos históricos da cidade de Sorocaba. A mudança dos objetivos de pesquisa se deu porque, durante a revisão bibliográfica, percebi que não havia produções acadêmicas que falassem sobre a história das mulheres negras de Sorocaba, daí a relevância desse trabalho. Decidiu-se, portanto, entrevistar, além destas duas mulheres negras, outras duas que vivenciaram outros momentos históricos da cidade.

A terceira mulher entrevistada foi Rosangela Alves, esta uma das fundadoras do Centro Cultural Quilombinho, com vasto histórico de participação nas lutas sociais e que estava em nosso projeto inicial. Rosangela é uma mulher negra que se mudou para Sorocaba com sua família ainda na infância. Engajou-se na militância antirracista na adolescência e, desde então, vem participando dessa luta, que de certa forma foi a base para o surgimento do centro cultural fundado por ela e do qual hoje é diretora.

A quarta entrevistada foi Jaqueline Lima Santos, jovem nascida na periferia de São Paulo, mas que se mudou para Sorocaba no início da adolescência. Sendo oriunda de família humilde, teve toda uma trajetória de lutas dentro do Movimento Hip Hop, o que facilitou a consolidação de sua consciência negra e política. cursou Ciências Sociais e atualmente encontra-se em sua formação de doutorado na UNICAMP. Foi-me indicada por jovens integrantes do Movimento Negro local, onde teve grande atuação durante sua adolescência.

Embora o escopo da pesquisa não seja fazer um estudo intergeracional, temos Ondina, nascida em 1921; Ana Maria, em 1947; Rosangela, em 1963; e

Jaqueline, em 1986. Dessa forma, testemunhamos a história dessas mulheres negras em Sorocaba em um período aproximado de oito décadas.

As entrevistas foram realizadas conforme a disponibilidade e em locais estabelecidos por elas. Duas em suas residências, uma em seu local de trabalho e outra em meu consultório, onde atuo como psicólogo clínico. As entrevistas realizadas em suas casas foram as mais longas e profícuas e onde senti que estavammais à vontade. Pra mim, enquanto pesquisador, foi mais rico conhecer seus locais de moradia, pois ali estavam presentes outros elementos também constitutivos da análise. Dados como móveis da casa, muitos deles antigos, remanescentes de períodos descritos por elas, o cheiro do local, jardins e fotografias na parede davam ao relato uma riqueza maior. Ver álbuns de fotografias e tomar o cafezinho coado na hora me proporcionava a sensação de proximidade com as entrevistadas e rompia com o estereótipo do pesquisador assexuado, conforme já analisado por Gomes (2008).

A presença do gravador, em princípio, se constituía como elemento produtor de constrangimento e certa resistência. Aos poucos, contudo, a conversa ia se desenvolvendo, e, na medida em que as lembranças chegavam, elas foram se colocando mais à vontade. Não posso negar que estar na casa de uma família negra me provocava muitos afetos, pois via ali representada parte de minha própria vivência. Sentia-me, de certa forma, íntimo de pessoas que, na verdade, não conhecia intimamente. O fato de eu ser negro pareceu-me um fator positivo de identificação, para que pudessem falar sobre a questão da negritude com maior desenvoltura. Este sentimento se justifica com base em Thomson (2006), quando relata que a historiadora e socióloga sul-africana Belinda Bozolli descobriu que as anciãs da aldeia de Phokeng sentiam-se mais confortáveis e se abriam mais ao serem entrevistadas por uma assistente de pesquisa Mmantho Nkoste, porque ela era,

uma menina de Mabeskraal, a aldeia próxima [...] Assim, o que poderia parecer uma deficiência de Mmantho para os positivistas (seu envolvimento subjetivo com a vida das informantes e percepção que elas tinham dela como uma pessoa com um significado particular em suas vidas), escreve Bozolli, “provou ser sua maior vantagem”. (THOMSON, 2006, p.49)

Por outro lado, o fato de eu ser um homem pesquisando a vida de mulheres e consciente da existência da desigualdade entre gêneros, em alguns momentos, fez com que eu questionasse a legitimidade daquilo a que me propunha. Serei mais um homem

contando a história das mulheres? Contudo, penso que o fato de ser negro me coloca muito mais próximo da realidade das mulheres do que dos homens brancos, naquilo que Anzaldúa (1980) chamaria de coalizão, que seria a aproximação de diferentes minorias excluídas socialmente. Ser homem negro em uma sociedade caucasiano-normativa me coloca muito mais próximo da periferia do que da centralidade desse poder branco. Sendo nascido e criado na mesma cidade pesquisada, foi-me bastante interessante fazer essa viagem no tempo com elas e, em certos momentos, me vi transitando por uma Sorocaba dos anos 30, 40 e 50 enquanto ouvia as narradoras mais velhas. Uma das entrevistadas, Rosangela Alves, fala de uma passagem de sua vida em que foi vítima de racismo, cujo desdobramento redundou em uma gincana de jovens negros na década de 80. Eu participei dessa gincana à época sem, contudo, saber o fato que a tinha desencadeado. De certa forma, fui testemunha de sua experiência e pude sentir o quanto que uma ação individual pode produzir desdobramentos que atingem a coletividade.

(...) em 1988 também, seria a comemoração dos cem anos da Abolição da escravidão. Ficava instigada, pensando que não poderíamos deixar passar assim esses cem anos sem que fizéssemos alguma coisa. Sou muito intuitiva e tive um insight que dizia que a gente teria de valorizar a raça negra. Havia as piadinhas que diziam que a Lei Áurea fora assinada a lápis e que a escravidão voltaria, o que me deixava muito brava. Pensava: se havíamos chegado até ali, pra onde a gente queria ir agora? Bolamos a primeira gincana afro-brasileira de Sorocaba. Acabou sendo praticamente um senso negro dentro da cidade. [Rosangela Alves, 50 anos]

Tivemos momentos de tensão durante as narrativas, pois não é muito fácil trazer à tona, lembranças de fatos muitas vezes vividos de forma dolorosa. Tive de manter o tempo todo, a consciência de que estavam compartilhando ali detalhes muito pessoais e não raro guardados durante longa extensão de suas vidas.

[...]por ser a única negra durante o dia no (colégio)Estadão, houve um professor que veio me perguntar sobre o porquê de eu não querer passar para o período noturno, como os demais alunos negros. (Ana Maria Mendes, 67 anos).

O cotidiano escolar me causava muito medo. Sofria nas festas juninas, porque os meninos não queriam dar a mão pra menina preta, que não tivesse cabelo liso. Por ser um pouco mais clarinha, acabava levando alguma vantagem, embora me sentisse fazendo parte dos excluídos. Tenho várias memórias de exclusão racial. (Jaqueline Lima Santos, 27 anos).

Eu era a única criança negra no período matutino e lá tive o meu primeiro enfrentamento, que acredito ser devido à questão racial. A gente formava

filas duplas para entrarmos na sala de aula e nenhuma criança quis formar par comigo. (Rosangela Alves, 50 anos)

Em uma leitura psicológica, posso inferir que, ao trazer a tona tal relato, em seu bojo sobrevém afetos relativos a essas experiências, em uma espécie de revivência de fato tão doloroso. Mais do que mero pesquisador, me coloquei como alguém que estava ali a dizer: estou aqui também disposto a tentar entender a dor que isso lhe causou e lhe agradeço por tão honrosa confiança.

Para Teixeira e Praxedes (2006, p.159),

a pesquisa em história oral é um encontro sócio-antropológico, é uma relação intersubjetiva entre sujeitos que falam e ouvem, que sentem, que pensam, unindo ciência e afeto, razão e emoção. Nesta relação, cabe ao pesquisador a busca da informalidade, da espontaneidade e da confiança dos sujeitos que lhes emprestam suas vidas e histórias; pessoas que lhes confiam suas lembranças, seus sentimentos; suas dificuldades, seus desejos, seus sonhos e quimeras. Trata-se de um encontro entre sujeitos, com diferentes registros culturais e temporais, que exige do pesquisador um permanente “exercício de alteridade”, de inflexão, e uma fina escuta, que permita um diálogo sensível, fecundo.

Simson (2006) acrescenta a isso que o ato de lembrar em conjunto, isto é, o ato de compartilhar a memória, é um trabalho que constrói sólidas pontes de relacionamento entre os indivíduos porque é alicerçada em uma bagagem cultural comum e, talvez por isso, conduza à ação. A memória compartilhada é forma de domar o tempo, vivendo-o plenamente como empuxo que nos leva a ação, constituindo uma estratégia muito valiosa, nesses tempos em que tudo é transformado em mercadoria com valor de troca.

Antes do início da narrativa, solicitei a todas que deixassem gravadas a autorização para uso do conteúdo na produção da dissertação, além de também fazê-lo por escrito. Perguntei-lhes também, se faziam alguma objeção quanto à publicação de suas identidades e todas concordaram prontamente. Nesse aspecto em particular, senti, da parte de todas elas, uma satisfação diante do fato de deixar o testemunho de suas lutas pelas causas sociais, autorizando o uso de seus próprios nomes para identificação das entrevistas no trabalho. Rosangela, ao final de sua narrativa, diz estar realizando o trabalho dos *griots* africanos, que eram os anciões responsáveis pela transmissão da tradição aos mais novos através da oralidade. Suas falas foram espontâneas e minha única solicitação no início foi que falassem de sua história de vida a partir de sua condição de mulher negra. Procurei intervir o mínimo possível e só o fiz



em momentos em que senti necessidade de me aprofundar um pouco mais em algum conteúdo trazido. O tempo das entrevistas variou conforme a disposição delas, sendo que a mais longa durou cerca de duas horas e meia e a mais curta, perto de sessenta minutos.

### **1.1 -História oral: a busca da subjetividade das narradoras**

Com o entendimento acerca de como nossa sociedade se formou a partir do sistema colonial e patriarcal escravista, ouvir as vozes dessas mulheres negras falando sobre suas histórias e, a partir de suas práticas discursivas, recontarmos a história coletiva, pareceu-me fato de grande relevância. A escolha da metodologia de história oral se deve em especial por tratar-se de técnica de pesquisa, onde o aspecto mais importante está na subjetividade do entrevistado. Ao ouvir essas mulheres, não nos interessava se os documentos históricos da cidade ratificavam suas falas, pois o mais importante era a maneira como tinham vivenciado aquelas verdades que nos eram trazidas. A fala é como a tessitura que se constitui no entrelaçar dos fios e forma o tecido, que é a história contada. O nosso papel, enquanto pesquisadores de história oral, é o de apreciar o trabalho artesanal ali apresentado e intervirmos no máximo perguntado a origem dos fios ou sobre a forma de entrecruzá-los, jamais questionando a qualidade ou a originalidade do produto final que, dentro dessa perspectiva, sempre será verdadeiro. Para Benjamin (1985), quanto mais o ouvinte se esquece de si, mais profundamente se grava nele o que é ouvido.

Diferentemente da história oral, a historiografia tradicional se caracteriza por priorizar fontes documentais textuais e etnográficas, consideradas em maior conformidade com aquilo que fora oficialmente dado como verdade. Nessa perspectiva, a história é escrita pelos vencedores. Podemos marcar a efervescência cultural e política das décadas de 1970, 1980 e 1990 como mola propulsora para a difusão da história oral surgida em anos anteriores. Para Araújo e Fernandes (2006), o período marcou o questionamento não apenas sobre a forma de pensar e fazer política, mas também seus representantes tradicionais, parlamentares, partidos, sindicatos. No bojo dessa crítica, novos atores reivindicam seus espaços, as mulheres, os negros, os trabalhadores

imigrantes, os homossexuais, etc. No campo da historiografia, se reivindicava a construção de uma história vinda das camadas populares, em oposição à produzida pelas elites, em consonância com o pensamento marxista. Ainda segundo as autoras, a expressão “*history from below*” (história vinda de baixo), foi criada por Edward P. Thompson num artigo publicado em 1966 no suplemento literário do (jornal) *The Times*. Contudo, antes disso, no prefácio de sua obra mais famosa, *A Formação da Classe Operária Inglesa*, Thompson explicava:

Apenas os vitoriosos (...) são lembrados. Os becos sem saída, as causas perdidas e os próprios perdedores são esquecidos. Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do “obsoleto” tear manual, o artesão utópico (...) dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade (Thompson, 1987, p.13)

Thompson (1987) segue, no mesmo prefácio, dizendo que seu objetivo era lançar luzes sobre a atuação dos trabalhadores ingleses e valorizar o grau com que contribuíram com esforços conscientes no fazer-se da história. Entretanto, temos de admitir que, mesmo contando a história sob essa ótica, Thompson não menciona os trabalhadores negros, que a essa época já viviam na Inglaterra e deixaram suas contribuições para as lutas sociais.

Na história sobre as guerras, muito se fala dos comandantes dos exércitos e pouca importância se tem dado à experiência dos soldados que lutaram no *front* e que certamente tiveram apreensões diferentes do relatado por seus comandantes. Nessa perspectiva, ao recontar essa história, não se tem por objetivo desmentir aquilo que fora considerado como a história oficial, mas antes de tudo buscar outras formas de apreensão do relatado pela historiografia escrita. Nas palavras de Meihy (2006), através das vozes dos narradores e narradoras, buscar outras formas de se conhecer a história, além daquela produzida pelos documentos escritos ou iconográficos e tidos como a “história oficial”.

Segundo Alberti (2010), não será na busca de novos fatos ou no complemento daqueles tidos como oficiais que se ancorará o uso da história oral. Antes de tudo, é conhecer a história a partir das configurações socioculturais e da subjetividade de quem a viveu.

Para teóricos como Meihy (2006), o uso da história oral precisa construir a sua própria epistemologia, mantendo seu caráter instruído, criterioso e feito com rigor

acadêmico, sem, contudo, se transformar em meras entrevistas de cunho testemunhal. Para tanto, precisa manter vivo o seu potencial transformador, onde, ao compreender, se explica e, ao se explicar, se produz a transformação. Nesse processo, compreender passa a ser transformar. Nos relatos de nossas quatro narradoras, ouvimos versões de fatos de suas esferas pessoais e ampliamos nossa compreensão sobre a atuação das mulheres negras na história da cidade durante essas décadas.

Um dos aspectos onde essa diferença de narrativas fica mais evidente é no tocante ao papel da igreja católica local, que, de maneira geral, se posiciona como um parceiro desde sempre nas lutas contra as desigualdades raciais. Não é de pequena importância o relato de Ondina Seabra, de que na igreja catedral as pessoas de maior poder aquisitivo, portanto brancas, tinham lugar cativo nos bancos e que houve ocasião em que teve de levantar-se do local onde se sentara, para cedê-lo a quem chegara depois.

[...]as mulheres Filhas de Maria não aceitavam pretas [...] Os negros eram totalmente excluídos. Houve ocasião na igreja catedral em que tive que me levantar para que a “dona” do lugar se sentasse [Ondina Seabra, 92 anos]

Impossível não fazer ligação com o episódio envolvendo a norte americana negra Rosa Parks, que se recusou a ceder lugar a um homem branco em um ônibus ao retornar do trabalho, foi presa e desse episódio desencadeou a eclosão dos maiores conflitos raciais pelos direitos civis naquele país. Um relato dessa natureza, sem dúvida, poderá macular a imagem da igreja, contudo, dará maior dignidade às pessoas que passaram por essa experiência de humilhação em momentos em que suas vozes não poderiam ser ouvidas.

## **1.2 - Os fios da memória: tessitura composta de falas e silêncios**

Segundo Joutard (2000), os principais motivos que impulsionam a produção de trabalhos com história oral são: ouvir as vozes dos excluídos e dos esquecidos; trazer à luz as realidades “indescritíveis”, ou seja, aquelas que a escrita não consegue transmitir; e testemunhar as situações de extremo abandono. Os conteúdos indescritíveis

não se referem apenas àqueles dos analfabetos, mas também aos que muitas vezes não foram passíveis de serem escritos em cartas, seja por serem inconfessáveis ou considerados desimportantes. O autor segue dizendo que, contudo, não podemos deixar de reconhecer seus limites e, até, transformá-los em uma força. Para ele, a história oral pode nos fornecer informações que seriam inacessíveis em fontes documentais, escritas ou não. Contudo, não podemos nos esquecer de suas fraquezas, que seriam a fraqueza da própria memória, sua formidável capacidade de esquecer, que pode variar em função do tempo presente, suas deformações e seus equívocos, sua tendência para a lenda e o mito. A história não é feita só de palavras, mas também de silêncios. Entretanto, essas deformações também trazem em seu bojo grande potencial informativo, pois revelam a subjetividade dos sujeitos e como fora apreendida sua experiência, uma vez que nos introduzem no cerne das representações de realidade. Dessa forma, a construção histórica propiciada pela oralidade abarcaria não somente os fatos, mas também a subjetividade dos sujeitos neles implicados. Para Joutard,

[...] são necessários o tratamento crítico e a distância não só para sinalizar as distorções em relação à realidade passada, mas também para interpretá-la. Como interpretar o silêncio e o esquecimento? Para nos ajudar, é indispensável a análise da totalidade do documento: hesitações, silêncios, lapsos... Assinalemos ainda, o interesse da gravação em vídeo, que permite capturar também gestos e expressões. Inútil dizer, que estamos todos convencidos de que o documento original é a gravação e que a transcrição não passa de acessório, não podendo substituir a audição de fitas gravadas ou, melhor ainda, a visão de videoteipes. (Joutard, 2000, p.35)

Nas palavras de Ecléa Bosi em “Memória e Sociedade: lembrança de velhos”, memória não é sonho e sim trabalho.

Por ser o homem de natureza social, a vida humana é mediada pela cultura e entende-se por cultura todas as intervenções objetivas e subjetivas por ele produzidas. Tanto as longas narrativas como os mais simples hábitos consuetudinários, são construídos, mantidos, transmitidos ou transformados através da ação da memória.

Para Simson (2006), seria a memória a capacidade humana de reter fatos e experiências do passado e retransmiti-los às novas gerações através de diferentes suportes empíricos. Para essa autora, a memória individual é aquela guardada por um indivíduo apenas e se refere às próprias vivências e experiências, mas que contém também aspectos da memória de seu grupo social. Nessa perspectiva, a construção

mnêmica é fruto da interação entre os fatos vivenciados objetivamente pelo indivíduo ou grupo e a subjetividade do vivente.

Para essa autora, existem ainda as memórias subterrâneas ou marginais, que correspondem à versão sobre o passado dos grupos dominados de dada sociedade, geralmente silenciados pela história hegemônica. A maioria dos trabalhos com história oral irá se debruçar no intento de trazer à luz essa memória subalterna e é nessa arqueologia que buscaremos as memórias de nossas mulheres negras. Talvez nenhuma outra metodologia de coleta de dados se mostre mais adequada para os objetivos deste trabalho.

Outra questão a ser colocada é a maneira seletiva com a qual a memória é construída. Na verdade, a maioria de nossas vivências não fica guardada, ao menos conscientemente, em nossa memória, o que nos garante um maior equilíbrio psíquico. Contudo, vem-nos a reflexão acerca de quais mecanismos concorreriam para que alguns fatos sejam selecionados e outros não. Na verdade, guardamos na memória aquilo que terá algum significado para a nossa vida futura. Bosi (2012) recorre a Henri Bergson, Maurice Halbwachs e Frederic Charles Barlett para refletir sobre como construímos nossas memórias. Traça uma linha que vai da filosofia de Bergson, passando pela sociologia de Halbwachs, até a psicologia cognitiva de Barlett.

O primeiro, sendo filósofo, faz uma análise mais introspectiva acerca dos mecanismos que concorrem para as construções mnêmicas em sua obra denominada “Matéria e memória” (*Matière et mémoire*). Para ele, todas as imagens guardadas em nossa memória são mediadas pelo nosso corpo. Essa corporeidade estaria presente no interior de toda a vida psicológica do sujeito pensante. Nessa perspectiva, estabelece-se o nexos imediato entre imagem do corpo e ação. Assim sendo, nossas ações são resultado da percepção corporal das sensações, que são decodificadas pelo cérebro e retornadas ao corpo para que seja empreendida alguma ação, no esquema imagem-cérebro-ação. Quando não há o retorno corporal dessa percepção, temos então somente o trajeto de ida, o que resultará no esquema imagem-cérebro-representação. Um esquema seria motor e o outro perceptivo. Ambos estariam atrelados ao corpo, este vivendo o momento presente e imediato em sua relação com o ambiente. Nesse raciocínio, o corpo seria, em relação à matéria, apenas um condutor, encarregado de executar os movimentos para ações que podem ser reflexivas ou voluntárias.

Para Bosi (2012), se é verdade que cada ato perceptual é um ato presente, uma relação atual do organismo com o ambiente, é também verdade que cada ato de perceber é um novo ato. Assim sendo, temos de avançar na reflexão, pensando qual o lugar das experiências anteriores a esse ato novo, considerando que, para o corpo, só existe o momento presente. Bergson (1999) denominará esse processo como lembrança. Bosi segue dizendo que todo o esforço científico especulativo do autor centra-se no princípio da diferença: de um lado o par percepção-idéia, par esse que é fruto de um presente corporal contínuo; de outro, o fenômeno da lembrança, cujo funcionamento se explica por outros meios. Avançando mais em sua reflexão, Bergson aborda a questão da passagem da percepção das coisas para o nível da consciência e afirma que: “Na realidade não há percepção que não esteja impregnada de lembranças”. Para ele, na maioria das vezes, essas lembranças deslocam nossas percepções reais, das quais não retemos, então, mais do que algumas indicações, “signos”, destinados a nos trazer à memória antigas imagens. Nessa perspectiva, a análise deixa de se restringir ao aspecto somático resultante da relação ambiente-corpo, quando consideramos que essas experiências vivenciadas anteriormente irão concorrer para a forma com a qual o jogo perceptivo se configurará. Lembrar-se significa trazer à tona aquilo que estivera submerso. Bergson (*apud* BOSI, 2012, p.46) afirma que:

Aos dados imediatos e presentes dos nossos sentidos nós misturamos milhares de pormenores da nossa experiência passada. Quase sempre essas lembranças deslocam nossas percepções reais, das quais retemos apenas algumas indicações, meros ‘signos’ destinados a evocar antigas imagens.

Pode-se afirmar, nas palavras de Bosi que:

[...]começa-se a atribuir à memória uma função decisiva no processo psicológico total: a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo ‘atual’ das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, ‘desloca’ estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora. (Bosi, 2012. P.46-47)

No pensamento Bergsoniano, atribui-se muita ênfase à capacidade individual na construção da memória. Ao trabalharmos com entrevistas com pessoas negras adultas falando sobre a questão racial, é mister que se considere a emergência de

experiências de racismo vividas na infância, além dos relatos de familiares e adultos significativos de seu grupo de pertença, que, como descrito anteriormente, se misturará às novas vivências, constituindo-se em memórias que são tanto coletivas como individuais.

O pensamento de Halbwachs, conforme confirma Bosi (2012), fará uma análise mais sociológica, que irá contribuir para o avanço analítico, no sentido de entendermos essa relação indivíduo-sociedade na construção da memória individual, mas que está totalmente imbricada à memória coletiva. Segundo esta autora, o sociólogo segue o pensamento de Comte e Durkheim, para quem o ‘fato social’ e o ‘sistema social’ precedem os fenômenos de ordem psicológica, individual. No pensamento de Durkheim, a força do meio social irá influenciar substancialmente a maneira com a qual o indivíduo irá construir sua percepção, consciência e memória. Diferentemente de Bergson, para quem a memória seria uma construção resultante da oposição espírito-matéria, sendo o primeiro a subjetividade pura e a segunda a pura exterioridade, Halbwachs analisa o fenômeno sob outra perspectiva. Para ele, o estudo da memória não se restringiria ao mundo da pessoa (corpo e espírito) e sim “aos quadros sociais da memória”. A memória seria fruto das relações do indivíduo com o ambiente familiar, profissional, religioso e outros que lhe sejam significativos. Bosi segue dizendo que:

[...] o caráter livre, espontâneo, quase onírico da memória é, segundo Halbwachs, excepcional. Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, ‘tal como foi’, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e outro, e propõe a sua diferença em termo de ponto de vista. (Bosi, 2012. P.55)

Durante as histórias ouvidas, muitos foram os momentos em que as narradoras recorriam a fatos relativos à vida de seus pais e avós, com o escopo de contextualizar aquilo que relatavam. Nenhuma das narrativas ficou livre da inserção de conteúdos ocorridos com seus pares, de forma que essa construção mnêmica, embora

dita individual, também fosse coletiva. Em certos momentos, a luta de seus antepassados, devido à condição de negros, se misturava àquilo que era trazido, no momento atual, como sua experiência. Para Halbwachs (*apud* BOSI, 2012), a memória pessoal é amarrada à do grupo e esta última, à esfera maior da tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade. Para fundamentar seu pensamento, cita as nossas experiências do sonho, que, em última análise, poderiam dizer-se livres do meio social, pois sonhamos sozinhos. Contudo, quando o fazemos, temos em mente as vivências do momento presente e cita o nosso estranhamento ao nos depararmos em sonho com alguém que na atualidade já falecera. Para Halbwachs, o instrumento socializador da memória é a linguagem, a quem cabe reduzir, unificar e aproximar no mesmo espaço histórico e cultural a imagem do sonho, a imagem lembrada e as imagens da vigília atual (quando relembramos do sonho sonhado). As categorias que a linguagem atualiza acompanham nossas vidas tanto em estado de vigília quanto durante o sonho, embora afrouxadas nessa segunda situação.

Pollak (1989) problematiza um pouco mais as questões colocadas por Halbwachs, no que se refere às funções positivas da memória coletiva. Refere como lugares dessa memória coletiva as paisagens, as datas e personagens históricos dos quais somos constantemente lembrados, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música e até as tradições culinárias.

Para Pollak, Halbwachs não vê nessa memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação, coerção ou violência simbólica. Antes disso, a adesão a essa memória reforça a coesão social e se dá pelos laços afetivos para com o grupo de pertença, que ele denomina “comunidade afetiva”. Halbwachs não vê apenas a seletividade de toda a memória, mas também um processo de ‘negociação’ para conciliar memória coletiva e memória individual. Pollak (1989) questiona o pensamento de Halbwachs, ao dizer que, numa perspectiva construtivista, caberia discutir quais fatores determinam para que alguns fatos se tornem parte dessa memória coletiva e tenham grande durabilidade e outros não. Afirma que:

Aplicada a memória coletiva, essa abordagem irá se interessar portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias. Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “Memória Oficial”, no caso a memória nacional.



Num primeiro momento essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. Ao contrário de Maurice Halbwachs, ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existam conflitos e competição entre memórias concorrentes. (Pollak, 1989, p.2)

De acordo com Bosi (2012), ao trabalhar intensamente em conjunto, o grupo tem a tendência de criar esquemas estereotipados de narração e de interpretação dos fatos, dando ao material de base uma forma própria, uma versão consagrada dos acontecimentos. Quando não há a elaboração grupal dos acontecimentos, a rigor, ocorre o esquecimento de tudo que não for “atualmente” significativo para o grupo de convívio. Isso é comum ocorrer com os fatos que não foram testemunhados por alguém. O próprio sujeito que vivenciou a experiência tende a duvidar de sua memória, na medida em que não tem outro membro do grupo que compartilhe e lhe dê certa plausibilidade àquilo que vivenciou. Não foi ao acaso que escolhemos a história de vida de mulheres negras contadas por elas mesmas. Apesar de não se pretender desmentir aquilo que fora oficialmente considerado como a “verdadeira história”, temos aí uma disputa do lugar de memória por parte dessas mulheres, que certamente trarão relatos que poderão quebrar essa almejada continuidade histórica.

Bosi (2012) segue em sua análise, agora ancorando-se na teoria de Barlett sobre a construção da memória. Para ela, esse autor vem dialogar com o pensamento de Halbwachs e se deve a ele a utilização de um conceito-chave para conectar o processo cultural de um dado momento histórico ao trabalho de memória: o conceito de “convencionalização”. Este conceito não é de sua autoria e sim, de um etnólogo chamado Willian Halse Rivers Rivers, que o utilizou em ensaio sobre sociedades da Melanésia. Ao transpor o conceito para a área psicossocial, Barlett postula que a “matéria-prima” da recordação não aflora em estado puro na linguagem do falante que lembra; ela é tratada, às vezes estilizada, pelo ponto de vista cultural e ideológico do grupo em que o sujeito está situado. Dentro dessa perspectiva, a seleção daquilo que será memorizado passará inexoravelmente pelo crivo das significações das coisas, dadas pelo grupo de pertencimento do sujeito que memoriza. Sua subjetividade, antes de ser pura, será permeada pelos valores grupais. Barlett faz distinção entre matéria de

recordação (o que se lembra) e o modo de recordação (como se lembra). A matéria de recordação estaria associada ao interesse que o fato lembrado tem para o sujeito. Quanto ao modo de lembrar, depende de variáveis de elementos da psicologia da personalidade, como temperamento e caráter do sujeito que recorda. Ele vê, no ato de lembrar, a existência de um contínuo, que se inicia da forma mais simples e vai se ampliando a partir da interferência de símbolos extragrupais. As coisas vão “ficando” conforme o significado que recebem e ficam de formas idiossincráticas, dependendo do sujeito e do grupo. A transformação dessa memória será maior, tanto maior for a ação do grupo sobre a matéria recebida.

Podemos citar a recuperação da categoria “negro” pelo movimento social negro como exemplo dessa transformação. Durante muito tempo, o termo foi usado pejorativamente e em formas de xingamentos. Com a reelaboração da significação do termo, entendendo que esse sentido pejorativo fora construído pelo grupo hegemônico, temos hoje nova conotação dessa palavra, que aos poucos está recebendo outro tratamento e sendo devidamente recuperada pelo grupo. O tempo de vida da história oral brasileira ainda é muito curto e temos certamente um longo caminho a ser percorrido. Ao adotarmos essa metodologia de pesquisa, estamos contribuindo para que essas vozes subalternizadas deixem o subterrâneo social e encontrem espaços para que suas histórias também possam ser ouvidas.

## Capítulo 2

### PRESENÇA NEGRA E SUA REPRESENTAÇÃO NA HISTÓRIA

É certo que a historiografia brasileira tem uma grande dívida social para com os negros e negras, não só no que se refere à sua contribuição para construção do patrimônio cultural e econômico do país, mas também à valorização de suas lutas socioculturais desde a escravidão até os dias atuais.

Em certa medida, o meio acadêmico, na figura dos historiadores mais conservadores, contribuiu para o estabelecimento desse estado de coisas. Segundo Schwarcz (1987), durante um bom tempo os estudos sobre escravismo no Brasil se caracterizaram por um discurso que representava o senhor de escravos como amigo e benevolente, ao lado de cativos submissos e fiéis. Tais representações vinculam-se, por sua vez, a uma ideia mais ampla, na qual se reconhecia na história do Brasil uma tradição não violenta, ressaltando-se o caráter pacífico e harmonioso do brasileiro. Mas discursos como esse têm contribuído para a construção estigmatizada do cativo africano, no sentido inclusive de colocá-lo na condição de mero coadjuvante na luta abolicionista, e atribuído o fim da escravidão à benevolência do colonizador. Trabalhos de artistas como o pintor e desenhista francês Jean Baptiste Debret (1768/1848), que morou alguns anos no Brasil, no início do século XIX, retratando um cotidiano harmonioso das famílias coloniais e a escravaria, nos dão uma dimensão acerca da imagem que se pretendia disseminar sobre as relações raciais no Brasil colonial. Entretanto, sua arte também foi fundamental para que se pudessem ter registros dos cativos em situações diferentes dos momentos de trabalho e sofrimento e, dessa forma, podermos vislumbrar o resgate de imagem mais humanizada de africanos escravizados, e, porque não dizer, de resistência ao sofrimento ao qual estavam expostos. Digo isso por entender que cantar, dançar, tocar seus instrumentos musicais, era uma forma de o cativo se negar a aceitar o lugar de semovente coisificado que era pretendido pelo colonizador.

O entendimento desse estado de coisas nos leva inexoravelmente a buscar parte da arqueologia dessas representações na literatura produzida sobre o assunto.

Primeiramente, temos de contextualizar o Brasil em seus diversos aspectos e um pouco de sua história. Trata-se de país com dimensões continentais, superfície de 8.511.996 Km<sup>2</sup> e população de aproximadamente 170.000.000 de habitantes (Munanga e Gomes, 2010). Podemos defini-lo também por sua diversidade cultural, presente em sua musicalidade, danças, culinária, religiosidade, folclore, paisagens naturais, etc. Mesmo com todos esses aspectos apontados, não podemos dizer que sejam suficientes para uma apreensão de o que é o Brasil em sua totalidade, pois cada um deles reflete apenas parte de um todo muito mais complexo. A formação do povo brasileiro deu-se de forma bastante emblemática e nas palavras de Munanga e Gomes,

[...] essa história, na versão de alguns, teve início com os aventureiros e navegadores portugueses que chegaram a uma terra a qual se consideraram descobridores. Embora essa terra já estivesse ocupada e tivesse seus donos, os portugueses anunciaram seu descobrimento e dela tomaram posse, estendendo para além Europa seus domínios. Uma terra tão extensa poderia trazer-lhes grandes riquezas em termos de matérias-primas: minérios diversos, essências vegetais raras, fauna e flora desconhecidas, etc. Mandaram cartas ao Rei de Portugal, relatando tudo que encontraram e viram: a natureza local, a terra, a gente que acharam muito diferente. Segundo alguns deles, essa gente a quem deram o nome coletivo de índios, era atrasada, andava nua, era canibal, praticava sacrifícios humanos, não tinha religião, adorava os espíritos da natureza. Chegaram até a colocar em dúvida a natureza humana dos chamados índios. (Munanga e Gomes, 2010, p.12)

Nas cartas enviadas ao Rei de Portugal, evidencia-se a visão eurocêntrica lançada sobre os nativos, cujas leituras carregam todo um ranço preconceituoso, que julga o outro a partir daquilo que ele tem de diferente de si. A historiografia que foi tradicionalmente utilizada nas escolas pouco diferiu disso. No texto clássico de Casa Grande e Senzala, Freyre descreve os efeitos do contato do nativo com o europeu: “Com a intrusão europeia desorganiza-se entre os índios da América a vida social e econômica; desfaz-se o equilíbrio nas relações do homem com o meio físico. Principia a degradação da raça atrasada ao contato da adiantada” (Freyre, 1933, p. 156)

O texto não deixa dúvidas de que, para o autor, a raça adiantada era a europeia, detentora de saberes reconhecidos e legitimados pela comunidade científica. Ao indígena nativo, restou o aviltado lugar do selvagem inculto, atrasado, como diz o autor, olhar esse que se perpetua no senso comum até os dias de hoje. Não podemos perder de vista que estamos discutindo acerca de como a historiografia de origem

européia retratou os povos não brancos por eles colonizados e de como essa marca se presentificou em grande parte da literatura produzida sobre o assunto no Brasil *a posteriori* e até mesmo nas relações sociais aqui estabelecidas.

## **2.1- Negros e Indígenas em uma colônia em formação**

Tendo em vista a nova forma de exploração que Portugal pretendia empreender no Brasil, a mão de obra indígena não se adequava. Segundo Reis (1996), havia no Brasil a forte oposição dos jesuítas ao trabalho compulsório dos indígenas, além da necessidade da regularidade no fornecimento da mão de obra para a nascente indústria canavieira. Conforme Moura (1959), o índio apesado mostrou-se mau trabalhador dentro dos quadros de relação de trabalho a que pretendia submetê-lo o colonizador. Além disso, os setores que se desenvolviam como elemento dinâmico (a agricultura e a mineração, posteriormente) exigiam outro material humano mais adaptável, mais predisposto, do ponto de vista cultural, ao seu desempenho. Daí o colono ter recorrido a um braço muito mais caro, o braço africano, para o posterior desenvolvimento da sociedade colonial. Hofbauer (2006) acrescenta que os portugueses viam outra desvantagem na escravização de indígenas, além das diferenças socioculturais. Para o indígena, havia a possibilidade real de retornar para sua comunidade em caso de fuga bem sucedida, diferentemente do africano.

Não podemos precisar com exatidão quando teve início a migração forçada dos primeiros africanos e africanas para escravização no Brasil. Para Bastide e Fernandes (2008), os primeiros começaram a chegar ao Brasil entre os anos de 1516 e 1526. Segundo Munanga e Gomes (2010), começaram a chegar no século XVI, com a produção de açúcar, que se constitui na primeira atividade rentável e a partir da qual teve início a construção da base econômica do país. Até a primeira metade do século XVII, o número de imigrantes que entraram no país era muito reduzido. Em sua maioria, vieram de Portugal que, naquela época, tinha não mais que um milhão e meio de habitantes, daí a opção por traficar mão de obra para exploração. Ainda segundo os autores,

[...] o tráfico negreiro é considerado, por sua amplitude e duração, como uma das maiores tragédias da história da humanidade. Ele durou séculos e tirou da África -subsaariana (região do continente africano abaixo da linha do deserto do Saara), milhões de homens e mulheres que foram arrancados de suas raízes e deportados para três continentes: Ásia, Europa e América, através de três rotas: a rota oriental (através do Oceano Índico), a rota transaariana (através do deserto do Saara e do Mar Vermelho); a Rota transatlântica (através do Oceano Atlântico). (Munanga E Gomes, 2010, p.18)

Na literatura sobre o tema, é comum encontramos a informação de que os negros e negras traficados para o Brasil foram trazidos do litoral de Angola, do litoral de Moçambique e do golfo de Benin, de onde embarcaram rumo ao Brasil. Mas, de fato, teriam vindo das áreas citadas e do interior de outros países e grupos étnicos, cuja documentação foi em grande parte queimada no ano de 1890, sob as ordens de Ruy Barbosa, então Ministro e Secretário de Estado dos Negócio da Fazenda. Segundo Costa (1996), Barbosa determina a queima dos documentos referentes à escravidão brasileira, a partir da emissão do seguinte decreto:

Ruy Barbosa, Ministro e Secretário de Estado dos Negócio da Fazenda e Presidente do Tribunal do Tesouro Nacional.

Considerando que a nação brasileira, pelo mais sublime lance de sua evolução histórica, eliminou do solo da pátria a escravidão – a instituição funestíssima, que por tantos anos paralisou o desenvolvimento da sociedade, inficionou-lhe a atmosfera moral; Considerando que a república está obrigada a destruir esses vestígios por honra da pátria, e em homenagem aos nossos deveres de fraternidade e solidariedade para com a grande massa de cidadãos que pela abolição do elemento servil entraram na comunhão brasileira; Resolve: 1º Serão requisitados de todas as tesourarias da Fazenda todos os papéis, livros e documentos existentes nas repartições do Ministério da Fazenda, relativos ao elemento servil, matrícula de escravos, dos ingênuos, filhos livres de mulher escrava e libertos sexagenáriosque deverão ser sem demora remetidos e essa capital e reunidos em lugar apropriado na recebedoria. 2º Uma comissão composta dos Srs. João Fernandes Clapp, presidente da Confederação Abolicionista, e do administrador da recebedoria desta, dirigirá a arrecadação dos referidos livros e papéis e procederá à queima e destruição imediata deles, que se fará na casa de máquina da alfândega desta capital, pelo modo que mais conveniente parecer à comissão. Capital Federal, 14 de dezembro de 1890.

O então ministro demonstra a intenção de apagar a marca da vergonha da escravidão brasileira através da queima de seus documentos, como se um ato concreto pudesse apagar a história. Em seu texto, denota-se certo ufanismo com relação à benevolência nacional. Nada fala sobre a luta dos homens e mulheres vitimados pelo sistema escravista ou de qualquer política reparadora. Com a queima dos arquivos, se

protegeria o Estado de possíveis ações indenizatórias por parte dos ex-escravizados e de seus ex-proprietários, “espoliados” em seu patrimônio, conforme alegavam eles.

Não é possível precisar o número de pessoas sequestradas em solo africano que foram traficadas para o Brasil. Reis (1996) afirma que entre a segunda metade do século XVI e os meados do Século XIX, estima-se que foram trazidos para cá em torno de 3,6 milhões de pessoas. O tráfico perdurou até 1850, com a lei Eusébio de Queiroz, que o proibiu, após longa polêmica com a Inglaterra, que pressionava os países escravistas para a abolição da escravidão, tendo em vista os ventos da revolução industrial que necessitava da mão de obra livre. A partir daí, intensificou-se o tráfico interno de escravizados, em especial entre as decadentes províncias do nordeste e as do sudeste, então enriquecidas pela lavoura cafeeira, especialmente no Estado de São Paulo. Assim sendo, para fins metodológicos, concentraremos nossa análise na presença negra no estado de São Paulo, região onde se localiza a cidade de Sorocaba, território ao qual pertencem as nossas entrevistadas.

Segundo Andrews ,

[...] em comparação com o nordeste do Brasil, a agricultura de exportação e a escravidão africana chegaram relativamente tarde a São Paulo. Nas décadas de 1530 e 1540, uma série de fazendas de cana-de-açúcar foi estabelecida ao longo do litoral paulista, em São Vicente, primeira colônia de Portugal no Novo Mundo. Entretanto, durante a segunda metade do século, estes esforços iniciais foram superados por fazendas mais novas e maiores nas capitanias nordestinas de Pernambuco e Bahia, que emergiram como centros da produção brasileira – e mundial – de açúcar. Os esforços de colonização em São Paulo deslocaram-se para a serra do interior, onde em 1554 os missionários jesuítas estabeleceram a cidade de São Paulo de Piratininga. Voltando suas costas para a agricultura de exportação e para o comércio com a Europa e África, os colonos paulistas construíram uma economia baseada na produção de subsistência, no intercâmbio com a população indígena local e nas expedições periódicas ao sertão ocidental em busca de ouro, diamantes e escravos índios. Desse modo, durante os dois primeiros séculos de colonização o trabalho forçado em São Paulo permaneceu predominantemente indígena. (Andrews, 1998, p.53-54)

A cidade de São Paulo, fundada como povoação em 1554, elevou-se a vila em 1560. A essa época, contava com 120 moradias e uma população aproximada entre 1.500 e 2.000 indivíduos brancos, índios, negros e mestiços, tanto livres quanto escravos (FERNANDES, 2008).

Em Sorocaba, já se registrava a presença de escravizados desde a sua fundação. Segundo Bonadio (2002, *apud* CAVALHEIRO, 2006), é provável que a

presença do escravo indígena em Sorocaba tenha ocorrido desde os momentos iniciais do povoamento da região como participante da montagem dos fornos para o tratamento de minérios de ferro no morro de Araçoiaba. Almeida (1968) refere que, em fins do século XVI, Afonso Sardinha e Clemente Álvares estiveram no Morro de Araçoiaba à procura de ouro. Encontraram minério de ferro e comunicaram o fato ao Governador Geral, que levantou o Pelourinho da Vila de Nossa Senhora do Monte Serrat, mandando mineiros para explorarem a região. Nada encontrando, transferiu a Vila para Itavuvu, ficando sob a invocação de São Felipe, em homenagem ao rei da Espanha.

O Capitão Baltazar Fernandes construiu, em 1654, a Igreja de Nossa Senhora da Ponte, atual São Bento, e sua casa de moradia no lajeado, fundando nova povoação com o nome de Sorocaba. Consta na historiografia local que Fernandes explorou o trabalho escravo antes mesmo de seu estabelecimento. Segundo Cavalheiro (2010), com efeito, os escravos de Baltazar Fernandes teriam vindo antes mesmo de seu fundador, a fim de construir a ponte sobre o Rio Sorocaba, e foram os mesmos escravos que construíram as primeiras casas e a igreja.

Almeida (1968) ressalta que a cidade teve seu primeiro ciclo econômico marcado pelo bandeirismo, quando sorocabanos montaram diversos entrepostos de comércio e mineração. O Coronel Cristovão Pereira de Abreu iniciou o segundo ciclo ao conduzir por Sorocaba sua primeira tropa de muares. Mais tarde viria a ser sede das feiras de muares, constituindo-se em ponto de convergência de comerciantes de diversas partes do país. Por força de sua privilegiada localização geográfica, a cidade transformou-se no eixo geoeconômico entre as regiões norte e sul do Brasil, com o norte empenhado na mineração e reservas florestais e o sul, na produção de animais de carga e de corte. Ainda segundo Almeida (1968), o comércio de algodão cru para fins de exportação rendia à cidade grande lucratividade, ao ponto de Matheus Mailasky, o maior comprador de algodão da zona, construir, em 1875, a Estrada de Ferro Sorocabana a fim de escoar a produção local. Com o declínio da exportação algodoeira, tem início, por volta de 1890, a construção das indústrias têxteis, com atividades fabris voltadas à produção local.

Dentre as primeiras fábricas a serem inauguradas estão a de Santa Rosália e a de Votorantim. Era o início da construção de seu parque industrial. Com o crescimento econômico proporcionado pela expansão das indústrias têxteis locais, tem início



também o êxodo de pessoas de outras localidades a procura de trabalho. A vinda dos avós de nossa entrevistada Ondina para Sorocaba se deu nesse período, conforme relatado por ela durante a entrevista:

Antes de vir morar para cá, a família de mamãe vivia em São Paulo, não sei bem ao certo se vendendo e comprando coisas na feira ou trabalhando com alguém. Vieram para cá com a vinda do Capitão Nascimento. Era sempre assim, uma família branca, política que mandava neles. Meu avô era o cozinheiro da casa, e quando vieram pra cá, trouxeram ele junto como empregado. Eram sobras da escravidão. O Capitão Nascimento veio pra trabalhar como dono ou gerente da Indústria (têxtil) Votorantim e toda a nossa família foi morar na casa deles e trabalhar para eles. Tia Efigênia foi trabalhar na casa de seu Tarcísio, que era primo do Capitão Nascimento. Minha tia Dileta ficou a vida toda morando e trabalhando para família do capitão e criou todos os filhos deles. [Ondina Seabra, 92 anos]

Embora os familiares de Ondina tenham vindo para Sorocaba após a abolição da escravidão, nota-se que a lógica que os moveram para cá, está totalmente calcada no escravismo. A família Nascimento muda-se para Sorocaba e junto com seus bens, traz também os empregados que são subdivididos para trabalhar em suas casas. É evidente que essa marca que delimita sob quais condições essas duas famílias vieram para Sorocaba, em certa medida, estará presente nas posições sociais que seus descendentes ocuparão na pirâmide social aqui estabelecida.

## **2.2- Conjunturas econômicas e sociais: o aumento da presença negra em São Paulo**

Por volta do século XVI e início do século XVII, a maior concentração de riquezas localizava-se nas fazendas do nordeste, com a plantação de cana de açúcar. Nesse período, o predomínio de mão de obra negra, mais cara, localizava-se naquela região da colônia. Em São Paulo, há maior concentração de trabalho indígena. Para Bastide e Fernandes (2008), a primeira notícia da descoberta do ouro paulista surge na última década do século XVII. Outras descobertas ocorrem em Mato Grosso (1719 em diante) e Goiás (1725 em diante), o que provocou uma verdadeira “corrida do ouro”. Com isso, os engenhos de açúcar do nordeste sofrem uma grande baixa da mão de obra e há, também, um aumento nos preços do braço africano. Contudo, a decadência das

minas de ouro foi rápida e se acentua de forma progressiva. Ainda segundo Bastide e Fernandes, com a decadência da mineração, uma incipiente economia desenvolve-se em São Paulo, com base na produção agrícola e na incipiente pecuária.

Para alguns historiadores, esse deslocamento de capitais é que iria garantir a continuidade na procura e importação do braço negro. Dessa forma, o negro se torna a própria fonte regular e exclusiva do trabalho escravo e da produção agrícola cafeeira, que nesse momento se encontra em franca expansão. Segundo Andrews,

Estimulado pela demanda crescente desse produto, o cultivo do café expandiu-se rapidamente no Rio de Janeiro entre 1770 e 1830, e nessa altura para as áreas adjacentes das províncias de Minas Gerais e São Paulo, substituindo o açúcar como produto de exportação mais importante da nação recém-independente. A introdução do café em São Paulo foi particularmente dramática; em meados do século, as fazendas de café de São Paulo empregavam quase quatro vezes mais escravos do que as de açúcar, e na década de 1860 a província praticamente deixou de exportar açúcar e passou a basear sua expansão agrícola inteiramente no café. Desde 1850, o Brasil produzia metade do suprimento mundial de café; cinquenta anos mais tarde, somente o Estado de São Paulo era responsável por metade do suprimento mundial, com o restante do Brasil contribuindo com mais um quarto. (ANDREWS,1998, p. 54)

Na medida em que se expandia o cultivo do café no Estado de São Paulo, aumentava o contingente de africanos e africanas explorados na lavoura. Isso fez com que, em meados da década de 1870, São Paulo passasse a abrigar a terceira maior população escrava do país, perdendo apenas para Minas Gerais e Rio de Janeiro. A descoberta do ouro e a expansão cafeeira também repercutiriam na história de Sorocaba. Segundo Luna (1986, *apud* CAVALHEIRO, 2010),

A partir do século XVIII, o número de escravos negros começa a aumentar em Sorocaba. Esse fato pode ser explicado em parte pela escassez de índios que cada vez mais se internavam pelos sertões, em parte pelas leis proibitivas à escravidão vermelha e, ainda, por questões econômicas: a descoberta do ouro em Cuiabá e, logo depois, o estabelecimento do comércio de tropas muares (tropeirismo), modificam a estrutura e as necessidades da Vila. Surge a necessidade do envio de escravos para a exploração do ouro em Cuiabá (por volta de 1720) e, na década posterior, com o início do tropeirismo, a utilização da mão de obra escrava nas atividades urbanas, rurais e tropeiras. (LUNA ,1968*apud* CAVALHEIRO, 2010, p.26)

Nesse período, negras e negros já passaram a fazer parte do panorama urbano local. Já são vistos trabalhando como amas de leite, escravos de ganho, tropeiros, domadores e condutores de animais, roceiros (CAVALHEIRO, 2006). Ainda

segundo Cavalheiro, por volta de 1872, divulgou-se um Censo realizado na cidade de Sorocaba. Por essa estatística, soube-se que Sorocaba contava com uma população assim distribuída:

Na cidade 4793 e nos bairros 8166. Desses os brasileiros eram 12258, estrangeiros 701, sendo homens 6414, as mulheres 6545, brancos 8044, pardos 2031 e pretos 2884. Pessoas livres eram 9889, escravos 3070. Católicos 12892, acatólicos 67, hóspedes 122, ausentes 182, solteiros 8820, casados 3237, viúvos 902. (CAVALHEIRO, 2006, p.21)

De acordo com esses dados sobre a distribuição populacional local, o número de mulheres é superior ao de homens, e pretos e pardos perfazem perto de 30% da população total. Vale inferir que, no que tange à origem racial, essa média populacional se manteve ao longo da história. Dados do IBGE de 2010 apontam que a população composta de pretos e pardos perfaz um total de 25%.

Em Sorocaba, assim como nas demais localidades do país onde houve a escravidão, embora negado pela historiografia oficial, as relações entre escravizados e senhores nada tinha de amistoso. Negros e negras eram tratados como objeto, como no anúncio de jornal local datado de 1866. Cavalheiro transcreve notícia de classificado da época:

VENDE-SE uma mulatinha de 8 a 10 annos de idade, e bem um terreno na Ru 7 de setembro unido a extinta igreja de S. Benedito com fundo até o rio das pedras e fazendo frente na rua que desce ao mencionado rio. Quem pretender dirija-se a rua da Ponte numero 24. (O Araçoiaba, 04 novembro 1866, p.04).(CAVALHEIRO, 2006, p.10)

O anunciante usou o mesmo espaço do jornal para vender um terreno e uma criança escravizada, reforçando a coisificação do cativo. É evidente que, ao tratar negros e negras como semoventes, o colonizador branco também tinha por escopo fazê-lo vergar-se à sua vontade. Durante muito tempo, a historiografia oficial falou sobre a suposta adaptação do negro à escravidão, ressaltando sua força física e humildade como fatores que teriam facilitado essa adaptação. O que essa mesma historiografia não ressaltou é que o negro resistiu tenaz e violentamente ao jugo do colonizador, conforme confirma a disseminação de quilombos durante todo o período escravista.

### 2.3 - Estratégias de resistência negra no cativo

Durante muitos anos, no Brasil, se disseminou a ideia de que africanas e africanos aqui escravizados sofreram de maneira passiva os maus-tratos a eles impostos pelo colonizador. Essa crença repercute até a atualidade na forma como a nossa sociedade construiu seu imaginário acerca de nossos antepassados sequestrados no continente negro e seus descendentes atuais, negras e negros brasileiros. Muitos são os fatores que contribuem para a persistência de tais equívocos.

Para Munanga e Gomes (2010, p.67) os principais são:

- a) a existência do racismo, que permeia as nossas relações sociais e produz a visão negativa do negro. Estão presentes nas piadas racistas, nas associações que fazem do negro com a criminalidade, preguiça, etc.;
- b) o desconhecimento de uma grande parte da sociedade e até de intelectuais sobre os processos de lutas e organização dos escravizados durante o regime escravista e até sobre os movimentos sociais negros na atualidade;
- c) a falta de divulgação de livros e pesquisas que retratem negras e negros brasileiros como sujeitos e não simplesmente como vítimas da escravidão e do passado escravista;
- d) a insistência em comparar as relações raciais no Brasil com outros países onde a segregação racial se deu de forma mais explícita. Esse pensamento pode levar ao equívoco de se pensar que, no Brasil, a escravidão foi branda e que nossas relações raciais são de igualdade. Não se pode esquecer de que toda e qualquer forma de racismo é por si só perversa.

No que tange à produção intelectual sobre o assunto, Schwarcz (1987, p.21) cita Otavio Ianni, que afirma que:

A abolição foi antes de tudo um “negócio de brancos”. Os escravos, inseridos em condições econômicas, jurídicas, políticas e socioculturais específicas, não tinham qualquer possibilidade de elaboração como atividade e compreensão crítica da própria situação. Logo, a escravidão foi abolida devido a controvérsias entre facções da camada dominante branca, na medida em que os escravos não tinham possibilidades de vislumbrar a própria situação em que se encontravam.

São palavras de um intelectual afirmando que as lutas travadas pelos cativos não tiveram relevância para o fim do regime escravista, creditando aos brancos o seu mérito. Infelizmente, grande parte de nossa produção intelectual sobre esse assunto parte desse discurso que alija negros e negras de seu protagonismo na resistência à escravidão. Para que possamos falar sobre essas lutas, não podemos perder de vista o momento histórico sobre o qual falamos. Durante a escravidão, os cativos eram destituídos de direitos os mais simples e, muitas vezes, a própria justiça agia de sorte a reforçar essa desigualdade. Isso nos dá a dimensão da relevância desses movimentos de resistência e levantes dos cativos. São abundantes os relatos de sofrimentos impostos aos escravizados e escravizadas, que muitas vezes eram utilizados para servir de exemplo aos mais rebeldes e evitar rebeliões e revoltas coletivas, o que nem sempre adiantava.

Cavalheiro (2006) cita história relatada pelo historiador Aluísio de Almeida sobre violência praticada contra escravizada na cidade de Sorocaba. A parte a repulsa que o episódio pode nos causar, não deixa de ser importante, para denotar a força da resistência feminina à escravidão.

Houve uma mulata corajosa que, atacada por um branco no caminho da roça, defendeu-se com a enxada. O júri condenou-a a alguns anos de prisão, contudo, porque o perseguidor de sua honra era branco. Quem passasse pela cadeia a horas tais ouviria gritos lacinantes, a preta estava sendo castigada. Prisão com açoites. Viveu muitos anos depois de liberta. Numa capelinha de Santa Cruz erguida no cemitério reservado aos bexigentos, fazia as suas rezas. Viam-na pela rua, com grande rosário na mão, o ar alheado de quem pena, acudindo os agonizantes e cantando novenas pelos defuntos. Esta mulher parece a personagem de um drama sombrio imaginário. E foi de carne e osso e ajudou a bem a morrer mais de um peão. (Cavalheiro, 2006, p.24)

De todas as formas de resistência escrava ocorrida no Brasil, o Quilombo de Palmares é, sem dúvida, aquela mais conhecida, estudada e sobre a qual se tem maior documentação. Isso se deve, em grande parte, à sua grande área territorial e a ter sido o de maior duração. Palmares, localizado na Serra da Barriga, no Estado de Pernambuco, teve início em 1630 e durou até 1695, com palmarinos resistindo em longas e sangrentas lutas. No senso comum, costuma-se dizer que Quilombo trata-se de “refúgio de negros escravizados”.

Segundo Munanga e Gomes (2006), a palavra Kilombo é originária da língua umbundo, falada pelo povo ovimbundo, que se refere a um tipo de instituição

sociopolítica militar conhecida na África Central, mais especificamente na área formada pela atual República Democrática do Congo e Angola. Ainda segundo esses autores, para alguns antropólogos, na África, a palavra quilombo refere-se a uma associação de homens e aberta para todos. Seus membros eram submetidos a rituais de iniciação que os integravam como coguerreiros num regimento de homens invulneráveis às armas inimigas. Assemelham-se muito aos quilombos aqui formados e podemos inferir que pode ter sido uma inspiração africana, reconstruída pelos escravizados como resistência à estrutura escravocrata.

Contudo, a resistência negra se deu em muitas frentes e em diferentes momentos. Podemos dizer que muitos negros e negras a manifestavam ainda durante a travessia atlântica, quando se jogavam ao mar, como forma de insubmissão ao jugo do colonizador, a quem restava o prejuízo da perda da “mercadoria humana”. Moura (1959) fala das diversas insurreições ocorridas, especialmente, na Bahia no século XIX. Cita os anos de 1807, 1809 e 1813 como o início das mais significativas. Depois de um hiato, tempo necessário para que cativos se agrupassem, as próximas seriam a da Vila de São Mateus, em 1822, uma revolta a bordo, em 1823, quando escravizados em um navio negreiro se amotinaram e mataram diversos tripulantes. Em 1830, haveria uma insurreição de pouca duração e repercussão, mas que traria desdobramentos para o surgimento daquela que seria a última e a maior dentre todas elas e, segundo Moura,

Não será uma eclosão violenta e espetacular apenas, surgida de um incidente qualquer e sem plano preestabelecido, mas uma revolta planejada nos seus detalhes, precedida de todo um período organizativo- fase obscura de aliciamento e preparação, sem a qual não se poderá compreender as proporções que alcançou em uma das principais províncias do Império. [...] Derrotada a última tentativa dos escravos, chefiada pelos Nagôs (1830), procuraram seus líderes se reorganizar e iniciar uma série de preparativos objetivando reiniciar a luta, reagrupar seus membros e dar início à nova revolta. (Moura, 1959, p.171)

Segundo Munanga e Gomes (2010), esta foi a Revolta dos Malês, uma grande rebelião, ocorrida na noite de 24 de janeiro de 1835, na cidade de Salvador. Nesse episódio, escravizados e libertos tomaram as ruas e por mais de três horas enfrentaram soldados e civis armados. Os Malês eram escravizados de origem muçulmana, da Costa da Guiné, muitos deles com instruções superiores a de seus senhores. Moura (1959), no livro “Rebeliões da Senzala”, cita a importante participação

da escrava Luisa Mahin, mãe de Luis Gama, nesse movimento, embora não tenha encontrado referências nos documentos por ele consultados. Esta participação é citada pelo próprio Luis Gama em sua biografia.

Em Sorocaba, também são inúmeros os casos de resistência negra durante a escravidão, embora a historiografia oficial repita insistentemente sobre a existência dessa suposta cordialidade entre cativos e senhores. Cavalheiro (2010) afirma que Aluisio de Almeida, provavelmente o maior estudioso sobre a história de Sorocaba, em artigo publicado em 1969, tenha afirmado que nossos senhores de escravos, sobretudo os tropeiros, eram “bons pra seus servos”. Contudo, uma análise mais apurada, seja em documentos iconográficos ou em histórias orais, se depara com registros de embates entre escravizados e senhores.

Ao falarmos de resistência negra em Sorocaba, é comum pensarmos em ações no campo da cultura. As religiões, a culinária, a presença de palavras de origem africana em nosso vocabulário, os ritmos musicais e a capoeira são alguns dos muitos exemplos de formas de resistir encontradas pelos cativos locais. Outras formas são as revoltas e as fugas empreendidas, sobre as quais falaremos mais à frente. Todavia, houve formas mais sutis de resistência, tênues que são, que por muito tempo não foram consideradas como tal por muitos historiadores e, muitas vezes, interpretadas como covardia. Estamos falando do suicídio. São muitos os casos ocorridos entre os escravizados em Sorocaba. Cavalheiro cita notícia de jornal Ypanema do dia 21 de março de 1878, que diz:

Em a noite do dia 17 do corrente, na casa onde reside o Dr. João Thomaz Alves Nogueira, suicidou-se o pardo Manoel, escravo de L. M. Maylasky. Era um homem de bem e a quem o seu senhor deveu por duas vezes salvar-lhe a vida. Atribui-se o seu acto praticado pelo infeliz ao estado de embriaguez em que se achava e o ter-lhe seu senhor prometido n'esse dia que o venderia para Campinas. A actualidade procedeu o corpo de delicto e prossegue nos termos legais. (Cavalheiro, 2006, p.11)

Esta notícia ressalta dois pontos que merecem a atenção de pesquisadores outros, já que fogem ao escopo desse trabalho. O dono do escravo era Luiz Matheus Maylasky, o fundador da estrada de Ferro Sorocabana, que, ao contrário do que induz a notícia, não tratava bem seus escravos, caso contrário, não teria ameaçado a venda para

Campinas, onde o regime escravo de eito exigia muito mais forças do escravo sorocabano, em sua maioria urbano, alocado aos serviços e ao comércio.

Tem outro caso emblemático de suicídio ocorrido em Sorocaba, que foi retratado recentemente em peça teatral por grupo local. Trata-se de dois escravizados de famílias rivais que estavam se relacionando e foram proibidos pelos senhores. Novamente, a presença da mulher nas formas de resistência dos escravizados em Sorocaba. Relata Cavalheiro que o jornal Diário de Sorocaba publica no dia 19 de março de 1882 detalhes do ocorrido:

Benedicta, a escrava de João Pires de Almeida, era amásia de um escravo de Raphael Aguiar de Barros, “recolhendo todas as noites o dito escravizado em casa de seu senhor”. Avisado por outro escravizado, seu João Pires proibiu os encontros amorosos dos dois escravizados. Dois dias depois, Benedicta realizou seus afazeres habituais e, terminados esses, dirigiu-se para o quintal sendo encontrada duas horas depois enforcada ao lado do amásio. Descobriu-se que estava grávida. A descrição da cena do enforcamento deixa transparecer que o suicídio de ambos foi realizado ritualisticamente, eis que a escravizada “foi encontrada enforcada conjuntamente com seu amante no mesmo galho de uma árvore e em um mesmo cipó sobre o galho para não haver desequilíbrio pela desigualdade de peso, ficando ambos em uma só altura”. [...]. Denota-se que o suicídio fora premeditado e que procurava simbolicamente emitir uma mensagem, talvez a de que a escravidão - nesse caso o rigor do senhor - não era suficiente para destruir aquela união. (Cavalheiro, 2006, p. 52)

Essa tragédia com dramaticidade Shakespeariana nos dá a dimensão da tenacidade da resistência dos cativos locais. Entretanto, não eram somente nos suicídios que essa resistência se manifestava. Enfrentamentos e fugas também eram constantes, fazendo com que os senhores de escravos, cada vez mais, se conformassem com a inexorabilidade do fim do sistema escravista. Muitos são os relatos desses enfrentamentos entre senhores e escravizados. Falaremos de dois casos específicos que, de certa forma, ajudaram a abreviar a abolição local, ocorrida em 1887. É óbvio que outros fatores relacionados a aspectos políticos e econômicos também contribuíram para o fim do sistema, mas não iremos entrar nessas questões por não serem parte do nosso escopo. Conta-nos Cavalheiro que,

Generoso foi escravo do tenente coronel Fernando de Souza Freire, vice-presidente da Câmara Municipal e o mais abastado cidadão de Sorocaba. Generoso entrou para a História ao assassinar o seu senhor. Embora assassinato não deva servir de exemplo de conduta ideal, no entanto escancara, por sua vez, a radicalização das relações escravistas na cidade de



Sorocaba, enterrando de vez a teoria da escravidão mansa e mitigada, sem crueldade. [...] Era 28 de abril de 1875. O tenente coronel Souza Freire, em frente à soleira do seu palacete, dialogava com diversas pessoas. De repente, o grupo percebe a presença de alguém, que da rua assiste ao colóquio. É um negro, com chapéu de abas largas e poncho. Mantém-se estacado, em frente à roda dos conversadores. Era quase noite, dezoito horas e meia. A luz do sol enfraquecia consideravelmente. No entanto, Sousa Freire arregalou os olhos ao reconhecer aquela figura. Não deu tempo de dizer nada: o negro puxou de um bacamarte que estava oculto sob o poncho e disparou à queima roupa. A vítima só teve tempo de dizer: “–Eu morro...minha mulher...meus filhos... é o meu escravo Generoso!”. Os amigos do tenente coronel, aturdidos, não sabiam o que fazer. Acudiriam o amigo ou prenderiam o escravo? Diante dessa hesitação, Generoso aproveitou para fugir. Mesmo perseguido numa fuga espetacular, Generoso conseguiu escapar das mãos dos seus perseguidores. [...] A polícia bateu as matas circunvizinhas à cidade, voltando ao amanhecer sem conseguir capturá-lo. Vários escravizados foram detidos como suspeitos de ser Generoso, mas a verdade é que ele nunca chegou a ser capturado.(Cavalheiro, 2013, p. 8-9).

Na realidade, Generoso estava foragido havia quinze meses e, ao invés de empreender fuga para longe, correu o risco retornando para a cidade a fim de concretizar seu intuito, denotando claramente uma ação premeditada. O outro caso trata-se de uma fuga em massa de escravizados ocorrida na cidade de Capivari, região de Sorocaba, com desdobramentos igualmente dramáticos. Esteve sob o comando de Preto Pio. Sobre ele, Cavalheiro refere-se:

Pouco se sabe sobre esse extraordinário personagem a não ser a sua participação como líder da fuga que ficou conhecida como Êxodo do Capivari ou Retirada do Capivari, uma fuga em massa ocorrida em 1887. [...] Em outubro de 1887, com a participação dos caifazes (grupo de abolicionistas de São Paulo), centenas de escravos da cidade de Capivari foram soltos das senzalas. A caravana de fugitivos da escravidão passou por Porto Feliz, depois por Itu, Sorocaba e logo em seguida, rumo à capital paulista. Lá chegando foram recepcionados pelos caifazes que os orientaram a seguir rumo ao quilombo do Jabaquara, no litoral paulista. Há controvérsias sobre o local em que a caravana encontrou a força da cavalaria disposta no caminho para o Quilombo. O alferes Gasparino Carneiro Leão, pelo que consta teria sentimentos abolicionistas, destacou um *anspeçada*<sup>3</sup> para parlamentar com os escravos fugitivos, solicitando a eles que se dirigissem para outro rumo com o fim de desincompatibilizar os soldados da obrigação de prendê-los. No entanto, os escravizados assustaram-se ao ver aquele militar se aproximando a cavalo. Preto Pio, que se achava como líder natural daquele grupo, avançou. O *anspeçada* desceu do cavalo e continuou a aproximar-se à pé. Preto Pio então gritou para que ele parasse ali mesmo. No entanto, as ordens eram de parlamentar com os negros. Foi o que tentou fazer. Preto Pio pediu mais algumas vezes para que o outro não se aproximasse. [...] O fim foi trágico: como o militar não obedeceu ao pedido do Preto Pio, este puxou de sua foice e num golpe matou o *furriel*. Na sequência os soldados fuzilaram o

---

3 Graduação de praça entre marinheiro/soldado e cabo. Soldado de elite que formava o corpo da guarda. (Fonte: Dicionário Houaiss, Editora Objetiva Ltda, Rio de Janeiro, 2009)

escravizado. Morreu Preto Pio como mártir da liberdade do caminho para o Quilombo do Jabaquara. Dizem os cronistas que seu corpo foi levado para São Paulo e num exame de autópsia foi descoberto que não se alimentava há três dias. O gigante que lutou contra a escravidão, que não aceitou mais ser escravo, padecia de fome quando foi morto. Em consequência da luta de Preto Pio e dos escravizados de Capivari, os rumos da escravidão no Brasil mudaram. Militares recusaram-se, a partir daquele momento, e em decorrência da trágica morte do militar e do Pio, de perseguir escravizados fugitivos. Em Sorocaba, dois meses depois da fuga, em dezembro de 1887, ocorreu a abolição antecipada. Em maio de 1888, sem mais fôlego para continuar existindo, a escravidão foi abolida do Brasil. (Cavalheiro, 2013, p.11-12)

Um caso publicado no jornal Ypanema de 01 de março de 1873 mostra a resistência feminina à escravidão e, ao mesmo tempo, dá sinais de estratégias de fugas, contradizendo as palavras de Octavio Ianni descritas anteriormente, para quem “os cativos não tinham noção de suas condições de submissão”, portanto incapazes de estabelecer estratégias de resistência. Conta-nos Cavalheiro (2006, p. 89) que, segundo aquele jornal, “Clemência, escrava fugida, preocupava-se em andar com uma bandeja a dissimular a venda e compra para a casa dos senhores”. O sucesso da fuga dependia das estratégias de dissimulação. Uma escravizada perambulando pelas ruas, sítios e chácaras certamente provocaria suspeita sobre as razões de sua permanência nos locais públicos, daí o uso da bandeja. Também temos registro de uma escravizada que fora posta a venda pelo fato de esta recusar-se a servir à sua dona, conforme o mesmo autor. No dia 28 de outubro de 1866, o jornal O Araçoiaba, publicou o seguinte anúncio:

800\$rs. Vende-se uma escrava crioula, de nome Anna de 18 a 20 anos pouco mais ou menos, sadia, e sem vício de qualidade alguma, própria para serviço grosseiro. Não se vende por precisão mas sim por não querer servir à sua senhora. Para ver e tratar à Rua das Flores nº14. (Cavalheiro 2006, p.59)

Episódios como os descritos acima nos dão noção de o quanto foram dramáticas e árduas as lutas empreendidas por escravizados e escravizadas na região da cidade de Sorocaba e de o quanto é importante sua divulgação. Por um lado, reconhecemos os méritos dessas mulheres e homens que lutaram pela liberdade de muitos e, por outro, contribuimos para que pessoas de todas as etnias possam fazer outras leituras acerca da história da presença negra nessa cidade.

## 2.4 - Formação de famílias negras escravizadas nas senzalas da região de Sorocaba

Muito se tem falado, no senso comum, que, com a separação das famílias que aqui chagavam para ser escravizadas, a instituição familiar fora abolida na senzala. A própria carência de pesquisas nesse campo torna difícil o estudo sobre tema. Inclusive o olhar dos historiadores sobre o assunto, em geral, reforça a ideia da senzala como ambiente de práticas sexuais promíscuas e laços afetivos frágeis. Costa (2010), em sua obra “Da Senzala à Colônia”, diz o seguinte sobre a instituição dos casamentos entre os cativos:

De fato, se alguns fazendeiros se empenhavam em sacramentar a união dos escravos, a maior parte preferia ignorá-las. Raramente, eram confirmadas por ato religioso. Embora contrariando os preceitos da religião básica do país, o cristianismo, essa promiscuidade sexual (sic) em que viviam os escravos coincidia com os interesses do senhor, pois eliminava os problemas que surgiriam por ocasião da venda de escravos casados (COSTA, 2010, p.316)

Entretanto, um olhar mais apurado nos dá noção de que manter os laços familiares foi, sim, uma das estratégias de lutas empreendidas pelos cativos e cativas, ressaltando-se aí o papel fundamental desenvolvido pelas mulheres na estruturação dessas famílias. Robert W. Slenes (2011) refere que, na década de 1980, ao fazer uma pesquisa sobre a comunidade do Cafundó, bairro negro composto por remanescentes quilombolas de Salto de Pirapora, região de Sorocaba, acabou reconstruindo a história familiar daquele grupo desde o século XVIII. Inicialmente, seu interesse era tão somente o de escrever um capítulo de sua tese de doutorado, no qual questionava a suposta ausência da família escrava no Brasil, tão presente na nossa historiografia dos anos 1960 e 1970. Em seus estudos de cunho demográfico, realizados no ano de 1977, tendo como base as regiões de Campinas (SP) e Vassouras (RJ), havia concluído que a família conjugal escrava, apesar de sua vulnerabilidade diante das condições da escravidão, “havia emergido como uma instituição social viável nas regiões de *plantation* do Sudeste” (2011, p.17). Naquele momento, concentrou sua análise no fato de que, ao lançar mão de estratégias de formação de famílias nucleares, o senhor via nessa atitude uma forma de dominação, uma vez que os benefícios alcançados individualmente, como alforrias e doações de terras, poderiam servir para que os cativos

se dividissem. Posteriormente, achou interessante analisar a autonomia que supostamente poderia ser alcançada por essas mesmas famílias através de seus núcleos, em consonância com os estudos então em desenvolvimento pelos autores estadunidenses.

Ao tomar conhecimento da existência de uma comunidade de remanescentes quilombolas na região de Salto de Pirapora, em 1978, Slenes (2011) se interessou pelo caso. Soube que os moradores estavam sofrendo a pressão de fazendeiros grileiros, o que os colocava em situação de vulnerabilidade e risco de perda das terras. Tinha por objetivo lançar mão de seus conhecimentos em pesquisa de documentos cartoriais para assim ajudar a assegurar os direitos daquela comunidade. Desse processo, foi realizada uma pesquisa conjuntamente com Carlos Vogt e Peter Fry, da qual resultou a publicação do livro “A África no Brasil”, do qual o capítulo denominado “Histórias do Cafundó” foi escrito por Slenes. Segundo o autor, devido a problemas na editora, seu nome não consta na autoria do livro, embora apareça no prefácio escrito por Vogt e Fry. Para fins metodológicos, creditarei as referências bibliográficas aos três autores, ao me referir à essa obra em específico.

Segundo Vogt, Fry e Slenes ,

O Cafundó é um bairro rural, situado no município de Salto de Pirapora. Está a doze quilômetros dessa cidade, a trinta de Sorocaba e a não mais do que 150 quilômetros de São Paulo. Sua população predominantemente negra divide-se em duas parentelas: a dos Almeida Caetano e a dos Pires Pedroso. [...] O fato de serem proprietários das terras em que vivem, aliado ao fato de falarem, como eles mesmos dizem, uma “língua africana”, constitui certamente a causa mais imediata da “descoberta do Cafundó”. Tornada visível pelos meios de comunicação de massa, o Cafundó passa logo a ser objeto de disputa quanto a seu *copyright*. Se Benê Cleto é o primeiro a noticiar a “descoberta” no Cruzeiro do Sul, Sérgio Coelho, do mesmo jornal e ainda correspondente de O Estado de São Paulo em Sorocaba, é quem dela se apropria, dando-lhe a divulgação mais ampla. (Vogt, Fry e Slenes, 1996, p.15)

Os autores seguem dizendo que, nesse período, houve um conflito local que resultou na morte de um jagunço de nome Benedito de Souza, ocorrida no dia 18 de julho de 1978, que, a mando de um fazendeiro da região, tentou fazer uma cerca contra a vontade dos moradores do Cafundó.

Nesse mesmo período, o jornalista Sérgio Coelho, citado pelos autores, entrou em contato com o núcleo de cultura negra de Sorocaba, do qual Ana Maria Mendes era membro, conforme nos conta em sua entrevista.

Em Salto de Pirapora, alguém da elite do lugar resolve que vai pegar a terra de uns negros que viviam adiante da cidade em lugar bem isolado. Esses negros diziam que eram donos da terra. Esses integrantes dessa elite contrataram jagunços pra atacar aquela comunidade. Na troca de tiros um mais afoito invadiu o terreno e um morador local (da comunidade) acabou matando o invasor. Isso virou um fato policial. Estou me referindo à Comunidade do Cafundó. Um amigo nosso, jornalista branco chamado Sergio Coelho de Oliveira foi até lá pra fazer reportagem e ao voltar nos procurou, porque vira algo que nunca ninguém soube que existia. Eram todos negros retintos, estavam em situação de miserabilidade mesmo e não tinham condições de sair de lá pra plantar. Tínhamos de fazer alguma coisa por eles. Então a primeira ação social que fizemos foi levar alguma coisa para o Cafundó. Pedíamos na cidade (alimentos e gêneros de primeira necessidade) e distribuíamos às pessoas que estavam presas por não poderem sair de casa pra plantar, com risco de serem atirados. Dessa forma, íamos para lá aos sábados pra fazer a distribuição de alimentos. Foi uma grande experiência, pois víamos outra realidade. Para nós que estávamos vivendo nos grandes centros, profissionais já formados com tão pouca idade, encontrar irmãos em situação de tamanha miséria foi muito marcante. (Ana Maria Mendes, 67 anos)

Vogt, Fry e Slenes (1996) afirmam que, na medida em que foram se envolvendo no trabalho de reconstituição das relações dos antepassados daquela comunidade com seus senhores, puderam confirmar, tanto através de relatos orais como por documentos cartoriais de doações de bens, que era bastante comum o registro de famílias de escravizados com laços muito significativos. Nos documentos levantados em cartórios locais, consta a lista de escravos do senhor Joaquim Manoel de Oliveira. O documento reúne uma série de informações sobre cada escravizado, inclusive estado civil e a filiação, permitindo a identificação de grupos familiares.

Na lista de vinte pessoas, treze pertenciam a mesma parentela. Joaquim (homônimo de seu senhor) e Ricarda e seus quatro filhos, mais os pais e cinco irmãos de Ricarda. Dos outros escravos, cinco são de uma única família (mãe viúva e quatro filhos). Das catorze pessoas com 25 anos ou menos, treze têm pais presentes que são ou que já foram casados. (Vogt, Fry e Slenes, 1996, p.49)

Essa constatação contrasta totalmente com a imagem da senzala destituída de laços parentais, com anomia, patologia social, devassidão sexual, etc. Na medida em que a pesquisa foi avançando, outros registros de famílias formadas nas senzalas foram aparecendo, como no testamento da senhora Maria do Monte Carmelo Ayres de Lima, lavrado em 1851, no qual distribuía seu legado da seguinte forma:

Deixo a morada mais grande da casa, atrás do semitério (sic) aos meus Escravos, isto é, a sala, a alcova a mão esquerda a meu afillhado Manoel Marcelino [homem livre, mas provavelmente ex-escravo de dona Maria, já que é chamado aqui de escravo], o salão grande a direita a Cesario carpinteiro, o quarto forrado a Fabiano, e sua mulher Catharina [ex-escrava de dona Maria, liberta anteriormente]; outro quarto a José Mulato, e sua mulher Maria, e o quintal servirá a todos. (Vogt, Fry e Slenes, 1996, p.70)

Esses dados nos levam a inferir que, ao menos na comunidade descrita por esses autores, os casamentos entre os cativos era prática comum, colocando em questão a veracidade das afirmações acerca da fragilidade das relações familiares entre cativos. Em Sorocaba, também temos registros que confirmam a formação de famílias nas senzalas. Cavalheiro, ao falar sobre casos de compras de alforrias pelos escravizados, cita os seguintes casos pesquisados nos cartórios locais, ambos no ano de 1872:

Liberdade – Por despacho do dr. juiz, foram declarados libertos, os pretos Antônio, e sua mulher Gertrudes, ambos com 60 annos, crioulos, escravos do finado Francisco Dias Prestes, por haverem elles exhibido em juízo a quantia de 600\$000 pela qual foram avaliados no inventário. (Cavalheiro, 2006, p.64)

Mais esse caso:

Manumissões – Os escravos João e sua mulher Maria, pertencentes a herança de d. Josefa Maria Prestes, apresentaram em juízo o valor de sua avaliação, pedindo ser declarados libertos, e assim foram considerados por despacho do dr. juiz de orphams em data de 7 do corrente. (Cavalheiro, 2006, p.64)

O Brasil carrega a triste marca de ter sido a última nação a abolir a escravidão, mas a historiografia local, ao falar da boa convivência entre senhores e cativos, dá como exemplo o fato de que Sorocaba se antecipou na sua abolição, o fazendo em fins do ano de 1887. Na realidade, isso nada mais foi do que resultado das resistências dos cativos, aliada a interesses da elite local, que, com a eminência da república, urgia a implantação do trabalho livre. Já nesse período, aqui como em outras partes do país, houve o afluxo de imigrantes, dentro do processo de branqueamento do Brasil, onde a mão de obra negra foi excluída para a vinda dos imigrantes europeus (Andrews, 1998; Hofbauer, 2006). Tem-se o início de outra fase das lutas negras brasileiras, que, como disse anteriormente, começou ainda na travessia do Atlântico e perdura até a atualidade e é sobre elas que falaremos no próximo capítulo.

### Capítulo 3

## MOVIMENTOS NEGROS: DO PÓS-ABOLIÇÃO À CONTEMPORANEIDADE

Com a abolição da escravidão, assinada em 13 de maio de 1888, os negros cativos do Brasil passaram da condição de escravizados a cidadãos livres. Diz-se que entramos no dia 14 de maio e dele ainda não saímos. Pelo texto lacônico da Lei Áurea, excluía-se a escravidão sem, contudo, prever qual o destino que teriam aqueles homens, mulheres e crianças, agora livres da escravidão, mas sem qualquer destino definido. Conforme discutido no capítulo anterior, durante todo o tempo do cativo, negros e negras escravizados buscaram os mais diversos meios de se organizar para vencer as dificuldades impostas pelo escravismo. Há registros de organizações com estrutura política, antes mesmo da assinatura da lei.

Segundo Gomes (2005), já em 1873, surge uma entidade denominada Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor. Seu estatuto previa, dentre outras coisas, “promover tudo quanto estiver ao seu alcance em favor de seus membros”. Ainda segundo aquele documento, estes deveriam: ter idade mínima de 14 anos, ter bom procedimento, ser livre, liberto, ou mesmo sujeito de cor preta, de um ou outro sexo. Esse estatuto foi enviado em 24 de setembro de 1874 para aprovação de sua constituição ao Conselho de Estado do Império. Sua aprovação foi negada em 16 de janeiro de 1875, sob a seguinte alegação:

Os homens de cor, livres, são no Império cidadãos que não formam classe separada, e quando escravos, não têm direito a associar-se. A sociedade especial é, pois dispensável e pode trazer os inconvenientes da criação do antagonismo social e político: dispensável, porque os homens de cor devem ter e de fato têm admissão nas Associações Nacionais, como é seu direito e muito convém à harmonia e boas relações entre os brasileiros. (GOMES, 2005, p.8)

Pelo teor da alegação daquele conselho, vemos que o artifício de negar a exclusão negra não é invenção da atualidade, embora por vezes assumam outros

contornos. Hoje, temos visto os debates sobre as ações afirmativas e os argumentos utilizados para sua contestação são exatamente os mesmos.

Nesse capítulo, pretendo dissertar sobre a atuação dos movimentos negros após a abolição da escravidão e a Proclamação da República, em 1889. Segundo Domingues (2009), Movimento Negro é pensado por Pinto como:

[...] um conjunto das iniciativas de natureza política (*strictu sensu*), cultural, educacional ou de qualquer outro tipo que o negro vem tomando, com o objetivo deliberado de lutar pela população negra. (PINTO, 1993, *apud* DOMINGUES, 2009, p.9)

Será nessa perspectiva que categorizarei as diversas manifestações negras como movimentos negros.

É possível afirmar que a liberdade que a abolição prometia ao negro não se configurou como realidade, antes o deixou em situação de grande vulnerabilidade social. Na verdade, esse foi um arranjo feito bem ao gosto do senhor, que substituiu o braço negro sem precisar arcar com o ônus dos séculos de exploração. Segundo Fernandes (2008), em São Paulo, com a desorganização do trabalho e com a desintegração da ordem escravocrata, o negro passou aos poucos a ser eliminado do sistema de trabalho. As oportunidades surgidas com a instituição do trabalho livre foram aproveitadas pelos imigrantes e pelos chamados “*trabalhadores nacionais*”, geralmente “brancos” ou “mestiços” [na maioria de descendência cabocla], que constituíam sob o regime servil uma camada social “livre”, mas dependente e sem profissão definida.

Em seu livro “Memória e Sociedade: lembranças de velhos”, Bosi (2012) publica o depoimento de idosos nascidos em fins do século XIX e início do Século XX. Em suas memórias, Sr. Amadeu nos dá uma amostra do panorama da distribuição territorial e empregabilidade entre europeus vindos com a imigração e os negros libertos na cidade de São Paulo:

No Brás não moravam só italianos. Os portugueses em São Paulo não tinham uma grande colônia, como em Santos e no Rio de Janeiro. No Brás os portugueses ficavam nas padarias e nos bares. Eram poucos. Mais espanhóis do que portugueses. Os espanhóis ficavam nos armazéns de cereais, mas principalmente nos ferros-velhos. Na fábrica, poucos. A maioria preferia se estabelecer por conta própria. Abriam uma portinha de cebolas na Santa Rosa. Hoje, os espanhóis ficam principalmente na Rua Piratininga. Comercializavam ferros-velhos, depois ficaram com a venda de peças de automóvel. Conheci muitos espanhóis: o Rafael Morales, pai do jogador de



pingue-pongue; Macotera, Sevillano que já tem oitenta anos, Francisco Herrerias. O filho de Sevillano mora no Jardim Paulista. O velho já com oitenta e dois anos, mora ainda no Brás. Está sempre ali sentadinho, dizem que toma sete ou oito Caracus por dia. Pretos no Brás tinha muito pouco. A maior parte eram descarregadores de sacos lá no Mercado Pequeno, um mercado de peixe, na ladeira do Empório Toscano, perto do Parque D. Pedro. Nós não sabíamos onde moravam aqueles pretos. Deviam morar longe, no Alto da Mooca, Alto do Ipiranga. Eram lugares longes, descampados, onde a turma tinha um terreninho, depois do Monumento. Preto distinto conheci um. [...] A maioria dos pretos descarregavam sacos. Naquele tempo no Brás só havia 1% de pretos. Mas depois da guerra, principalmente no largoda Concórdia, o Brás virou a Bahia. (BOSI, 2012, p.144)

Com a liberdade que o avançar do tempo nos confere, Sr. Amadeu fala, sem constrangimento, sobre o quanto os europeus se estabeleceram no comércio, que naquele tempo era mais lucrativo, podendo inclusive escolher o tipo de produto que iriam comercializar. Também lhes foi possibilitado habitar as áreas melhor estruturadas do ponto de vista da urbanização que se constituía naquele momento, embora destaque a coabitação propiciada pelo pós-guerra. Aos negros, sobraram os serviços braçais e as moradias nos lugares mais distantes. Perto de um século depois, ainda vemos, nos dias de hoje, os negros sendo deslocados cada vez mais para os bairros longínquos e ainda exercendo as profissões mais desvalorizadas e mal remuneradas. Telles (1992, *apud* HANCHARD, 1994, p.45) mostra que São Paulo é a terceira área de maior segregação racial do país. O autor ressalta que, num dos poucos estudos comparativos sobre a segregação e a demarcação raciais nas duas cidades, Raquel Rolnik (1989) observou que, embora as áreas “negras” de ambas nunca tenham sido inteiramente negras (os negros moravam junto com os italianos em São Paulo e portugueses no Rio), existem nas duas cidades espaços que foram e são claramente demarcados de acordo com fronteiras raciais e culturais. Essa autora afirma que a história do Rio e de São Paulo é marcada pela marginalização e estigmatização do território negro.

Os próprios historiadores brasileiros, em sua maioria descendentes de europeus, não raro, produzem leituras históricas que ressaltam os feitos desses homens e mulheres. Na história das lutas trabalhistas, poucas linhas são dedicadas à contribuição do negro, estando geralmente em destaque sua contraparte europeia. Bosi (2012) nos traz a memória de oito pessoas idosas, sendo sete delas brancas, de maioria nascida na Itália ou filhos de imigrantes italianos, como seus próprios antepassados e uma única

negra descendente de escravizados, D. Risoleta, coincidentemente a última pessoa a ter suas memórias retratadas no livro.

A priorização dada aos brancos para a ocupação do mercado de trabalho de então define que, com o desaparecimento da escravidão, o elemento negro perdera sua posição no sistema econômico. Dentro dessa lógica, as ruas passam a contar com um grande contingente de ex-escravizados, que ora padecem da falta de ocupação profissional no sistema que aqui se implantava, ora tinham de se contentar com as funções mais subalternas. Com isso, aumenta sensivelmente a perseguição policial e repressão aos negros e negras, tidos como vadios.

Em Sorocaba, as coisas não diferiram daquilo que fora descrito por Fernandes e pelo Sr. Abel e a chegada dos imigrantes excluía os negros e negras, enquadrando-os na categoria de desocupados e vadios. Segundo Cavalheiro, eram:

[...] discriminados, perseguidos e presos. Essas prisões eram enaltecidas pela imprensa local sorocabana, que, sempre que podia, evidenciava a participação de negros nessas prisões. (2010, p. 37)

No dia 28 de fevereiro de 1888, o jornal Diário de Sorocaba aplaude a iniciativa da polícia ao prender duas mulheres por vadiagem. Dizia o seguinte:

Obriguem-se os vadios a trabalhar que não importaremos nem feijão, nem milho, nem arroz, e o que é mais, nem gente pra vir nos mostrar o que possuímos. E, segundo nos informam, que excelentes côrtes de fiandeiras. (Jornal Diário de Sorocaba, 28 de fevereiro de 1888, citado por CAVALHEIRO, 2010, P.37)

De acordo com a nota, o jornalista nos faz acreditar que, com a obrigação de os “vadios” trabalharem, não mais precisaríamos importar a mão de obra de fora, embora elogie suas qualidades. Denota-se claro paradoxo, uma vez que a desocupação dos negros era causada justamente pela preferência à mão de obra não negra. Vale ressaltar que a desocupação feminina não era muito comum, pois atingiu preferencialmente aos homens. Segundo Faria e Nobre (1997), as mulheres negras sempre trabalharam fora, primeiro como escravas e depois na prestação de serviços domésticos ou como vendedoras ambulantes, circulando por muitos espaços públicos.

Ainda que, com toda perseguição policial, uma das formas associativas que sobreviveram intactas à abolição foram as irmandades. Andrews (1998) ressalta que as

irmandades negras mais importantes da cidade de São Paulo foram a Irmandade da Nossa Senhora do Rosário, fundada em 1711, e a Irmandade da Nossa Senhora dos Remédios, fundada em 1836. Embora funcionassem com cunho ligado às lutas contra a exclusão social sofrida pelos negros, tinham vínculos com a igreja católica, o que muitas vezes levava a conflitos. Para Andrews:

Um aspecto distintivo das igrejas conservado pelas irmandades afro-brasileiras foram as danças públicas que tinham lugar em seus terreiros ou na rua. Estes eventos criaram uma considerável tensão entre as irmandades e a hierarquia católica, que considerava a música e a dança africanas e afro-brasileiras tolices públicas barulhentas e que aviltavam a dignidade da Igreja. Por isso depois da abolição, os afro-brasileiros aproveitaram sua nova liberdade para começar a criar novas organizações independentes da Igreja, através das quais poderiam prosseguir com suas danças e encontros. (Andrews, 1998,p.219)

São oriundos dessas manifestações as rodas de samba, congada, capoeira, batuque, jongo, umbigada e outras expressões negras que futuramente dariam origem, inclusive, às escolas de samba. Em Sorocaba, são famosas as expressões de batuques e congadas, ao ponto de Fernandes (2006) realizar pesquisas sobre o tema em 1942, quando se avistou com praticantes locais. O trabalho foi publicado em seu livro “Mudanças Sociais no Brasil”. Na ocasião, entrevistou Salerno das Neves, liderança local contemporâneo de nossa entrevistada Ondina Seabra, que diz sobre ele:

Na Rua Tamandaré na Vila Leão só moravam pretos. Havia o Salerno das Neves que era o “chefe dos pretos”. A maior liderança da cidade. Usava capa nas costas e andava pelo meio da rua, não usava a calçada. Tudo que o negro quisesse, tinha primeiro que conversar com Salerno e depois dele nunca mais houve um líder igual. (Ondina Seabra, 92 anos)

Cavalheiro (2013) também destaca essa figura carismática. Segundo o autor, Salerno Augusto de Camargo Neves (1874-1945) exerceu essa liderança em especial nas décadas de 1920 e 1930. Era responsável pela festa de São Benedito, bem como outras devoções religiosas realizadas na igreja de Santo Antônio (já demolida e que funcionava ao lado do atual Mercado Municipal). Um dos seus feitos mais importantes foi o de tornar-se o primeiro presidente da Frente Negra local, conforme veremos mais à frente.

Embora não se tenha registro de sua participação nas irmandades, outra figura importante, que marcou a comunidade negra local naquele período, foi Nhá

Quitéria. O mesmo autor afirma que foi uma negra de personalidade forte e que, ao morrer, contava com mais de um século. Foi ama de leite de inúmeras crianças brancas, ex-escrava e não se intimidava com trabalhos pesados. Teve destaque nas feiras de muares, onde, diziam, montava animais com maestria e que chegava a domar burros xucros, mesmo depois de ter completado 80 anos. Era contratada pelos compradores de mulas, que pediam que montasse os animais antes de fechar a compra. Apesar de usar esporas, costumava andar com os pés descalços. Faleceu aos 11 de janeiro de 1955 e o Jornal O Cruzeiro do Sul assim noticiou sua morte:

O passamento desta criatura, que até nos últimos instantes de sua vida, demonstrava uma disposição incrível para o trabalho, conduzindo sua carrocinha para baixo e para cima, realizando pequenos expedientes, cavalgando ainda com maestria o seu animal, quando o levava para o pasto, causou geral consternação na cidade, porque Nhá Quitéria era admirada e estimada por todos os Sorocabanos que a conheciam. (Jornal O Cruzeiro do Sul, 11 de janeiro de 1955, citado por Cavalheiro, 2013, p.16)

Os chamados “clubes de homens de cor” também se constituíam como outra forma de associação adotada pelos negros, como alternativa aos clubes locais que, em sua totalidade, não permitam sua entrada. Em sua entrevista, Ondina nos conta sobre como era a segregação nos clubes sociais frequentados por brancos em Sorocaba.

No (clube) recreativo preto não entrava. No Sorocaba Clube era mais rígido, pois era a fina-flôr. Negro não entrava nem pra dar um recado. (Ondina Seabra, 92 anos)

Em São Paulo é famoso o Aristocrata Clube, frequentado pelos negros que conseguiam galgar alguns degraus na pirâmide social, em sua maioria trabalhadores do comércio ou funcionários públicos. Sorocaba também teve suas agremiações a partir da década de 1920 e a mais importante delas foi o Clube 28 de Setembro, inaugurado em 1945, conforme nos conta Ondina Seabra:

Frequentávamos o Clube São Paulo Atlético, que ficava na Rua Padre Luiz. Pertencia ao Rubilotta, um italiano casado com uma preta. Éramos praticamente as donas do clube, dançávamos toda semana. Depois em 1945 foi inaugurado o (clube) 28 de Setembro, quando estive presente. (Ondina Seabra, 92 anos)

Esse clube, fundado em 1945 como alternativa aos outros clubes sociais locais, viria a ser de vital importância como aglutinador da comunidade negra local. Irá aparecer nas narrativas de todas as nossas entrevistadas, em contextos os mais diversos.

(...) No final dos anos 1960, nós jovens negros começamos a nos reunir no Clube 28 de Setembro, com a finalidade de trocarmos as poucas informações que tínhamos sobre a questão negra. (Ana Maria Mendes, 67 anos)

(...) Dessas conversas, resolvemos fazer o primeiro encontro do jovem negro sorocabano (...). O primeiro lugar que procurei foi o Clube 28 de Setembro, que é uma agremiação social que congrega a comunidade negra da cidade. (Rosângela Alves, 50 anos)

(...) Nesse período também conheci o Clube 28 de Setembro. Frequentava tanto nas atividades de Hip Hop e também nas festas e bailes e foi muito importante pra constituir a minha identidade negra. (Jaqueline Lima, 27 anos)

Registros como esses mostram estratégias utilizadas pelos ex-escravizados e seus descendentes como espaços de sociabilidade negra, em uma atitude de autopreservação e contra-hegemônica. Os nascentes jornais editados pelos negros inauguram novas formas de lutas.

### **3.1- A Imprensa Negra no Brasil**

Em meados do século XX, o Brasil assistiu ao surgimento da imprensa negra independente. Estudar esse episódio é de vital importância, no sentido de promover a desconstrução da ideia propagada no senso comum, e até por alguns historiadores mais conservadores, de que a comunidade negra sempre foi iletrada, analfabeta e desorganizada. Segundo Munanga e Gomes (2010), esses jornais eram feitos por homens de baixas posses, como José Correa Leite, auxiliar de farmácia, Jayme Aguiar, pequeno funcionário, e outros de mesmo nível social. A situação desses órgãos era de muita luta, uma vez que não tinham anunciantes e a venda avulsa não compensava. A sua proliferação foi intensa e até o final dos anos 1930 havia pelo menos trinta desses jornais circulando por São Paulo. Por meio deles, a população negra, que se via excluída socialmente pelo sistema instituído, encontrou uma tribuna na qual pudessem falar de desemprego, exclusão, preconceitos, violência policial e tantas outras mazelas que os atormentavam. Domingues (2006) ressalta também que as

páginas desses periódicos serviam de denúncia contra o sistema de segregação racial que incidia em várias cidades do país, impedindo negros e negras de ingressarem ou frequentarem determinados hotéis, clubes, cinemas, teatros, restaurantes, orfanatos, estabelecimentos comerciais e religiosos, além de algumas escolas, ruas e praças públicas.

O caráter político do jornal de Campinas “O Baluarte” fica claro na nota de saudação por ele publicada no dia 15 de janeiro de 1904 e reproduzida abaixo.

Poucas vezes sentimos entusiasmo com o aparecimento de um jornal, muito embora a sua apresentação ao público traga promessas que satisfaçam as aspirações as mais legítimas. [...]. Pretende ele ser o legítimo órgão da classe de homens de cor, levantar essa classe há muito tempo aviltada em nosso país. É por isto que esse jornal é digno dos maiores encômios e a mais elevada simpatia por parte da população campineira, e todo homem amante da liberdade e do engrandecimento do nosso país não pode deixar de o ver com bons olhos [...]. É mais que louvável, honra inteiramente a classe dos homens de cor, a sustentação de um órgão que, pugnando pelos interesses da classe, ao mesmo tempo os prepare para as lutas da vida, ensinando-os a ser cidadãos no mais restrito sentido da palavra [...]. Ao Baluarte, pois, as nossas felicitações entusiásticas e o protesto da nossa admiração e estima. (Citado por Domingues, 2008, p.20)

Ao serem chamados genericamente de Imprensa Negra, temos a impressão de que esses periódicos constituíam uma unidade do ponto de vista de suas estratégias empregadas. Entretanto, um olhar mais atento nos mostra que alguns propugnavam uma postura mais combativa, enquanto outros se colocavam de forma mais conciliatória, e muitas vezes moralista ao extremo e até puritana. Criticavam a vadiagem, o uso de bebidas alcoólicas e a vida boêmia. O negro deveria zelar pela moral e bons costumes, ser trabalhador, honesto e cumpridor de seus deveres. Domingues (2008), ao falar do tom puritano de alguns desses jornais, destaca que, em 1921, um leitor do jornal O Alfinete, de São Paulo, enviou uma carta na qual elogiava as condutas das autoridades de Sorocaba quanto à força de controle sobre a população. Dizia a carta:

Li há dias num jornal de Sorocaba que uma sociedade recreativa d'aquela cidade deliberou, em reunião, abolir o uso de bebidas alcoólicas por ocasião de suas festas, permitindo tão somente o uso das bebidas sem álcool, como sejam: néctar, sisi, gazosa e etc. Abolindo o álcool do seio das nossas sociedades, e mesmo das mezas dos nossos lares, muito conseguiremos em favor da nossa classe de cor. Creio não haver nisto ofensa alguma, pois simplesmente o ideal de quem estas linhas subscreve, é ver os seus irmãos ao lado d'aqueles que sabem prezar a sua cor, amar a virtude e desprezar o vício. (Domingues, 2008, p. 41)

Além da postura moralista, outros jornais assumiam a estratégia de negar o preconceito racial no Brasil, como forma de evitar confrontos diretos com as elites detentoras do poder, que o negavam de forma peremptória. Domingues segue dizendo que, no dia 29 de abril de 1928, o jornal O Clarim da Alvorada publicou o seguinte editorial, sob o título de “Na terra do preconceito”:

Aqui não é preciso que eu diga: não existe preconceito algum para se combater. Vivemos em comunhão perfeita, não somente com os brasileiros brancos, como também com o próprio elemento estrangeiro. Mas se aqui existisse o preconceito teria a certeza que a nossa questão racial há muito estaria resolvida. Portanto, não temos nenhum a combater, o que precisamos é trabalhar para a união do elemento negro brasileiro; não somente para o nosso bem, como também para o bem da nossa querida pátria. (Domingues, 2008, p.50)

A negação do preconceito contribuía para desarticular a luta política antirracista, pois não se combate aquilo que não existe. Ao enaltecer essa suposta harmonia racial, estavam ratificando a ideologia do discurso dominante, que dizia que os infortúnios vividos pelos negros se deviam à sua própria culpa e não à falta de oportunidades. O ponto de convergência de todos os jornais era o discurso de que seria através da educação que o negro poderia integrar-se na sociedade. A educação concebida por eles extrapolava o sentido formal e significava o aprimoramento moral através do aprendizado de valores civilizatórios, determinados pela sociedade branca. Aos poucos, contudo, passaram a assumir uma postura política mais combativa. Domingues (2008) refere que, por isso, o Clarim da Alvorada, em 1925, assumiu a campanha pela formação de um partido político específico, composto exclusivamente por cidadãos e cidadãs de raça negra.

Esses jornais, embora lutando contra a exclusão racial, se mostraram pouco sensíveis à exclusão de gênero. Para Pinto (1993, *apud* DOMINGUES, 2009), a mulher negra esteve presente no surgimento do movimento negro, atuando principalmente auxiliando os homens. Porém, adverte que essa afirmação deve ser relativizada, uma vez que a pesquisa por ela empreendida baseou-se centralmente na Imprensa Negra, que foi majoritariamente masculina. Afirma não ser possível saber ao certo se a atuação feminina teve um registro menos cuidadoso ou se foi menos relevante.

Assim, Domingues (2008) conclui que, do ponto de vista político-ideológico, todas as alternativas antirracistas articuladas pela imprensa negra dos “homens de cor” operavam nos marcos do nacionalismo. Para eles, o sentimento de brasilidade, a defesa da pátria e o ideal de integração nacional eram concebidos como valores supremos pelos ativistas negros nas primeiras décadas do século XX. Foi com esse pensamento que surge a Frente Negra Brasileira, que perdurou de 1931 a 1937.

### **3.2 - Frente Negra Brasileira- FNB**

Veio do Rio para São Paulo e de lá para cá um pessoal que queria formar um grupo de negros na cidade. Minha mãe fazia parte dessa articulação. Lembro-me de descer com mamãe a rua XV de Novembro em passeata. Isso foi antes de formar a Frente Negra. Quando ela foi formada, mamãe não gostou do pessoal e se desligou. (Ondina Seabra, 92 anos)

Esse primeiro fragmento do texto é um trecho da entrevista de Ondina Seabra relatando as primeiras articulações para a formação da Frente Negra Sorocabana. Com o golpe de Estado de 1930, Getúlio Vargas chega ao poder no Brasil. Ideologicamente, a nossa política ficou polarizada em duas frentes: a da esquerda, na Aliança Nacional Libertadora (ANL), e a da direita, na Ação Integralista Brasileira (AIB). Para Domingues (2008), tanto as organizações políticas de base popular quanto os partidos políticos das elites não incluíam em seu programa a luta em favor dos descendentes de africanos. Abandonados pelo sistema político tradicional e com décadas de experiências em suas associações, negros paulistas criaram a Frente Negra Brasileira no dia 16 de setembro de 1931. De seu núcleo originário faziam parte Isaltino Veiga dos Santos, Francisco Costa Santos, David Soares, Horácio Arruda, Alberto Orlando e Gervásio de Moraes. Com fortes campanhas empreendidas nos jornais da chamada Imprensa Negra, sua disseminação foi muito rápida. Em 1936, a entidade contava com mais de sessenta delegações distribuídas no interior de São Paulo e outros Estados, como Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Também mantinha certo contato com organizações de mesmo nome no Rio Grande do Sul e Bahia.

Sua estrutura organizacional se baseava no modelo autoritário instituído no Brasil. Ainda segundo Domingues (2008), a organização tinha um “Presidente”



(também conhecido como “chefe”) e um “Grande Conselho” que o auxiliava. Na prática, porém, a figura do “Chefe” tinha poderes quase absolutos. Além dos cargos de direção, a estrutura administrativa era completada pelos cabos, comissários e fiscais. Outra característica que parece ter sido inspirada no autoritarismo em voga naquele momento é o fato de não ter eleições internas. Durante toda a sua existência, teve apenas dois presidentes: Arlindo da Veiga dos Santos, que abdicou do cargo em junho de 1934, e Justiniano Costa, que o substituiu.

O surgimento de uma organização negra naquele momento teve grande repercussão no país. Havia a sensação, tanto entre os trabalhadores brancos pertencentes às classes mais baixas quanto entre os negros, de que precisavam ter maior participação na vida pública, em um Brasil que se encontrava sob um regime de ditadura.

Quanto à ação efetiva, Andrews (1998) afirma que:

A Frente subvencionou cursos de alfabetização e vocacionais para adultos, e montou uma escola elementar. Criou uma clínica que oferecia cuidado médico e odontológico a baixo custo, e seu departamento legal proporcionava assistência aos membros envolvidos em disputas com proprietários de terras ou com patrões. Também oferecia benefícios de auxílio mútuo e estabeleceu uma cooperativa de crédito como parte de uma campanha “compre sua própria casa”, destinada a ajudar os afro-brasileiros a escapar dos porões fétidos do centro da cidade, comprando terrenos e casas nos então subúrbios periféricos do Jabaquara, Saúde e Casa Verde. (Andrews, 1998, p.232)

Pelo teor de seus programas, denota-se a intenção de uma atuação em especial nos lugares em que havia a absoluta falta de políticas públicas que pudessem, de alguma forma, promover a inclusão social de negros e negras. Em 1936, a FNB conseguiu se registrar como partido reconhecido, embora nunca tenha conseguido eleger nenhum de seus candidatos, mesmo com o grande esforço empreendido nesse intuito. Foi proscrita em 1937, com a instituição do Estado Novo e impedimento de funcionamento dos partidos políticos, como veremos adiante. Contudo, conseguiu alguns feitos como grupo de pressão e lobby em questões relativas à discriminação racial. Andrews (1998) refere que, dentre outros feitos, conseguiu eliminar as políticas de admissão de somente brancos nos riques de patinação da cidade e outros lugares de lazer público. Também retomou a questão do ingresso de negros na Guarda Civil. Mesmo não havendo nos estatutos nenhuma lei impedindo o ingresso de negros, a discriminação informal continuava a ser um obstáculo ao ingresso de negros em seus

quadros. Ao responsabilizar a “administração interna da Guarda Civil de São Paulo”, que era composta, na sua maioria, por estrangeiros, a Frente Negra apelou diretamente ao Presidente Vargas, que, após receber uma de suas lideranças, ordenou a Guarda que alistasse imediatamente duzentos recrutas negros. No decorrer da década de 1930, cerca de quinhentos afro-brasileiros ingressaram na milícia do Estado, um dos quais ascendeu ao posto de coronel.

Com o seu fortalecimento nos grandes centros, a estratégia da FNB foi a de se estabelecer também no interior do país. Seus membros procuravam contatar as lideranças locais, em sua maioria iniciada, principalmente, a partir das irmandades negras.

Sobre Sorocaba relata Cavalheiro (2013):

Foi na noite de 23 de fevereiro de 1932 que ocorreu a primeira reunião de organização da Frente Negra em Sorocaba, na casa de Benedito Antunes do Nascimento. Foi formado um Conselho Provisório, empossado no dia 12 de março, tendo como delegado geral Benedito Antunes dos Nascimento, e como conselheiros Salerno das Neves, Olympio Castello Alves, Isaltino de Arruda, Luiz Correia de Moraes, Benedito de Andrade, Mariano Santana, João Evangelista e Alfredo Monteiro. Em solenidade realizada no Palacete Scarpa, no dia 02 de abril de 1932, com a presença de Veiga dos Santos, Guaraná Santana e Vicente Ferreira, vindos da capital, foi empossado o corpo diretor da frente Negra de Sorocaba, tendo Salerno das Neves como Presidente. (...). Era estimado em quinhentos o número de sócios da Frente Negra em Sorocaba, no dia da posse do conselho permanente. (Cavalheiro, 2013, p. 67-68)

É a passagem de Salerno das Neves de liderança tradicional para partidária. Da mesma forma desenvolvida em São Paulo, em Sorocaba, o trabalho da Frente Negra também se concentrou na formação de negros e negras para a inserção na vida pública local. Em sua entrevista, Ana Maria compartilha aquilo que pesquisou sobre a Frente Negra Brasileira, pois não se trata de sua experiência vivida:

Um dos viés da Frente Negra Brasileira era trabalhar a inserção social, e arrebanhando os negros da cidade em quantidade, para depois então desenvolver os trabalhos. O primeiro objetivo era promover a integração do negro na sociedade brasileira, aparelhando esse negro para ele estar presente na vida livre. Esse aparelhamento se dá na formação de cursos noturnos para alfabetização, corte e costura e serviços de cooperagem, todos financiados pela Frente Negra, para forçar a empregabilidade do negro e sua integração na sociedade. Os pilares eram trabalho e educação. (Ana Maria, 67 anos)

Durante a sua entrevista, Ondina Seabra nos conta que os cursos de alfabetização eram realizados na Rua do Viaduto Jânio Quadros e tinha uma professora chamada Ruth Vera Cruz, que posteriormente veio a ser muito sua amiga. Ressalta que, segundo a professora, um dos maiores desafios por ela enfrentados foi a evasão dos alunos. Ondina diz também que houve muitos eventos na cidade envolvendo os militantes fretenegrinos, tendo inclusive algumas fotos retratando essas datas. Por ser muito pequena à época, refere lembrar mais das festas do que das discussões ocorridas no campo da política.

Em nível geral, a FNB assumia uma postura integralista e com moral bastante rígida, destacando sua finalidade rigorosamente brasileira. Seu discurso tinha forte penetração popular, misturando-se com a xenofobia. Por sua perspectiva nacionalista, chegou a ser denunciada como entidade de caráter fascista por vários intelectuais, setores operários e partidos políticos e, posteriormente, por muitos historiadores e sociólogos (Gomes, 2005). Tendo em vista a exclusão sofrida pelos negros com a vinda dos imigrantes europeus, a FNB também passa a usar um discurso que de alguma forma se aproximava do fascismo e nazismo em seu caráter nacionalista, quando condena as oportunidades oferecidas aos trabalhadores estrangeiros. Há registros de seus integrantes elogiando a atuação de Adolf Hitler na Alemanha nazista. Temos de ressaltar que, naquele momento histórico, a via autoritária se constituía regra e não exceção. Essa racialização do debate político assustava setores sociais. Em 1936, ela se transforma em partido político, contudo, em 1937, veio o Estado Novo de Getúlio e são fechados todos os partidos políticos e proibidas as formas de associação política. Com a instauração da ditadura do Estado Novo, essa antiga entidade foi rebatizada de União Negra Brasileira (uma Sociedade Beneficente, Cultural e Artística da Raça) e sobreviveu por cerca de um ano. É mister que se ressalte que essa postura conservadora não se constituía unanimidade dentro da Frente Negra, embora, na posteridade, a historiografia tenha lhe dado esse caráter.

A exemplo da imprensa negra, as mulheres também tiveram uma participação tímida nas lutas da Frente Negra Brasileira. Domingues (2009) refere que Francisco Lucrécio, antigo dirigente da FNB, declarou, anos depois, que as mulheres negras assumiram uma posição de grande importância nas lutas a favor da “população de cor”, de forma que, na FNB, a maior parte eram mulheres. Era um contingente muito

grande e eram elas que faziam o movimento. O autor segue dizendo, contudo, que, ao se fazer uma avaliação mais rigorosa, verifica-se que as mulheres ficavam a reboque dos homens na FNB central e eram alijadas dos cargos das instâncias decisórias. Um dos fatos que corroboram essa afirmação é que nenhuma das fretenegrinas compôs o Grande Conselho, que era a instância máxima dentro da entidade. Entretanto, as mulheres tiveram grande atuação durante toda a existência da FNB.

Com postura arrojada, as mulheres estiveram presentes já na primeira fase do movimento social negro, ora afiliadas as agremiações dominadas por homens negros, ora em suas próprias agremiações. A atuação delas foi importante para impulsionar o “espírito associativo” dos extratos da “população de cor”, enfronhados nas hostes anti-racistas. Contudo, o espaço que lhes era reservado dentro do Movimento correspondia à divisão de gênero que se operava na sociedade global, o homem no centro, ocupando o espaço público, e a mulher numa condição periférica. Por isso, as ativistas negras geralmente realizavam as tarefas de apoio dentro das entidades, como auxiliares da diretoria masculina na organização dos eventos, no atendimento aos sócios, nos cuidados com a limpeza da sede. (Domingues, 2009, p.26)

Em sua entrevista, Ana Maria Mendes nos conta que houve participação das mulheres na administração das aulas dos cursos profissionalizantes oferecidos pela FNB, em especial de atividades como corte e costura e alfabetização. Uma de suas tias foi professora na FNB em São Paulo.

Um acontecimento importante para retirar a população negra do subjugo, foi a criação da Frente Negra Brasileira. Na verdade foi uma corruptela meio integralista. Uma de minhas tias, nascida em 1915 assistiu toda a movimentação para a formação da FNB. Meu tio-avô que criou minha mãe e essa tia participou da formação da FNB em São Paulo e nos contava dos núcleos abertos para profissionalizar os negros recém-saídos da senzala, para a vida urbana. Essa minha tia trabalhou em um núcleo onde eram ministradas aulas de bordado e costura para mulheres. Também havia aulas de alfabetização para adultos de ambos os sexos e até para crianças. (Ana Maria Mendes, 67 anos)

Mesmo com a proibição das formas associativas por Getúlio Vargas, a luta negra não parou e no Rio de Janeiro, um grupo de negros e negras encontram uma forma de organizar-se, a partir do teatro.

### **3.3 - Teatro Experimental do Negro – TEN**

Com o fim do Estado Novo, o Brasil se caracteriza por nova conjuntura política e cultural, com espírito renovador e democratizante. É nesse panorama que, na década de 1940, um grupo de atores do Rio de Janeiro, liderados por Abdias do Nascimento, Ruth de Souza, Aguinaldo Camargo e Sebastião Rodrigues fundam o Teatro Experimental do Negro. Foi, antes de tudo, um ato de protesto diante da ausência de negros nos palcos brasileiros, pois era comum que atores e atrizes brancos pintassem o rosto com camadas de maquiagem preta para representar personagens negros e negras. Segundo Domingues (2008), o aparecimento do TEN foi marcado por críticas dos setores mais conservadores da opinião pública. No dia 17 de outubro de 1944, em editorial intitulado “Teatro Negro”, o jornal O Globo assinala que:

Uma corrente defensora da cultura nacional e do desenvolvimento da cena brasileira está propagando a ideia da formação de um teatro de negros, na ilusão de que nos advenham daí maiores vantagens para a arte e desenvolvimento do espírito nacional. É evidente que semelhante lembrança não deve merecer o aplauso das figuras de responsabilidade no encaminhamento dessas questões, visto não haver nada entre nós que justifique essas distinções entre cenas de brancos e cenas de negros. (Domingues, 2008, p. 69)

Além do teatro, o TEN também editava o Jornal Quilombo, que retratava o ambiente político e cultural de mobilização antirracista no Brasil, na incipiente democracia que se instaurava no país. Segundo Munanga e Gomes (2010), da mesma forma que seus congêneres americanos e franceses, O Quilombo congregava, num mesmo espaço político e cultural, intelectuais negros e brancos que possuíam uma visão crítica sobre o racismo e a situação do negro brasileiro. Ainda segundo esses autores, mais do que um grupo de atores e atrizes que queriam representar, o TEN foi uma frente de luta, um polo de cultura que tinha como objetivo a libertação cultural do povo negro. Pretendia, também, fazer uma leitura da contribuição negra para a cultura brasileira, a partir do próprio negro, diferente da vigente visão ocidentalizada. Para Guimarães (1999), do ponto de vista ideológico, o predomínio nesse movimento ainda será nacionalista e integracionista, em consonância com o postulado pela Frente Negra Brasileira.

As mulheres também estiveram presentes no trabalho desenvolvido pelo TEN. Domingues (2009) refere que, segundo Elisa Lankin Nascimento, elas se engajaram ativamente no TEN. O jornal Quilombo serviu de tribuna para discutir os

problemas que lhes atingiam. Para tanto, Maria de Lourdes Vale Nascimento mantinha uma coluna denominada “Fala Mulher”. Para incentivar a participação das mulheres, Maria rompia com formalismos, solicitando às suas leitoras que lhe escrevessem, sem se importarem com os erros de gramática, pois não estavam da Academia de Letras, e sim numa tribuna democrática para discussão de ideias e problemas próprios delas. Para se ter uma ideia da penetração política da coluna, a mesma foi fundamental na campanha pela regulamentação do trabalho doméstico. Como o maior contingente das “empregadas domésticas e lavadeiras profissionais” era negra, a campanha era concebida no quadro da luta antirracista. O mesmo autor segue dizendo que, além de colunista, Maria ocupava cargo administrativo no jornal Quilombo, chegando ao posto de Diretora gerente, o segundo posto mais importante na escala hierárquica do jornal. Ao conclamar as mulheres a abraçar a luta política-partidária para combater as desigualdades de sexo no país, dizia em sua coluna:

Se nós mulheres negras do Brasil, estamos mesmo preparadas para usufruir os benefícios da civilização e da cultura, e se quisermos de fato alcançar um padrão de vida compatível com a dignidade da nossa condição de seres humanos, precisamos sem mais tardança fazer política. Isto é, ingressarmos nos partidos políticos, influir na elaboração dos seus programas e na escolha dos futuros candidatos a senadores, deputados, vereadores, governadores e Presidente da República. Precisamos constituir um exército de eleitores pesando na balança das urnas, usar ao máximo as franquias democráticas que nos asseguram o direito – e que é também o sagrado dever cívico, de votar e sermos votadas para qualquer posto eletivo nas próximas eleições de 3 de outubro. (Quilombo, Rio de Janeiro, 02,1950) (Domingues, 2009, p.30)

O TEN via na afirmação da africanidade uma forma de elevar o povo negro, diferentemente do nacionalismo defendido pela FNB. Segundo Hanchard (1994), intelectuais convergiam para o TEN com a crença comum na essência africana.

O primitivismo, a emoção, a paixão e o exotismo parecem ser as qualidades próprias da alma negra e representam na opinião de suas elites, a contribuição dos negros para o processo de civilização do Ocidente. (Hanchard, 1994, p.130)

Para esse autor, a atuação desse grupo construiu a base de grupos mais contestadores de épocas posteriores, que valorizariam a cultura afro-brasileira e africana. Seria a transição entre as ideologias do embranquecimento e da afirmação da negritude.

### 3.4- O surgimento do Novo Movimento Negro

Com o golpe militar de 1964, o Brasil mergulharia em uma ditadura que traria muitos desdobramentos para a configuração das lutas dos movimentos sociais. O uso da força foi a caminho utilizado para que os comandantes do regime coibissem todas as manifestações que pudessem se opor ao regime ditatorial instituído. Segundo Gohn (2005), os anos 70 foram um período de lutas e resistências coletivas, em busca do resgate de direitos da cidadania cassada e contra o autoritarismo vigente. Para Cardoso (1987) e Sader (1995), a grande novidade desses movimentos é sua desvinculação dos partidos políticos, igrejas e outras instituições historicamente a eles ligadas. Sujeitos até então dispersos em vidas privadas passam a agir em conjunto, a partir de descontentamentos comuns entre si e encontram, na ação conjunta, a possibilidade de transformação social. É o surgimento do sujeito coletivo, que, para Sader (1995), indica uma coletividade, onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender interesses e expressar suas vontades, constituindo-se em lutas. Imprensa alternativa, denúncias e até a luta armada foram algumas das estratégias empregadas pelos militantes.

Segundo Munanga e Gomes (2010),

A partir dos anos 70, do século XX, a luta contra o racismo é reavivada, assim como a luta dos trabalhadores brasileiros de um modo geral. Os movimentos sociais que a ditadura tentou calar ergueram novamente as vozes e no final da década de 1970 e início dos anos 80, as greves dos trabalhadores e trabalhadoras de diversas categorias pipocam na nação brasileira. Alguns pesquisadores chamam esse momento do surgimento dos novos movimentos sociais, quando grupos que até então não haviam se articulado politicamente organizam-se e lutam contra a ditadura e pela restauração da democracia. (Munanga e Gomes, 2010, p.28)

Dentro desse panorama, as práticas discursivas dos militantes negros assumem outras configurações, em certa medida, um pouco mais amadurecidas com a experiência adquirida nas lutas anteriores. A ruptura com o pensamento nacionalista e a busca da afirmação da negritude e africanidade, passam a dar o novo tom da militância.

O que se revelou sem precedentes no despontar de grupos e organizações de protesto nos anos setenta foi a confluência de discursos baseados na raça e na classe dentro do movimento negro. Tanto os ativistas quanto os seguidores abandonaram os credos de conformismo e de ascensão social que haviam prevalecido nas décadas de 1930 e 1940. No fim dos anos setenta, essas duas formas de discurso político estavam desacreditadas e marginalizadas no movimento negro. Ambas passaram a ser associadas a valores estatais e elitistas. (HANCHARD, 1994,p.132)

Dentro desse panorama de lutas, diversas atividades aconteciam em todo o país. Andrews (1998) destaca que, em novembro de 1978, aconteceu, na cidade de Araraquara, o Primeiro Festival Comunitário Negro Zumbi, com concertos, peças de teatros e outras atividades, resgatando assim a figura de Zumbi dos Palmares. No ano anterior, na Universidade de São Paulo, o sociólogo Eduardo Oliveira e Oliveira, um dos fundadores do Centro de Cultura e Arte Negra, organizou a Quinzena do Negro. O evento incluiu conferências, seminário públicos, exposições artísticas, filmes e uma mostra na Biblioteca Municipal de jornais negros das décadas de 1920 e 1930.

Na medida em que essas atividades iam sendo realizadas, foi se aglutinando um grupo de jovens negros um pouco mais politizados que a maioria dos brasileiros brancos e negros e inconformados com a situação política do país, em especial no que se referia à questão racial. Em sua maioria, estavam sintonizados com os acontecimentos mundiais na esfera política, em especial as lutas pelos direitos civis e o movimento Black Power nos Estados Unidos e a luta pela independência das colônias portuguesas na África. Em geral, eram situações muito semelhantes àquelas enfrentadas por negros e negras no Brasil. A independência conquistada pelas colônias africanas e a adoção de legislações afirmativas nos Estados Unidos parecem ter inspirados os jovens brasileiros em suas lutas por igualdade racial.

O ano de 1978, início da abertura política, foi muito importante no tocante às lutas dos movimentos sociais negros no Brasil. Andrews (1998) destaca que vários fatores contribuíram para motivar a mobilização política dos negros:

[...] uma crescente sensação de frustração entre os negros de classe média diante das barreiras raciais que insistiam em impedir seu progresso ascendente e uma sensação de que era improvável que uma abordagem exclusivamente “cultural” produzisse melhoras imediatas em sua situação. (Andrews,1998, p.301)



Mobilizados diante da aproximação do dia 13 de maio de 1978, data em que se comemoraria 90 anos da abolição da escravidão, militantes de diversos segmentos dos movimentos sociais negros se mobilizaram para criar uma versão nos anos 1970 da Frente Negra Brasileira. Fariam uma manifestação nas escadarias do teatro Municipal de São Paulo em protesto pelo racismo sofrido por quatro atletas negros expulsos do Clube Regatas Tietê em São Paulo e pelo assassinato, por policiais, no dia 28 de abril, do jovem negro Robson Silveira da Luz.

Na realidade, a organização desse evento começou com diversos encontros ocorridos no Centro de Cultura e Arte Negra e o objetivo principal era buscar uma possível resposta para aquele momento. Andrews (1998) destaca que, nesses encontros:

Resolveram formar o Movimento Negro Unificado, Contra a Discriminação Racial (posteriormente encurtado para Movimento Negro Unificado MNU). (...) Em sua orientação explicitamente política, o MNU teve como ponto de partida claro as organizações culturais das décadas de 1950 e 1970. Organizado em torno de uma estrutura celular (conhecida como centro de lutas), o MNU buscava conscientizar a população negra com respeito a discriminação e desigualdade raciais na sociedade brasileira, e organizar seus membros para lutar contra essa discriminação. Aproveitando-se das oportunidades apresentadas pela abertura, os ativistas do MNU esperavam pressionar o governo brasileiro, os partidos e outros importantes interesses organizados na vida brasileira (a universidade, os tribunais) para combater o racismo dentro de suas próprias instituições e na sociedade em geral, e para adotar políticas que conduziram à expansão das oportunidades econômicas, educacionais, de saúde e outras para a população negra como um todo. (Andrews, 1998, p. 302)

O dia do ato foi marcado para 7 de julho de 1978 e entrou para a história como o dia da fundação do Movimento Negro Unificado. Com a abertura política, militantes que estavam exilados retornaram ao Brasil, muitos trazendo consigo as marcas adquiridas nas experiências de militância fora do país, majoritariamente de influência esquerdista. O sistema capitalista é visto como a base da escravidão e, dessa forma, a defesa de um Estado socialista passa a ser vista como a saída para a constituição de uma democracia genuína no país. Segundo Andrews (1998):

[...] esta orientação afastou muitos potenciais adeptos desde o início e uma proporção crescente de seus membros à medida que o tempo foi passando. Entretanto, mesmo os afro-brasileiros que não compartilhavam a postura ideológica do MNU responderam favoravelmente ao seu chamado de atingir a população negra em geral e conseguir que seus membros se envolvessem no combate aos racismo. (Andrews, 1998, p.303).

O crescimento do trabalho da militância fez com que partidos políticos da maioria das legendas passassem a olhar a questão racial com maior interesse, passassem a colocar a questão em suas pautas e a inscreverem muitos candidatos negros aos cargos eletivos.

Assim, as eleições de 1982 representaram um teste para o ativismo político negro em São Paulo. Como veio a se comprovar, os ativistas fracassaram no teste. Em São Paulo, assim como em outros grandes Estados do centro-sul do Brasil, as eleições foram uma vitória retumbante dos partidos de oposição. Mas dos 54 candidatos negros que disputaram em São Paulo pelos quadros dos principais partidos, apenas dois, o deputado Benedito Cintra, e o vereador da cidade de São Paulo José Maria Rodrigues Alves ambos do PMDB-venceram as eleições. (ANDREWS, 1998, p. 304,305)

Embora com as derrotas assistidas nas urnas, podemos dizer que o MNU obteve ganhos políticos nas eleições de 1982 e 1986. Uma delas é a discussão acerca de se deveriam seguir uma militância distanciada dos partidos políticos, se aliar a eles ou se constituir ele próprio como um partido. Dessas discussões resultaram algumas dissidências e a emergência de diferenças ideológicas entre a própria militância, o que, na realidade, poderia se constituir em potencial de seu crescimento e amadurecimento enquanto movimento social. Embora tenha surgido com grande fôlego no final dos anos 1970 e início dos anos de 1980, com o passar do tempo o MNU parece ter arrefecido a sua força de combate.

Embora milite em áreas em que o movimento negro em geral é visivelmente atuante, o MNU tornou-se apenas mais uma organização entre muitas, e não a entidade abrangente que pretendia ser. Havia grupos em demasia, às vezes com plataformas rivais, para que uma única organização pudesse funcionar à maneira de um guarda-chuva. (...) Os recursos materiais escassos foram um grande obstáculo à implementação de projetos e à criação de uma política que atingisse as favelas predominantemente negras e mulatas do Rio de Janeiro e São Paulo. Vários membros importantes da liderança do MNU também se envolveram em disputas trabalhistas e em graves, o que esvaziou ainda mais as finanças, já insignificantes, do movimento. (Hanchard, 1994, p.152)

A questão da mulher também foi contemplada pelo MNU. Segundo Domingues (2009), já no seu *Programa de Ação*, de 1982, apontava os problemas com os quais a mulher negra se deparava em uma “sociedade racista e machista”, a saber: baixos salários, impossibilidade de acesso a certas funções, não corresponder ao padrão de beleza da chamada “boa aparência”, ser vista quase sempre como “doméstica”,

submissa ou mulata erótica, etc. Foi a primeira vez que uma entidade do Movimento Negro brasileiro reconhecia especificidades da mulher negra em seu programa de ação. O MNU entendia que, para que se houvesse avanços nesse enfrentamento, era necessário que se adotasse medidas internas e externas. Internamente, caberia às mulheres da entidade a organização de grupos para debates entre as companheiras, no sentido de refletirem sobre suas próprias condições. Também, realizar um trabalho para que os homens se sensibilizassem acerca das peculiaridades da condição de mulher negra e dos efeitos danosos do mito da superioridade sexual masculina. Ainda segundo o mesmo autor, externamente, caberia às mulheres do MNU, aliadas às entidades feministas e dos movimentos das mulheres em geral, a vigilância e denúncia da violência contra a mulher, das práticas de controle e planejamento familiar, articuladas ou não por política oficial. Desse contato com as feministas brancas, surgiria o “feminismo negro”, como veremos futuramente.

No que se refere aos homens, houve um descompasso entre as práticas discursivas de exaltação às mulheres do MNU e a insistência em subalternizá-las, confinando-as em tarefas de apoio dentro das entidades, não lhes garantindo representatividade nas instâncias de decisão do movimento. Nos casos em que havia a participação de casais, era comum que coubesse à mulher os cuidados com os filhos, para que o marido pudesse participar das reuniões. Esta situação foi fazendo com que, aos poucos, as mulheres buscassem diferentes alternativas para se organizarem politicamente. O primeiro passo foi se aproximar das feministas burguesas, oriundas das classes médias e de maioria branca. A escolha traria outros desdobramentos, como veremos a seguir.

### **3.5- O recorte de raça no feminismo e o surgimento do feminismo negro**

Nossa pesquisa não tem por objetivo analisar a luta das mulheres dentro do movimento feminista. Contudo, do ponto de vista epistemológico, será a partir da visão dos movimentos feministas que a suas trajetórias serão analisadas. Entendemos que a luta de combate às desigualdades se dá no campo das disputas políticas e as formas organizativas das mulheres serão fundamentais para seus desdobramentos.

Historicamente, o feminismo surge na primeira metade do século XIX na Inglaterra e nos Estados Unidos e sua principal bandeira era a conquista de direitos civis como o voto e ensino superior.

No Brasil, segundo Moreira (2011), a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, liderado pela bióloga Bertha Lutz, tinha por objetivo:

Promover a educação da mulher, elevar o nível de instrução feminina; proteger as mães e a infância; obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino; auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-las na escolha de uma profissão, estimular o espírito de sociabilidade e cooperação entre as mulheres e interessá-las para as questões sociais e de alcance público; assegurar à mulher direitos políticos e preparação para o exercício desses direitos; estreitar os laços com os demais países americanos. (TELLES, 1999, p.44)

Ao longo da história, sua plataforma de lutas foi se ampliando, na medida em que o próprio movimento foi amadurecendo, tendo como centralidade o entendimento de que as diferenças sexuais não poderiam se traduzir em desigualdades. A partir dos anos 1970, o movimento toma novo fôlego, com um feminismo ávido de igualdades e com as mulheres lutando para deixar de ser o “outro” do masculino, em confronto com a normatividade vigente.

Pelo fato de o feminismo ter surgido entre as mulheres das camadas médias economicamente e mais intelectualizadas, aquelas pertencentes aos estratos sociais mais baixos não foram contempladas em suas pautas de lutas. Para Anzaldúa (1980), a mulher negra é invisível no mundo dominante dos homens brancos e no mundo feminista das mulheres brancas, apesar de que, neste último, isto esteja mudando. Segundo Moreira (2011), a aproximação das feministas às minorias ligadas aos movimentos negros, populares ou rurais impulsionou a absorção, por parte de integrantes desses movimentos, das ideias feministas, ao mesmo tempo em que parcela feminina desses movimentos começou a questionar o projeto do sujeito universal mulher, construído sob as práticas discursivas feministas. Carneiro (2003) chama de “Enegrecer o feminismo” o processo utilizado para designar a trajetória das mulheres negras dentro do movimento feminista. Busca, com isso, assinalar a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista de um lado e, de outro, revelar a insuficiência teórica e de práticas políticas para integrar as diferentes expressões do feminismo, construídas em sociedades multirraciais e pluriculturais.

Em sociedades com a diversidade cultural e étnica brasileiras, se faz necessário que as particularidades dos diversos segmentos aqui presentes sejam representadas nos movimentos sociais. Quando as feministas burguesas saíam às ruas lutando pelo direito da inserção das mulheres ao mercado de trabalho, com certeza não estavam se referindo às negras, que jamais deixaram de trabalhar desde o período da escravidão. Quando lutavam pelo direito ao aborto, certamente não falavam em nome das negras, que lutavam pelo direito de terminar de criar seus filhos, muitos mortos ainda na infância devido às más condições de vida ou na adolescência devido à violência urbana ou policial que ceifavam, e ainda ceifam, enormemente a vida da juventude negra. Não quero com isso afirmar que a questão do aborto diga respeito somente à mulher branca.

Para Carneiro (2003), a politização das desigualdades de gênero torna as mulheres em novos sujeitos políticos. Tal condição permite a esses sujeitos que assumam diferentes olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo. Dessa forma, grupos de mulheres indígenas ou negras, por exemplo, possuem demandas específicas, que, essencialmente, não podem ser tratadas exclusivamente sob a rubrica da questão de gênero, se esta não levar em conta as especificidades presentes na maneira de ser mulher naquele contexto específico. No caso do Brasil, o feminismo tradicional não fazia recorte de raça e os movimentos negros não traziam, em suas práticas de lutas, os recortes de gênero. O feminismo falava de um sujeito coletivo mulher e os movimentos negros de um sujeito coletivo negro, como um guarda-chuva que abrigasse toda a diversidade ali presente. Conforme vimos anteriormente, o MNU adotou plataformas que abrigassem as causas femininas em suas lutas, embora a prática tenha se mostrado diferente do discurso.

Para Ribeiro (1995), em ambos os movimentos, as mulheres negras aparecem como sujeitos implícitos. De um lado, enfatizou-se a ideia de diferentes, mas não desiguais, e, de outro, durante muito tempo não foi considerada a diversidade presente no interior desses movimentos. As mulheres negras participantes desses dois movimentos, conscientes da importância de seu papel na história, buscaram desmascarar situações de conflito e exclusão. Com isto, não só contribuíram para a conquista de maior visibilidade como sujeitos políticos perante esses movimentos e a

sociedade, como trilharam um caminho próprio através da construção do movimento autônomo de mulheres negras.

Carneiro (2003) diz que, com esse processo, foi possível engendrar uma agenda específica que combateu, ao mesmo tempo, as desigualdades de gênero e intragênero, afirmando e visibilizando uma agenda feminista negra, que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre, delineando, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta antirracista no Brasil. Entender o processo de constituição desse movimento de mulheres negras no Brasil e o debate ocorrido em seu interior será fundamental para entendermos as peculiaridades presentes nas falas das mulheres cedentes de suas narrativas para essa pesquisa. Seguimos esse pensamento por entendermos que as desigualdades raciais se dão de formas peculiares nos diversos espaços, contudo mantendo como aspecto unificador a pertença racial.

Segundo pesquisa realizada por Moreira (2011) junto a militantes do movimento feminista negro no Rio de Janeiro, no período de 1985 a 1995, muitas militantes negras tiveram experiências políticas no feminismo tradicional e no movimento negro. Para ela, descortinar o papel exercido por essas mulheres na sociedade brasileira é perceber que é em torno delas que se estabelecem algumas redes de sociabilidade dos grupos e, também, sentir o sentido de família, pois muitas exercem, ali, posições de chefias. Ribeiro (1995) refere que, a partir de 1985, a luta feminista negra colocou em cena novas questões. Ao longo dos anos, foram realizados diversos encontros, destacando que, nos de Garanhuns/87, Caldas Novas/89 e Bertioga/91, houve um crescente número de participantes. Para Moreira (2011), a partir do encontro em Bertioga, consolidou-se, entre as mulheres negras, um discurso feminista, uma vez que, em décadas anteriores, havia uma rejeição por parte de algumas delas em aceitar a identidade feminista. Segundo Werneck *etal.*(2000,*apud* MOREIRA 2011), essa negação, embora persista após Bertioga, tende a ganhar menos força, pois uma das reivindicações do movimento de mulheres negras durante o período de 1985 a 1995 era a construção de uma identidade feminina negra. No âmbito da América Latina e Caribe, essa mesma ampliação também tem ocorrido. Nesses encontros, muitas foram as vozes que, repetidas vezes, tentavam desvendar as diferenças entre as mulheres negras e brancas. A intelectual negra brasileira Lélia Gonzales foi uma das mais destacadas pensadoras sobre esse tema. Segundo Luiza Bairros (1998), quando a maioria das

militantes do MNU (Movimento Negro Unificado) ainda não tinha uma elaboração mais aprofundada sobre a mulher negra, era Lélia quem servia como porta-voz contra o sexismo que ameaçava a participação de mulheres no interior do MNU, e o racismo que impedia sua plena inserção no movimento de mulheres. Ainda segundo Bairros (1998), Lélia participou de várias organizações de mulheres, sem nunca se furtar a crítica ao feminismo, enquanto teoria e prática. Para ela, a dificuldade das feministas em reconhecer a diversidade interna ao movimento advinha de um processo de recalque da dimensão racial, que só começou a esvaír-se lentamente a partir de 1985, com a Conferência da Década da Mulher em Nairóbi.

O ano de 1988 marcou o momento de inflexão dos movimentos negros no Brasil. Estava presente a simbologia do Centenário da Abolição da Escravidão, comemorado naquele ano. Um grande marco foi a realização do I Encontro Nacional das Mulheres Negras na cidade de Valença no Rio de Janeiro. Segundo Ribeiro (1995) e Moura (2011), participaram desse encontro 450 mulheres negras de 17 estados do país, de diferentes setores e experiências organizativas. Esse grande encontro foi precedido por seminários em diversas partes do país, o que proporcionou a aproximação entre as mulheres, sobretudo, um aprofundamento no debate político. Ainda segundo Ribeiro (1995), esse encontro ocorreu em meio a muitas críticas, tanto do movimento social negro quanto feminista, todas prontamente rebatidas nos termos que se seguem:

Todas nós mulheres negras devemos entender que somos fundamentais nesse processo de transformação, reivindicando uma sociedade justa e igualitária, onde todas as formas de discriminação sejam erradicadas. (...). Gostaríamos de deixar claro que não é nossa intenção provocar um racha nos movimentos sociais, como alguns elementos acusam. Nosso objeto é, que nós mulheres negras comecemos a criar nossos próprios referenciais, deixando de olhar o mundo pela ótica do homem tanto o negro quanto o branco ou pela da mulher branca. O sentido da expressão “criar nossos próprios referenciais” é que queremos estar lado a lado com as (os) companheiras (os) na luta pela transformação social, queremos nos tornar porta-vozes de nossas próprias ideias e necessidades, enfim, queremos uma posição de igualdade nessa luta. (RIBEIRO, 1995, p.450)

Embora esse primeiro encontro tenha tido como ponto principal de debate o aspecto organizacional, também propiciou a discussão de temas presentes em outros âmbitos, como questões políticas, aborto e prazer sexual. Segundo Ribeiro (1995), o II Encontro Nacional de Mulheres Negras ocorreu em 1991 em Salvador, contou com 450 mulheres de 17 estados do país e teve como tema principal Organização, Estratégias e

Perspectivas. Uma das sugestões desse segundo encontro foi a realização de Seminários Nacionais de Mulheres Negras, precedidos de outros seminários locais e regionais, visando ao aprofundamento das discussões e preparar os próximos encontros. Dessa multiplicidade de ideias presentes nesses seminários emergem as diferenças que denunciavam a fragilidade da existência dessa mulher negra como um marco essencial da categoria. Moreira (2011) ressalta que a questão da autonomia desmascara a pretensa igualdade que residia na identidade feminina negra; essa demonstração é apresentada pelas diferentes concepções acerca dos rumos político-institucionais das organizações das mulheres negras brasileiras. A partir dos debates travados no I Seminário e da apresentação das diferentes concepções de mulheres negras, chegou-se ao seguinte termo:

O movimento de mulheres negras vem se constituindo a partir do cruzamento da questão de gênero, raça e classe social. Deve ser autônomo, independente, composto por mulheres de diferentes setores (por exemplo: movimento negro, sindical, popular, partidário, acadêmico). Deve estar articulado prioritariamente com o movimento negro e feminista, na medida em que incorporem e apoiem a luta das mulheres negras, mantendo sua especificidade.(I SEMINÁRIO, 1993)

Segundo Ribeiro (1995), em São Paulo, a organização das mulheres é marcada pela aproximação com as instâncias do Estado. Ressalta o surgimento de grupos autônomos e institucionais, tais como: Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo; Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista; o grupo de Mulheres Negras do Movimento Negro Unificado (MNU); a Comissão de Mulheres Negras do Conselho Estadual da Comissão Feminina de São Paulo; o Programa da Mulher Negra do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Esse aumento no processo organizativopropiciou um fortalecimento das lutas feministas antirracistas no Brasil.

Outro ponto a ser ressaltadofoi o surgimento de Organizações Não Governamentais de mulheres negras. Segundo Almeida (2010), Geledés(Instituto da Mulher Negra) é um exemplo dessas demandas, surgido em 1988, e foi criado por um grupo que pertenceu anteriormente ao Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo. Outro exemplo citado pela autora é a organização Criola, fundada em 1992 no Rio de Janeiro. Foi formada por um grupo de mulheres negras que pertenceuanteriormente ao Programa de Mulheres do CEAP(Centro de Articulações de Populações Marginalizadas) e a diferentes organizações negras e instituições governamentais que



atuavam em serviços de proteção à criança e ao adolescente. Trabalha com formação e informação na área da saúde, violência, cultura e direitos humanos.

Na medida em que as mulheres negras foram se articulando, do ponto de vista da organização, buscou-se a construção de uma Rede Feminista de Mulheres Negras. Contudo, a aprovação dessa nova forma de organização não representou uma unanimidade nos diversos setores do feminismo negro. Para Ribeiro (1995), esta falta de unanimidade deveu-se ao desconhecimento ou ao ceticismo de alguns setores sobre essa forma de organização. Todo esse acúmulo de discussão é o reflexo diante da condição de se ser mulher e negra. A construção dessa identidade feminista negra vem sofrendo uma metamorfose no sentido de buscar o seu próprio jeito de fazer política e, ao mesmo tempo, manter as referências trazidas da prática desenvolvida pelas feministas brancas.

Para Moreira (2011), a proximidade do movimento de mulheres negras com o movimento feminista apresenta alguns conflitos de ordem na condução das demandas prioritárias, contudo é o feminismo que vai dar sustentação político-prática às organizações das mulheres negras. Com a estruturação do movimento nacionalmente, buscou-se então articulações em nível mundial, com vistas a viabilizar a presença nas Conferências Mundiais convocadas pela ONU, a partir da década de 90, visando ampliar o debate sobre a questão racial. Desde então, o movimento das mulheres negras vem tomando fôlego e se fortalecendo no campo das disputas políticas. Para Ribeiro (1995), o movimento feminista tornou-se mais atento e vigilante às ações das mulheres negras, no sentido de qualificar seu discurso e prática, incluindo a questão racial e étnica como importantes na luta por democracia.

Na atualidade, destacam-se suas lutas por saúde, educação e combate ao genocídio da juventude negra e pobre. Mulheres negras e brancas nunca mais foram as mesmas desde então. Tivemos, em Sorocaba, também o surgimento do Movimento de Mulheres Negras de Sorocaba, MOMUNES, coletivo com preocupações culturais, sociais e políticas, conforme nos conta Rosângela Alves:

No campo político, houve a preocupação de trazer para o MOMUNES, outras mulheres com experiência de participação nos movimentos sociais negros e de mulheres. Esse foi um foco muito ressaltado pela Mazé Lima. Isso poderia funcionar como uma cartilha, para que aprendessem que mesmo sem ligação político-partidária, poderiam se movimentar politicamente. (Rosângela Alves, 50 anos)

Quando olhamos para a história de forma longitudinal, podemos vislumbrar algum entendimento acerca da situação de exclusão e vulnerabilidade de nossas mulheres negras. Foram subalternizadas por sua condição feminina em todas as instâncias de análise que possamos fazer. Na senzala, sofriam com os trabalhos pesados que lhes eram impostos sem distinção de gênero. Contudo, tinham também sobre seus ombros os cuidados com os próprios filhos, a amamentação dos filhos das mulheres brancas e a violência física e sexual impostas pelo colonizador. Após a libertação, se engajaram em todas as lutas de resistência contra a exclusão e, mesmo nos movimentos de seu grupo de pertença racial, também lhes era reservado um lugar subalterno, como nosso resgate histórico nos mostrou. A sua fala sempre se constituiu como aquela entalada na garganta, o grito que precisa ser engolido, a lágrima que não pode ser derramada, a negativa que precisa sempre ser procrastinada por uma questão de sobrevivência.

Ao me propor a ouvir essas narradoras, mais do que facilitar a possibilidade de que suas histórias sejam ouvidas, ensejo que suas estratégias de resistência sejam divulgadas. Com isso, vislumbro a possibilidade de que outras mulheres possam se espelhar em suas lutas, pois são mulheres que viveram em contextos nos quais toda a lógica lhes dizia que seriam engolidas pelo sistema excludente. Parafrasearam o rimador Mano Brown e contrariaram as estatísticas. No próximo capítulo, esse silêncio será quebrado por suas falas e poderemos viajar em algumas décadas dentro da história das mulheres negras na cidade de Sorocaba, que, na realidade, é a história de toda mulher negra em uma sociedade racista, sexista e machista como a brasileira.

## **Capítulo 4**

### **A FALA DAS MULHERES NEGRAS**

Nesse capítulo reescrevo as falas de nossas entrevistadas. Por uma questão de metodologia, a reescrita foi feita seguindo uma cronologia diferente daquela apresentada durante a entrevista, pois alguns temas aparecem em diferentes momentos e procurei aglutiná-los na reescrita, de sorte que fosse facilitada a compreensão do leitor. Embora tenha havido modificação na forma, a originalidade do conteúdo foi preservada em sua totalidade.

#### **4.1 - Ondina Seabra (92 anos)**

Nasci na cidade de Sorocaba em 1921. Sou a terceira de três filhos. Osvaldina era a mais velha, Euclides era o do meio e eu, a mais nova. Meu pai era sapateiro e faleceu quando eu tinha dois anos de idade. Dessa forma, ele teve muito pouca influência sobre mim. Com a morte de papai, mamãe passou a dividir a casa com minhas tias, irmãs dela, que ajudaram a nos criar. Naquele tempo, a pessoa, ao morrer, deixava a família sem nada, não havia esse negócio de pensão. Por serem muitas mulheres, todas trabalhavam nas Indústrias Têxteis Votorantim, com exceção de mamãe, que era doméstica. Elas iam revezando com mamãe, ora uma ficava em casa e as demais trabalhavam fora. Até a morte de papai, mamãe sempre ficou em casa, cuidando da gente. Com a morte dele, teve de trabalhar fora.

A certa altura, minha mãe foi trabalhar na casa de dona Orzila Rogick, que tinha um filho chamado Plínio, que era pouco mais novo do que eu, com quem eu costumava brincar. Mamãe o trazia pra minha casa e ele gostava de pular em cima da cama que tinha colchão de palha, coisa que não era permitida em sua casa. Mantive contato com ele durante toda a vida e ele faleceu no ano passado. Nossa amizade perdurou por mais de oitenta anos. Vinha diariamente à minha casa, tomava café e passava o dia comigo. Um dia chegou aqui e perguntou se poderia me dar uma cadeira de presente. Disse que sim e tenho a cadeira até hoje. Ele tem filhas com quem

mantenho contato até agora. Todos os meus irmãos já faleceram e fiquei eu. Uma das filhas dele mora na Grécia e me telefona toda semana pra saber como estou. Dona Orzila, patroa de mamãe, dizia que eu deveria ser mandada para o ginásio. Mamãe sempre afirmava que nós não seríamos empregadas domésticas como ela. Teríamos que ser alguma coisa na vida, nunca consentiu que parássemos de estudar. Dona Dulce Vera Cruz foi outra patroa de mamãe, que também dizia que eu não deveria parar de estudar.

Éramos três negras no ginásio: Olinda, Joana e eu. A escola é onde atualmente se localiza o Clube Estrada de Ferro. Só eu prossegui com os estudos, as duas outras desistiram. Joana parou porque quis, pois seu pai era funcionário da Sorocabana. Tempos depois voltou a estudar, forçada por meu irmão Euclides. Naquele tempo, não havia escolas que nem hoje. Pra estudar, tinha que pagar. Mamãe ganhava trinta mil réis e ia tudo pra pagar nossos estudos. Fiquei sendo a única negra na escola. Não podíamos incluir o pessoal da família Campolim, que tinham dinheiro e não eram considerados negros. Com mamãe trabalhando em casa de família e a gente convivendo com eles, passamos grande parte do tempo convivendo com quem já estava feito na vida. Terminado o ginásio, fiz preparatório com o Prof. Renato Sêneca de Sá Fleury, porque naquele tempo tinha “vestibular” depois do ginásio pra ingressar na escola normal. Dessa forma, seguíamos os três estudando, minha irmã na escola profissional, meu irmão na Sorocabana, no curso pra ferroviário, e eu, no curso normal. Mamãe dizia que não iríamos fazer outra coisa não ser estudar. Que trabalhava para que estudássemos e de fato trabalhou a vida toda. Quando me formei, ela cuidava dos filhos do Plínio, de quem ela também cuidara quando era pequeno.

Nos anos quarenta, a prefeitura ganhou um terreno onde hoje funciona o Estadão. Era pra construir uma escola, mas eles alegavam que não tinham dinheiro. Então nós, alunos, fomos de casa em casa pedir ajuda financeira para a construção da escola. Aquele prédio foi construído pelos alunos. Como não havia escolas públicas, as famílias tinham que pagar trinta mil réis para a prefeitura. Alguém foi conversar com o Migulezínho, que era o diretor da escola, e disse que mamãe era doméstica e era muito pesado pra ela pagar nossos estudos. A partir daí ela deixou de pagar. Era a chamada “caixa escolaridade”. Esses trinta mil réis ajudava e muito no orçamento da família. Pagávamos com sacrifício e sabíamos de pessoas com boas condições financeiras que não pagavam nada, por questões de contato com políticos. Naquela época, a Rua Sete de

Setembro era tudo mato. Íamos por ela, pra não precisarmos subir a Rua da Penha. Íamos a turma grande e, um dia, o diretor Bento Mascarenhas nos pegou brincando pelo caminho e chamou a nossa atenção. A partir daquele dia, passou a nos levar diariamente de carro. Achávamos ótimo aquilo. E foi assim que pude me formar. Acho que, vivendo na casa do Plínio, tínhamos a possibilidade de vivermos melhor e de ver como eles faziam as coisas. Tratava-se de um ambiente onde a educação era muito valorizada e mamãe trouxe isso pra dentro de casa. Sair ou faltar da escola era tabu. Mamãe nos levava o café na cama e depois nos obrigava a ir estudar.

Nunca senti discriminação na escola, acho que não faziam diferença, pois muitos de meus colegas vinham à minha casa. Sempre fomos muito pobres e não tínhamos nem cadeiras. As visitas tinham de se sentar em bancos. Na casa não tinha nada. Na sala tinha a cama onde eu dormia com mamãe e, no quarto, dormiam minhas tias e meus irmãos. Não tinha iluminação e tudo era na base da lamparina. Os amigos que vinham ali, todos tinham luz elétrica em casa, mas nunca me perguntaram por que não tínhamos. Na verdade era porque não podíamos pagar.

Das tias que ajudavam a nos criar, a mais velha era a tia Efigênia. Brava como ninguém. Quando chegava alguma visita em casa, ela já dizia que não queria ninguém ali escutando conversa. Quando ela falava assim, a primeira janela que a gente visse, tínhamos que pular, senão iríamos apanhar. Era muito boa pra nós, mas era muito brava também. As coisas todas tinham de ser do jeito dela. Minha irmã era responsável por cozinhar. Minhas tias saíam cedo pra fábrica e retornavam somente à noite. Levávamos a comida delas na Estação Paula Souza, onde tinha um trem que vinha buscar para os funcionários. Todos os dias havia uma reclamação de minha tia, pela qualidade da comida. Um dia tava sem sal, outro dia sem tempero. Dizia pra mamãe que fazia isso pra minha irmã não relaxar e fazer de qualquer jeito. Então ela se esmerava cada vez mais, pois sabia que viria reclamação.

Com toda essa pobreza, tínhamos uma vida boa. Morávamos na Rua Boa Vista de Baixo, que hoje se chama Senador Feijó, no centro da cidade. Passei boa parte da infância morando nessa rua e, depois, nos mudamos para a Rua Santa Clara. Sempre naquela vida de casa sem luz elétrica e com lamparina. Nessa época, morava em nossa casa uma preta nortista chamada Nhá Joana. Em casa sempre havia os agregados.

Chegava alguém e perguntava se poderia ficar morando e diziam que podiam. Ajudavam a pagar as despesas, senão não tinha condições.

Outra pessoa importante na nossa vida foi um preto amigo da família chamado Bidito. Gostava muito de discutir sobre política. Acho até que era comunista, mas naquele tempo, início a década de 30, não se podia dizer isso que seria preso. Era uma coisa muito escondida. Era pessoa política como ninguém. Ele não gostava do pessoal do Clube 28 de Setembro, principalmente do Luiz Pequeno, que era presidente. Bidito morava na Vila Carvalho, perto da liderança comunista da cidade. Ele costumava trazer essas discussões sobre política pra minha casa, mas conversava como se fosse um assunto qualquer. Acho até que mamãe entendia o que ele falava, mas eu era pequena e não entendia nada.

Antes de vir morar para cá, a família de mamãe vivia em São Paulo, não sei bem ao certo se vendendo e comprando coisas na feira ou trabalhando com alguém. Vieram para cá com a vinda do Capitão Nascimento. Era sempre assim, uma família branca, política, que mandava neles. Meu avô era o cozinheiro da casa e, quando vieram pra cá, trouxeram ele junto como empregado. Eram sobras da escravidão. O Capitão Nascimento veio pra trabalhar como dono ou gerente da Indústria (têxtil) Votorantim e toda a nossa família foi morar na casa deles e trabalhar para eles. Tia Efigênia foi trabalhar na casa de seu Tarcísio, que era primo do Capitão Nascimento. Minha tia Dileta ficou a vida toda morando e trabalhando para família do capitão e criou todos os filhos deles. Deixou a casa pra morar no emprego, mas manteve laços com a família por toda a vida. Depois essa família foi morar em Santa Helena e a nossa família podia se beneficiar do lugar, pois minha tia vinha buscar os sobrinhos para irmos lá, onde tinha rio. Depois voltaram a morar em Sorocaba e mantivemos contato com essa família, como temos até hoje com Alice, que uma das netas do Capitão Nascimento.

Veio do Rio para São Paulo e de lá para cá um pessoal que queria formar um grupo de negros na cidade. Minha mãe fazia parte dessa articulação. Lembro-me de descer com mamãe a rua XV de Novembro em passeata. Isso foi antes de formar a Frente Negra, porque ela só começou em 1930. Quando ela foi formada, mamãe não gostou do pessoal e se desligou. Lembro-me que, na passeata, tinha uma banda e se dirigiram ao prédio da prefeitura, que ficava na Rua Brigadeiro Tobias, onde hoje funciona a Fundec. Também participamos de uma reunião na rua que hoje se chama

Monsenhor João Soares quando eu tinha dez anos. Tenho as fotos desse dia. Lá está Lourdes do Silvio, Olinda, Quiancinha, Joaninha, Izolina, enfim, a turma que vivia tentando criar um aconchego com os negros. O núcleo funcionou inicialmente na Rua Dom Antonio Alvarenga. Teve cursos profissionalizantes. A alfabetização acontecia na rua do Viaduto Jânio Quadros e tinha uma professora chamada Rute Vera Cruz, que era minha amiga. As pessoas ficavam sabendo dos cursos através do boca a boca. A maior dificuldade era conter a evasão escolar. Às vezes, sinto que o negro não sente a necessidade de prosseguir. Acho que a influência de mamãe fez com que eu nunca desistisse. Há vezes que sinto que o negro é inimigo do próprio negro. Chego a lugares em que há negros e eles mal me olham. Quando vejo alguém ser discriminado na rua, eu tomo as dores. Houve a minha amiga chamada Cotinha, também preta, da família Campolím e que tinha uma condição econômica favorável. Foi tomar posse em uma escola como professora e, ao chegar, o diretor perguntou se ela era a nova servente.

Sorocaba teve diversos clubes negros. Frequentávamos o Clube São Paulo Atlético, que ficava na Rua Padre Luiz. Era recreativo e também tinha futebol. Embora fosse um clube de negros, tinham brancos na diretoria. Pertencia ao Rubilotta, um italiano casado com uma preta. Éramos praticamente as donas do clube, dançávamos toda semana. Tinha salões enormes. Era um clube que não tinha sócio. Tinha que pagar pra entrar. Quando eu era pequena, mamãe ia ao baile e eu ficava dormindo com meu tio e sua esposa. Acordava querendo minha mãe e meu tio me colocava na calçada e eu ia para o clube andando, pois morava perto. Mamãe dizia: “minha filha acordou”. Depois, em 1945, foi inaugurado o (Clube) 28 de Setembro, quando estive presente. Nessa época, já era formada. Havia outros clubes na cidade. No Recreativo, preto não entrava. No Sorocaba Clube, era mais rígido, pois era afina flor. Negro não entrava nem pra dar um recado. Depois de muitos anos, começaram a deixar entrar no Recreativo e, depois, no Sorocaba Clube também. Pra falar a verdade, eu ia tentando até que um dia entrei, mas acho que não era qualquer preto que podia. Escolhiam os pretos que podiam entrar, não eram todos. Naquele tempo, preto não podia nem fazer tiro de guerra. O pai de Ana Maria e meu irmão Euclides foram os primeiros negros a fazerem o tiro de guerra na cidade.

Havia aqui uma rua onde só moravam negros. Era a Rua Tamandaré, na Vila Leão. Tinha o Salerno das Neves, que era o “chefe dos negros”. Era a maior

liderança negra da cidade. Lembro-me dele usando capa nas costas e andando somente no meio da rua, não usava a caçada. Tudo que os negros quisessem, tinham primeiro de falar com ele e, depois dele, nunca mais houve um líder igual. Essa liderança se dava em função da religião, por causa da igreja de Santo Antonio, onde ele era capelão. A igreja ficava em frente ao local onde hoje é o Mercado Municipal. A imagem de São Benedito ficava nessa igreja e, quando ela foi demolida, no início dos anos de 1950, todas as imagens de santos foram levadas para a Catedral. Os padres só não quiseram a de São Benedito, “pra não encher a igreja de negrada”. Os frades franciscanos da Igreja Bom Jesus aceitaram a imagem e também a Irmandade lá, onde permanecem até hoje. Agora, falam da festa de São Benedito, que ocorre anualmente naquela igreja, mas nada dizem sobre o porquê de a imagem estar lá. Lembro-me que, nesse tempo, os agregados se reuniam através das rezas que eram conduzidas por Salerno. Em março, fazíamos uma penitência na qual nos ajoelhávamos centenas de vezes. Também faziam quermesses com barraquinhas, onde as famílias negras se reuniam.

Minha irmã mais velha estudou, mas quis logo sair pra trabalhar. Eu fui mais protegida, uma espécie de “filhinha da mamãe”, talvez pelo fato de ter perdido o meu pai com pouca idade. Vivi a vida toda com essa minha irmã, até sua morte em idade avançada. Vivíamos juntas e ela faleceu aqui nessa casa. Não fazia nada sem antes me perguntar. Tenho uma característica de liderança e acho que isso se deve à educação que recebi de mamãe. Tenho voz grave e muitas vezes sou confundida com homem ao telefone. Costumava chegar em casa depois de meu irmão e mamãe me chamava a atenção.

Iniciei minha carreira no magistério em Salto de Pirapora. Depois, lecionei em Martinópolis, Santa Helena e vim pra Votorantim. Trabalhei em sala de aula por dois anos e, depois, fui para a Delegacia de Ensino. Na fundação da primeira Divisão Regional de Ensino, fui convidada para trabalhar lá e fiquei até me aposentar. Nunca senti qualquer discriminação por ser mulher e negra, embora acredite que tenham feito. Nunca percebi nada, talvez porque não ficasse pensando nisso. Naquele tempo, era diferente o trabalho do professor. Havia um inspetor chamado Brondi que chegava sem avisar e pedia ao professor que prosseguisse com a aula que estivesse dando. Tinha um número de alunos que tinham de ser aprovados, senão o professor era prejudicado. Na



atualidade, se fala em produtividade como se fosse alguma novidade e isso já existia naquele tempo.

Tenho a memória muito boa, apesar da idade já avançada. Há cerca de dez anos, Ana Maria e eu refizemos a memória de todos os moradores da Rua da Penha inteira, casa por casa e dos dois lados. Dizíamos o nome da família e de todos os filhos. Outro dia, fazíamos o mesmo na rua XV de novembro. Plínio gostava de participar dessa reconstrução de memória. Nós negros podemos fazer isso de forma diferente, pois conhecíamos também as famílias das empregadas e, dessa forma, refazíamos a memória de suas famílias também. “Naquela casa morava a dona fulana, cuja empregada era a Dita, que tinha dois filhos de nome tal”. Quando mamãe não estava trabalhando como doméstica, trabalhava como lavadeira e eu ia com ela buscar as trouxas de roupas na cabeça nas ruas centrais. À noite, fazia o mesmo trajeto indo ao Gabinete de Leitura me encontrar com meus amigos e jamais me senti diminuída por isso. Nessa época, em frente ao prédio do Gabinete de Leitura havia o “footing”. Havia divisão social de classes. Tinha a Irmandade do Santíssimo, da qual só podiam participar as famílias abastadas, os netos dos homens bons. As Filhas de Maria não aceitavam pretas. Talvez seja porque Maria era loira. Os negros eram totalmente excluídos. Cheguei a ter de me levantar no banco na igreja, para que as brancas mais abastadas pudessem se sentar.

Em minha casa, sempre teve uma porção de mulheres morando. Chegou a ter cinco ou seis agregadas, além de minha família. Eram amigas da família que vinham e diziam não ter onde ficar. Dessa forma, muitas vezes estávamos rodeados de pessoas que nem conhecíamos bem. Eram todas mulheres negras e todas trabalhando ora como domésticas, ora nas fábricas. Lembro-me do nome de algumas delas: Nhá Candinha, Nhá Dita, Cacilda. Essa era lavadeira. Lavava roupas no Rio Sorocaba. Naquele tempo, havia uma fábrica de facas localizada na Rua da Penha. Provavelmente, havia muitos negros trabalhando lá. Também havia uma fábrica de chapéus localizada na Rua Monsenhor João Soares. O gerente dessa fábrica era o Dr. Rogick, que foi patrão de mamãe e pai do Plínio. Isso deve ter sido por volta de 1930. Com o fechamento dessa fábrica, muitos funcionários foram trabalhar nas tecelagens que já se instalavam na cidade.

Talvez pelo fato de estar correndo atrás das coisas, eu não sentisse que estivesse sofrendo preconceito. Um exemplo é minha amizade com Plínio. Mamãe foi

trabalhar na casa dele oito dias antes de seu nascimento e ficou até ele completar doze anos e retornou posteriormente. Tivemos uma amizade que perdurou por oitenta e seis anos. Acho muito importante ter chegado a essa idade com toda a experiência que adquiri.

#### **4.2 -Ana Maria Mendes (65 anos)**

Nasci em Sorocaba, nessa mesma casa na qual resido até hoje. Papai também era sorocabano. A mãe de papai veio do Itinga, região de Salto de Pirapora. Naquele local, havia uma grande senzala, que era da família do professor Toledo. Papai descende do pessoal que viveu lá no período do escravismo, como a maioria dos negros nascidos em Sorocaba. Minha avó veio ainda jovem pra Sorocaba e aqui teve três filhos. Papai foi o terceiro e nasceu quando o segundo já tinha dezoito anos. Isso fez com que ele fosse praticamente filho único, pois titia Florinda casou-se e meu tio do meio foi morar em São Paulo, ficando só papai vivendo com meus avós. Minha avó era lavadeira. Lavava as roupas no Rio Sorocaba, assim como as demais lavadeiras do centro da cidade. Essa Rua Santa Cruz, onde se localiza minha casa, vai terminar na margem do Rio Sorocaba e era assim que vovó descia com as trouxas de roupas para lavar.

Papai nasceu em 1915 e iniciou os estudos em meados de 1920. Tendo sumido em lápis na sala de aula, o diretor “resolveu” que meu pai deveria ser o culpado, e foi assim que ele abandonou os estudos na terceira série, embora fosse muito inteligente. A partir dos nove anos, passa a trabalhar de aprendiz de alfaiataria, passando por diversos locais até abrir o negócio próprio, uma alfaiataria localizada no centro da cidade de Sorocaba. Mamãe nasceu em Chavantes, interior do Estado de São Paulo também. Uma de suas irmã casadas veio residir aqui em Sorocaba durante 4 anos e trouxe mamãe junto. Foi assim que começou a namorar papai, retornando a morar aqui depois de casada.

Sou filha única e meus pais já contavam com mais de 30 anos quando eu nasci e isso teve repercussão em minha vida. Sendo filha única de artesãos ligados ao comércio, tive relações com pessoas que me presenteavam muito. Meus pais criaram

uma forma de dividir com as outras crianças os brinquedos que eu ganhava. Essas crianças vinham brincar nesse quintal amplo que tem aqui.

Minha vida de estudante foi em escola pública, que naquele tempo era de excelente qualidade. Estudei no Colégio Visconde de Porto Seguro, no primário, e no Estadão, no ginásio. Saí de lá com o diploma de professora e de fato esse era meu desejo profissional. Estou aposentada há exatos 20 anos e tenho a convicção de ter feito uma boa escolha, pois sempre desejei trabalhar com educação. Posso dividir minha vida profissional em duas partes. Primeiro, lecionei no primário em sala de aula e, depois, ingressei como professora efetiva no magistério público do Estado de São Paulo, o que ocorreu em 1977. Em 1979, comecei a substituir diretores de escolas sem, contudo, deixar as salas de aula. A partir de 1980, ingressei, via concurso, na carreira de diretora e não mais voltei às salas de aulas. Aposentei-me nessa função depois de vinte e oito anos trabalhados. Trabalhei por muito tempo na Delegacia de Ensino de Votorantim, com escolas de ação comunitária, que foi um projeto do governo estadual de levar o ensino à zona rural. Tinha escolas em Tapiraí, Piedade e Iperó. Eram locais onde tínhamos de ir e ficarmos até o dia seguinte. Nessa época, contávamos com 176 classes. Nesse tempo, também trabalhei com aulas excedentes nos cursos de formação de professores na escola normal. Toda minha atividade profissional, mesmo voluntária, sempre foi voltada para a educação. Tive uma vida profissional muito rica. No início, fiquei aqui na região, mas depois trabalhei em Itapevi, São Roque, Cotia, retornei pra Sorocaba posteriormente e, finalmente, fui para Votorantim. Na minha prática, mais do que ensinar a ler e escrever, sempre tive a preocupação de estar de fato na vida da criança.

Em geral, as pessoas acham estranho que eu, sendo filha única, boa conversa nunca tenha me casado. Isso não foi por querer. Talvez eu não tenha valorizado suficientemente quem se aproximou, mas não me sinto mal por isso. Tenho muitos sobrinhos e netos do coração.

Consigo vislumbrar como foi que a questão negra chegou à minha consciência. No final da quarta série, começaram essas inquietações. Houve um sucedido que talvez tenha sido esse despertar. Por se a única aluna negra no colégio Dr. Julio Prestes de Albuquerque, o nosso Estadão, no período diurno, houve um professor que veio me perguntar sobre o porquê de eu não passar para o noturno como faziam os

demais alunos negros. Relatei o fato aos meus pais, que disseram que, naquele momento, eu não precisaria trabalhar, portanto deveria continuar estudando durante o dia. A prioridade de trabalhar seria somente depois de formada. Dei o assunto por encerrado. Depois de adulta foi que vim a saber que minha mãe foi à escola para conversar com o professor sobre esse assunto. Na realidade, se tratava de racismo naturalizado, pois o diurno era período para a elite branca e o que uma negrinha iria fazer lá? Obviamente que o professor disse que não teve nenhuma intenção e que não houve racismo. Desconfio que isso ocorreu, também, porquê dias antes eu estava conversando com o filho dele, pois tínhamos muita amizade. Como vamos saber o que se passou na cabeça dele?

Essas coisas foram se somando, até que cheguei aos 18 anos, juntamente com outros jovens, também negros, que se formavam sem nada saber sobre o povo negro. Só sabíamos que o negro veio da África “escravo”.

As poucas falas em torno desse segmento na escola eram em função do dia 13 de maio. Em dado momento, lá aparecia um negro com roupa da esquadra portuguesa e que era muito valoroso, mas não se contextualizava a sua presença. Tempos depois foi que vim a saber que se tratava de Henrique Dias. Lembro-me que, em meu livro de inglês, na primeira série do ginásio, tinha, na primeira lição, uma família. Lá estavam papai lendo jornal, mamãe fazendo tricô, *little John* brincando no tapete e Mary com uma bonequinha, todos brancos, naturalmente. No fundo da cena, uma negra gorda, que se sabia ser negra pelos cabelos carapinhas presos num pano e só. Não consigo me lembrar do nome do livro. Entendo que era dessa forma que passavam a representação de uma família ideal. Brancos com uma empregada negra que não tinha cara. Isso foi por volta de 1961, portanto entrando na segunda metade do século XX e a visão que se tinha do negro e da mulher era essa. Lá pelo meio do livro, tinha uma lição na qual aparecia um homem negro, que tinha um emprego semelhante os de *Mr. John*, talvez com escolaridade igual ao chefe da família branca. Esse homem aparece e desaparece em uma única lição e dessa forma consideravam que já haviam falado sobre o negro.

A mulher negra, então, estava totalmente aniquilada, pois não aparecia nem como esse homem em uma única lição. Acredito que a escola reforça ideias sobre valores sociais. Se não contam a história daquela mulher negra, é porque,

subjetivamente, ela não existia naquela sociedade. Talvez seja por isso que o profissionalismo da mulher acabava se dando pela educação. Acreditavam que educar nem era papel de homem. Era mais ou menos assim: “se der certo, o filho é meu, se der errado, o filho é dela”. Filho ia para a escola e teria uma professora, pois naquele tempo já era raro ter professores homens, agora mais ainda. Até porque resolveram achatar os salários do professor, de sorte que não fosse uma carreira pretendida pelos homens. Essa falta de convivência com a diversidade [de gênero] faz falta na educação, pois surge daí da falta de modelos diferentes.

Aos 18 anos, me descubro com pouco espaço, embora não me sentisse sendo vista como diferente por meus colegas de turma. Naquele tempo, durante o dia, existia uma classe feminina e outra masculina. Tenho amigas e amigos com os quais mantenho laços estreitos de amizade até hoje, 50 anos depois de nos formarmos. Ao final dos estudos, fiz um balanço sobre o que havia aprendido sobre os negros na escola. Sabíamos sobre as três leis que terminam com a escravidão, que eram: Sexagenário, Ventre Livre e Áurea, o tal de Henrique Dias e sabíamos, também, que o negro era escravo. Não falavam se tinham uma vida anterior, porque vieram. Talvez porque fossem burros. Interessante. Você compra um burro pra carregar carga. Agora se compra um semovente, ele te oferece mais do que força. Porque compraram tantos?

No final dos anos 1960, nós, jovens negros, começamos a nos reunir no Clube 28 de Setembro com a finalidade de trocarmos as poucas informações que tínhamos sobre a questão negra. Encontrávamos-nos pra pensarmos sobre o que poderíamos fazer por nossa gente. Víamos que não sabíamos nem o que fazer, pois não tínhamos noção nem de o que havia se sucedido com nossos ancestrais. Por não conhecermos a história dos negros, decidimos, nós mesmos, contarmos a história de nossas famílias, como forma de um ponto de partida para contar essa história do negro, que víamos como mal contada. Quando nos reuníamos, cada um contava de onde veio, a família do pai, da mãe, primos, localização, trabalho, dificuldades, superações, etc. Na maioria dos casos, sabíamos um pouco mais sobre os pais e a partir dos avós nada sabíamos. Sabíamos nome e sobrenome, mas não sabíamos a origem daquele sobrenome. A partir do momento em que vimos que não poderíamos resgatar os nomes das famílias, resolvemos então usar os fatos notáveis, através da linha cronológica dos acontecimentos.

Partimos do descobrimento, da chegada dos primeiros negros e negras, da dúvida acerca de se havia negros fazendo parte a armada de Cabral, porque Portugal já praticava a escravidão havia mais de cem anos. Lisboa de 1500 tinha mais negros do que brancos e isso não aparece na história. É necessário que as pesquisas continuem, para se dirimir essas dúvidas. Descobrimos que, primeiro na Bahia e, depois, na região de Iguape, que chegaram os primeiros negros. Recuperando os fatos notáveis, fomos levantando se havia negros ali naquele momento histórico e o que faziam. Chagávamos sempre à conclusão de que havia negros, sim, mas não tinha vez nem voz. Os nossos encontros no Clube 28 de Setembro geralmente aconteciam nos feriados prolongados. Isso porque muitos dos integrantes do grupo, a essa altura, já estavam trabalhando em outras cidades. Era sempre aos domingos ou feriados pela manhã. Nesse período, houve uma reforma no estatuto do clube e criamos o ICAB, que era Instituto de Cultura Afro-brasileira e se constituiu como mais um braço de resistência. Os integrantes eram: Mazé Lima, Zezinho Lima, Claudinei e Anete Natel, Maria Dulce Cardoso, Ednéia Cardoso, Bernardino Francisco, Jorge Narciso de Mattos, eu e outros que apareciam de quando em quando.

Jorge Narciso merece um capítulo a parte. Nasceu em 1945 e chega a Sorocaba em 1950. Era, também, um líder nato. Presta concurso para o I.A.P.I. e, economicamente, tem uma boa perspectiva de vida. Desde os 18 anos, era conselheiro do Clube 28 de Setembro, por costumar dar palpites nas reuniões do conselho, que era formada majoritariamente por anciãos, tal como nas tribos africanas. Nessa época, ainda havia membros fundadores do clube. Com sua força, consegue fazer a união dos mais jovens com esse conselho. Daí que surge o instituto ICAB, com a finalidade de estudar a cultura negra. Nos finais dos anos 1980, Bernardino e Jorge fazem um curso na Faculdade de Filosofia de Sorocaba (atual UNISO). Estudavam a Cultura Brasileira. Nesse curso, o grupo resolve se mobilizar para a formação da Universidade de Sorocaba, que seria a primeira da região Sudoeste do estado. Houve muitos embates porque todos queriam, naquele momento, uma universidade pública. Entretanto, se a região não mostrasse força, essa universidade não aconteceria. Isso há trinta anos. Nesse momento, Jorge já era agente do IAPAS, portanto representante do Governo Federal na região. Assim, disponibiliza o próprio gabinete para que a comissão para a formação da universidade se reunisse. Também era o elo com a comunidade negra. Dessa forma, o

ICAB (Instituto de Cultura Afro-brasileira), por ter um documento básico que norteava seus trabalhos de pesquisa, era um grupo comunitário que representava a comunidade negra, poderia fazer parte do esforço para formação de uma universidade. É assim que, em 1992, o Clube 28 de Setembro oferece para essa equipe que trabalhava para a formação da universidade esse instituto, que poderia fazer parte dessa universidade nascente. Assim, o grupo se transfere para as faculdades integradas da Fundação Dom Aguirre, que foi o embrião para a formação da UNISO. Chegamos antes de a universidade ser criada.

Mais a frente, além dos estudos sobre o negro, sentimos que tínhamos de avançar e, assim, instituímos a Fundação Cafuné, palavra de origem bantu que significa afago e cuja sigla significa Caixa de Auxílio Financeiro ao Universitário Negro. Formamos, em 1994, através da fundação, um programa de bolsas de estudos. A ideia inicial era de que se, nos primeiros dez anos, os próprios instituidores contribuíssem com cinco dólares americanos mensais, teriam o montante para formar um negro. Contudo a urgência era maior, pois sentíamos a necessidade de que negros se formassem e trouxessem para sua comunidade mais dignidade e autoestima. Além da parceria com a universidade, surge a colaboração da ACM (Associação Cristã de Moços). Naquele ano, conseguimos matricular dois bolsistas com 50% e o sistema durou dez anos. Formamos quarenta negros com nível universitário. O programa só não foi para frente porque subestimamos a questão econômica do país e outro problema foi a flutuação cambial. Nós mesmos colocávamos dinheiro do próprio bolso. Entendíamos que havia a necessidade de alguma ação oriunda do próprio segmento negro para mexer com a comunidade. A ideia era formar pessoas que pudessem trabalhar por dentro da educação, no sentido de evitar a evasão escolar dos jovens negros. Assim, os primeiros vinte bolsistas eram todos professores, pois era o jeito de estarmos presentes na rede de ensino público. Ao bolsista, era feito um único pedido, que era o de ajudar outro negro. Poderiam contribuir financeiramente com a fundação se pudessem e quisessem, mas não eram obrigados. Vejo isso como a realização de um sonho, que começou lá trás, com aqueles jovens negros terminando os estudos e procurando a própria identidade. Muitos atuando na educação e servindo de referência para outros jovens. Acho importante que se comece pela escola, pois é um local onde todas as mazelas sociais estão presentes. É o papel transformador da escola. Ondina foi pessoa fundamental em

todos esses momentos vividos por todos nós, pois vínhamos até ela buscar forças pra continuarmos. Ondina nos abria as portas, por conta dos muitos contatos que tinha. Sempre nos estimulou.

No ano de 1978, fiz uma palestra no Clube 28 de Setembro, no dia 20 de novembro e a reação da plateia foi algo de que jamais vou me esquecer. O tema era sobre um tal de Zumbi dos Palmares e foi como botar um ovo em pé. Dentre toda a plateia ali presente, apenas três conselheiros, Bernardino, Jorge Narciso e Antonio sabiam que tinha existido um dia um tal Zumbi no século XVII. O pessoal “bebeu” a história, porque, de repente, falou-se de um herói negro. As pessoas me olhavam com espanto, como se eu estivesse louca.

Bom! Se houve um Zumbi, vamos ver então o que aconteceu a mais. Dessa forma, fomos então descobrindo outros negros contemporâneos que já estavam em um patamar muito mais elevado do que o nosso grupo. Descobrimos, por exemplo, o Milton Santos, uma antropóloga no Rio de Janeiro chamada Helena Teodoro, o Sebastião Pereira, pesquisador negro que trabalhava com insetos na Universidade do Rio de Janeiro, e outros mais que haviam feito diferença em seu tempo, mas que não eram reconhecidos. O pessoal que ia à escola não ouvia falar dessa gente.

Os caminhos percorridos para conhecermos essa gente foram os mais diversos, pois não havia essa facilidade que temos hoje. Alguns saíam de Sorocaba e iam para outras paragens. Jorge Narciso, a essa época, era funcionário público federal e estava morando no Rio de Janeiro. Não tínhamos as redes de computador pra divulgação das informações. Tive de ir à USP pra saber da existência de Milton Santos. Nenhum jornal falava a respeito. As informações eram muito cerceadas. Seguimos pesquisando e descobrindo uma extensa bibliografia. Lembro-me que o primeiro deles foi feito com leitura oral, pois tínhamos somente um exemplar e, até chegar ao último integrante do grupo, levaria muito tempo. Estamos falando do final da década de 1970. Nos dias de hoje, isso seria impensável, mas passarmos por tudo isso nos fez mais fortes e nos tornamos muito mais amigos. Havia sede de saber. Muitas das ideias eram elaboradas a partir dessas leituras. Comparávamos tudo aquilo com nossas próprias vidas.

Pudemos minimizar alguns conceitos para nossa história, pois muito do que estávamos lendo nos livros estava acontecendo com a gente. Começamos, também, a



nos sentir mais fortes. Isso acontecia a cada vez que víamos alguém que havia conseguido “chegar lá”, realizado alguma coisa. Era um bálsamo que nos dizia: então pode e dá pra acontecer. Não era necessário que acontecesse exatamente com a gente, mas com alguém do mundo negro. Com isso, nos arvoramos a palestrantes. Íamos às escolas falar com os alunos, tentando desviar o sistema daquela grotesca comemoração do 13 de maio. Da figura do negro de dorso nu, amarrado num tronco e de repente vem a Princesa Isabel a redentora e liberta o cara. Não foi nada daquele jeito e era preciso contar isso. Tínhamos de contar, por exemplo, que, junto com a dona Isabel, em seu tempo a pressão tinha sido muito grande, que a classe política e jornais se movimentaram contra e a favor. Que tinha um negro muito combativo nos jornais cariocas e que tinha o próprio jornal e que seu nome era José do Patrocínio. Que, aqui em São Paulo, havia outro negro advogado e até hoje não se sabe se era formado advogado ou era um rábula, mas da maior competência chamado Luiz Gama, que fez grande quantidade de libertações antes do 13 de maio.

Pensávamos que se essa gente trabalhava, fazia e podia, acreditávamos que nós também poderíamos fazer alguma coisa. Foi por volta dos anos 1980 que houve um ato policial que se tornou um fato histórico. Na cidade de Salto de Pirapora, alguém da elite local resolve que vai pegar terras de uns negros que viviam adiante da cidade, em lugar bem isolado. Esses negros diziam que eram os donos das terras. Os integrantes dessa elite contrataram jagunços para atacar aquela comunidade. Na troca de tiros, um mais afoito invadiu o terreno de um morador local (da comunidade) e acabou matando o invasor. Estou me referindo à Comunidade do Cafundó. Um amigo nosso, branco, jornalista, chamado Sergio Coelho de Oliveira, foi até lá para fazer reportagem e, ao voltar, nos procurou porque vira algo que nunca soube que existia. Eram todos negros retintos, estavam em situação de miserabilidade mesmo e não tinham condições de sair de lá para fazer alguma coisa. Então, nossa primeira ação social foi levar alguma coisa para o Cafundó. Pedíamos na cidade alimentos e gêneros de primeira necessidade e distribuimos às pessoas que estavam presas por não poderem sair de casa pra plantar, com risco de serem atirados. Dessa forma, íamos lá aos sábados para fazermos a distribuição de alimentos. Foi uma grande experiência, pois víamos outra realidade. Foi muito marcante para nós, profissionais já formados e vivendo nos grandes centros,

vermos irmãos naquela miséria. Isso nos despertou para uma olhada mais detalhada para o Brasil.

Nesse mesmo período, o Movimento Negro Unificado se organizava em São Paulo. Foi o grande momento do negro pós Frente Negra Brasileira. O MNU tem várias vertentes e uma delas é a feminina. Atravessamos o século pós-abolição com grandes dificuldades, mulheres sendo chefes de família desde sempre. Hoje se fala do grande número de lares que são chefiados por mulheres. Entre as negras, a porcentagem é muito maior e isso desde sempre. São elas que aglutinam os filhos e, às vezes, até o filho da outra. O macho está sempre preocupado em caçar e acaba ela tendo de se preocupar sozinha com os filhos. As negras são as que têm os menores salários e os piores trabalhos. Na sociedade como um todo, fruto de 400 anos de escravidão e negação de humanidade, ainda hoje o valor social da mulher negra o de ser boa de cama, parideira e cozinheira. Será que ela não tem sentimentos? Será que não é capaz de criar algo? Isso é um valor social ainda presente, embora esteja diminuindo. Enquanto tivermos esse racismo naturalizado, teremos cidadãos e cidadãs de segunda categoria. Nem precisamos abandonar o meio urbano para vermos isso. Uma pesquisa no meio da comunidade sorocabana nos mostrará essa realidade. Um dos maiores problemas dessas mulheres é o de encontrar uma vaga nas creches.

Ser mulher e negra no Brasil é muito mais complicado. Ninguém pode ser penalizado por ser mulher, no entanto, lhes pagam menos. Se ela for negra, pagam menos ainda. Embora neguem que a vida da mulher negra seja diferente da não negra, ainda existe a regra da “boa aparência”. No Brasil esse termo significa “não ser negra”. As dificuldades advindas das questões salariais, e até das que envolvem a formação familiar, dificultam a essa mulher o acesso a melhor escola, a alguns quesitos que fazem com que seja mais forte e tenha condições de perceber o que vai à sua volta. Em outras palavras, fica difícil para a menina negra frequentar alguns grupos sociais que são formadores e que trazem uma contribuição de aspecto moral, social, de trabalho e das relações sociais, por que ela terá de trabalhar, mesmo que seja como babá. Não tenho elementos pra dizer claramente, mas acho que essas leis trabalhistas ainda acabarão por virar-se contra a mulher negra novamente. Já estou sabendo de patroas que estão diminuindo os dias da diarista pra não registrar e, se gerar desemprego, possivelmente a negra será a maior vítima. Estou falando do racismo naturalizado, que sempre é negado.

As mulheres muitas vezes acabam por ter problemas com a própria família e algumas têm muitos filhos. Os homens precisam estudar e as mulheres estudam se quiserem. Acaba que as mulheres estudam mais que os homens. Isso porque muitas vezes as dificuldades pelas quais as mulheres passam fazem com que aprendam a lutar com mais tenacidade. Precisamos passar aos mais jovens que “viver é lutar e que as armas estão na cabeça de cada um”. Istoé, a vontade de ser melhor é que fará a diferença.

Uma característica muito importante e presente na cultura negra é a oralidade. Na África tradicional, a escrita não é a principal forma de registro das memórias. Pelo fato de não se escrever, então se conversa e conta-se toda a história desde as gerações anteriores até o acontecimento de hoje. A Ondina é um exemplo. Está com 92 anos e segue contando suas histórias e sempre entrelaçando com coisas do tempo do pai, da mãe, irmãos e outros familiares.

Um acontecimento importante para retirar a população negra do subjugofoi a criação da Frente Negra Brasileira. Na verdade, foi uma corruptela meio integralista. Uma de minhas tias, nascida em 1915, assistiu toda a movimentação para a formação da FNB. Meu tio-avô, que criou minha mãe e essa tia, participou da formação da FNB em São Paulo e nos cantava dos núcleos abertos para profissionalizar os negros recém-saídos da senzala para a vida urbana. Essa minha tia trabalhou em um núcleo onde eram ministradas aulas de bordado e costura para mulheres. Também havia aulas de alfabetização para adultos de ambos os sexos e até para criança. Naquele tempo, não havia escolas públicas. Essas eram confessionais ou eram constituídas por professoras que abriam uma classe na própria casa e arrebanhavam alunos. Para se profissionalizar, tinha de ser na base do aprendiz. Quem trabalhava com educação dos mais pobres era o Liceu das Artes e Ofícios.

Tendo nascido na primeira metade do século XX, tenho informações dos primeiros 70 anos pós-abolição, algumas de antes mesmo de eu ter nascido. De repente, se percebe, no pós-guerra, um mundo em que todos os conceitos estavam sendo postos à prova. Contudo, a ideia de que o negro não tinha valor continuou do mesmo jeito no Brasil. Com a segunda fase da imigração, o elemento negro segue sendo preterido. O racismo era tão naturalizadoque as escolas públicas tinham crianças negras, mas quase em sua totalidade eram localizadas na sala de aula em um canto, atrás da cortina, do

lado do sol, enfim, no pior lugar. Isso até que essa criança resolvesse, em um dia de fúria, todos nós temos esse dia, responder mal ao professor e estava criado o problema. Já se tinha condições de apertar essa criança até que se autoexpulsasse. A autoexpulsão foi uma constante em minha vida de estudante. Muitos cursos iniciavam com número razoável de estudantes negros, e ao final, lá estava eu sozinha. O aluno era de tal forma pressionado que acabava sendo convidado a cair fora. Isso não era somente no sistema escolar e sim uma prática constante.

Se pensarmos nos sistema de crenças religiosas, será no século XX que as religiões começam a ter negros em situações de presbítero. Entre os católicos, é em meados da segunda metade do século que é sagrado Dom Pelé (Dom José Maria Pires, hoje, Arcebispo Emérito na Paraíba), o primeiro bispo negro. Nas igrejas protestantes, através da Igreja Batista, isso ocorre mais cedo. Hoje, há um grande número de negros, em especial nos ministérios recém-criados, mas de alguma forma mal conduzidos teologicamente. Eles acabam, assim, negando a própria negritude, porque foram lavados com “o sangue do cordeiro”.

Falar sobre o assunto da negritude em um país que não resolveu a própria identidade, como é o caso do Brasil, é coisa muito difícil. Ser negro se torna quase que uma opção. A pessoa diz: “sou negra” ou “sou negro sim, e daí?” Isso sempre foi trabalhado em minha própria casa e talvez tenha me feito uma mulher mais forte e capaz de enfrentar as coisas. Sabedora de ser negra, sim, mas capaz. São inúmeros os exemplos que posso citar desse racismo naturalizado, pois acontece na nossa presença diariamente. Acontece de uma pessoa negra adentrar em uma loja e vendedores e vendedoras ignorarem sua presença. Eu mesma, recentemente, entrei em uma loja no shopping e, depois de mim, entrou uma mulher branca. A vendedora passou por mim e foi atendê-la. Eu disse: acabei de descobrir que sou invisível. Em outra situação, entrei na loja e pedi um produto e a vendedora me disse o preço antes de trazer. Fiquei muito irritada e pedi que trouxesse grande quantidade daquele produto e ao final lhe disse: “Sabe por que eu fiz isso? Porque você achou que eu não tinha dinheiro pra comprar e eu tenho. Acha que preto não tem dinheiro pra comprar. Agora você que é empregada terá de guardar tudo isso.”

Outra coisa que me irrita profundamente é quando os negros mais novos dizem que nunca sofreram preconceito. Sei do caso de uma moça negra que já foi

confundida com a babá de seu filho e diz nunca ter sofrido racismo. Esse quadro só poderá mudar quando alguém tomar partido da coisa. Reconheço, também, que muitos brancos fazem isso por desconhecimento. Ficou natural tratar os negros como inferiores. Gosto de colocar os brancos nas rodas de negros e pedir para eles falarem como é se sentir discriminado, sendo minoria.

Durante o período em que era diretora de escola, era muito comum chegarem a mim e pedir pra falar com a diretora. Jamais se imaginava que pudesse ser eu própria a diretora. Eu retornava para minha sala e continuava com meu trabalho. Ao final de algum tempo eu pedia à secretária que conduzisse a pessoa até a sala da diretoria. Gostava de ver o espanto das pessoas ao perceberem que, na realidade, eu era a diretora. Houve uma situação na qual uma mãe, vinda de um estado do nordeste, disse que não tinha viajado de pau de arara pra São Paulo, pra seu filho ter uma pessoa como eu de diretora. Tive de chamar uma professora branca pra intervir e nela essa mãe acreditou. Fiquei três anos nessa escola e essa mulher nunca mais falou comigo, embora eu tenha sido diretora de seus três filhos, que, por sinal, gostavam muito de mim.

Há relatos de famílias negras que perderam propriedades que lhes pertenciam, talvez até herdadas do senhor. Na realidade, essas propriedades não foram perdidas e, sim, roubadas. Pode-se dar qualquer desculpa, mesmo que aceitável legalmente. Há uma dessas histórias ocorridas em Sorocaba. Em frente ao local aonde funciona hoje o Mercado Municipal, havia ali a Igreja de Santo Antonio. Além do santo padroeiro, ficavam as imagens dos santos de devoção dos negros. É ali que nasce, em Sorocaba, a primeira irmandade negra de São Benedito. É preciso que se registre que essas irmandades são condutoras da passagem cultural das sociedades africanas para as brasileiras, em especial as irmandades negras. Naquele tempo, era comum se fazer promessa para os santos e, tendo sido atendido, gratificar materialmente esse santo. Pesquisando alguns livros de atas remanescentes dessa primeira irmandade de São Benedito, lê-se que, em 1932, há uma fala durante duas ou três reuniões seguidas. Fala-se que São Benedito havia ganhado umas terras como agradecimento por graça alcançada. São terras que, na atualidade, compõem o vale do quarteirão das ruas Sete de Setembro, Eugênio Salerno, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Nesse terreno, foi construído o Seminário Menor São Carlos Borromeu, que hoje é um dos Campi da Universidade de Sorocaba, outra parte foi vendida para a construção do Ipanema Clube

e as demais foram desmembradas. É claro que uma irmandade não iria ficar responsável por essas terras. As terras foram para a Cúria e a Irmandade ficou completamente excluída desse destino. Do ponto de vista da legalidade está tudo correto, mas alguém saiu lesado. Tanto isso é verdade, que em 1951, portanto aproximadamente vinte e cinco anos depois, a igreja é demolida e a irmandade que estava instalada ali fica sem ter lugar para ir. É preciso que os padres se lembrem de que São Benedito era franciscano também e levam sua imagem e sua irmandade para a Igreja Bom Jesus.

Essa Irmandade é muito importante para a história e não é só porque agrega os negros da cidade. Também é importante porque demonstra a liderança natural e verdadeira de um cidadão chamado Salerno das Neves. Muito pouco se consegue levantar sobre sua vida, talvez porque, mesmo tendo sido casado por duas vezes, não teve nenhum filho. Quando falece dona Rosa, sua segunda esposa, a história foi-se com ela. Ele era uma pessoa com a qual as pessoas conversavam sobre as dificuldades normais da vida. Também era o capelão, a pessoa que fazia as rezas. As famílias costumavam rezar por seus mortos nos sete primeiros dias e era Salerno quem conduzia as encomendas dos mortos das famílias negras. Os velórios também eram acompanhados das “*inselências*”, que eram as rezas misturadas com cânticos fúnebres e era também Salerno quem as conduzia. Isso acontecia, também, porque a igreja já cobrava pela missa de sétimo dia e a negrada não podia pagar. Sorocaba também teve um grupo de Congada e, embora não dançasse, era ele quem sabia quais seriam os personagens da representação. Foi pessoa muito influente entre os negros.

Tem algo que me chamou a atenção quando estava pesquisando os livros-atas sobre os quais lhe falei. Nas primeiras atas, ele está rezando, conduzindo a Irmandade nas práticas religiosas. Depois, tem a notícia dessas terras e, de repente, ele some e não tem mais voz na Irmandade. Fui até a última página do livro-ata e só soube que ele estava ali porque tem sua assinatura, mas não fala mais nada. Pareceu-me que houve uma poda mesmo, acabou. Ocorreu a doação das terras, ela é comentada na Irmandade, depois de uns três meses aparece essa história de que a Cúria iria cuidar da questão legal e o assunto não volta mais. Nesse momento, há uma ruptura bastante grande do segmento negro local com a igreja. Na realidade, essa ruptura já vinha ocorrendo desde 1888, quando chega à Sorocaba Nho João de Camargo, que traz uma prática religiosa, embora católica, com uma mística não muito bem explicada. O cultode

João de Camargo só vem a público quando se instala no Brasil a mesa branca, com característica da cultura francesa. Na prática de sua religião, encontramos elementos de matriz africana, de coisas aprendidas nas senzalas, mas tem outras peculiaridades. Os devotos passam a trazer as imagens dos santos como agradecimento pelos milagres alcançados. Tem santos de todos os tipos lá dentro e acaba sendo uma forma simples de se encontrar com o sagrado.

A impressão que tenho de João de Camargo é a de que era alguém que usava bem a palavra. Tinha o dom de ouvir e aconselhar. Entendia que a maioria das patologias é de origem psicossomática e, dessa forma, cuidava do bem estar da pessoa através da escuta. Depois de escutar toda a história da pessoa, dizia pra ela ficar em paz e que no caminho encontraria uma erva com a qual poderia fazer um chá. Naquela região tinha abundância de gabioba, goiaba, arará e outras vegetações típicas do serrado planalto. Tomavam na esperança de se curar, pois não tinham dinheiro pra ir ao médico. De fato, se curavam mesmo. Tive uma tia, falecida recentemente, aos 95 anos, que foi consultar-se com João de Camargo. Ela engravidava sequencialmente e ficava muito tempos sem menstruar. Conversou com Nho João que disse que ela ficaria boa e deu umas três folhinhas de goiabeira pra ela fazer o chá. Fez o chá e menstruou naquela mesma noite. Houve também o caso de uma pessoa que se negou a tomar o chá e os sintomas persistiram. Ao retornar lá, Nho João disse: “tamém,ocê num tomô o chá que eu conseiei.”Então ele tinha uma percepção mais apurada. Coisa que a parapsicologia explica.

As situações de racismo são muito frequentes em nossa sociedade, seja no comércio ou nas situações de entrevistas de emprego. O detector de metais não deixa os negros passarem. Acho engraçado que não toca pra a loira. Vivi uma situação muito peculiar, em uma agência bancária em São Paulo, na época em que havia muitos assaltos às agências da Avenida Paulista. Estava com uma prima em uma agência naquela avenida. Na nossa frente, havia um rapaz branco muito bem vestido. Lembrome que vestia um casaco de couro, sapatos de cromo, nas mãos, uma pasta de ótima qualidade. Conversava conosco e com um senhor próximo. Olhava muitas vezes para a direção da porta de entrada. Em certo momento, entra um bando de assaltantes na agência e quem tinha a metralhadora era o moço de boa aparência. Tava dentro da pasta bonita. Sendo branco e bem apessoado, não teve qualquer problema para entrar no

banco. Naquele dia assisti a um assalto. Todos brancos, bem vestidos. O rapaz que portava a metralhadora deveria ser bem nascido, de tão bem arrumado que estava. Até sua pele era bem tratada. Naturalmente, não ficaria preso na catraca da porta. Cobria todos os quesitos de “boa aparência”.

Isso ainda levará muito tempo para acabar, pois foram quatrocentos anos de exploração, expropriação e até de revolta. Isso porque branco que tinha escravo, no 13 de Maio, ficou muito bravo, pois agora não teria mais em quem mandar. Tinha de pagar pra mandar. Não podemos juntar esses quatrocentos anos e quereremos que as coisas se resolvam em cento e poucos. Serão necessárias muitas gerações para que se discuta o racismo, pois, se não o fizer, as coisas vão continuar do jeito que estão. Temos de falar, trocar, discutir as situações do cotidiano, para que esse cotidiano favoreça o meu crescimento e o do outro.

#### **4.3 - Rosangela Cecilia Alves (50 anos)**

Nasci na cidade de Boituva, sou a mais velha dentre cinco irmãos. Dentre esses, eu e outro dos meus irmãos somos filhos biológicos e os demais são adotivos. Mas isso jamais fez qualquer diferença e, quando nos reuníamos os cinco com meus pais, era sempre uma festa. Venho de uma família negra diferente, pois meu pai era gerente do banco Itaú e a minha mãe, professora. Éramos uma família de classe média, cujos pais tinham uma visão muito grande para seus filhos. Morávamos em Boituva e meu pai foi transferido para uma agência daqui. Quando chegamos, a primeira coisa que a minha mãe quis saber era qual a melhor escola pública para os filhos estudarem. Nessa época, eu tinha nove anos e estava cursando a quarta série. A melhor escola pública local era a Municipal Aquiles de Almeida, onde eu fui estudar. Viemos morar na Vila Assis. Minha mãe lecionava em Barueri e saía de madrugada de casa e deixava a gente ainda dormindo. Sete horas, eu era responsável por levar meus irmãos e, também, ir à escola.

Eu era a única criança negra no período matutino e lá tive o meu primeiro enfrentamento, que acredito ser devido à questão racial. A gente formava filas duplas para entrarmos na sala de aula e nenhuma criança quis formar par comigo. Notei que



havia uma menina gordinha que também era excluída pelos colegas e imediatamente a chamei pra fazer par comigo. Isso fez muita diferença, pois senti que ambas saímos fortalecidas com aquilo. Tornamos-nos amigas até a oitava série. Também nessa escola, me deparei com o xingamento de “negrinha”. Nesse dia, cheguei em casa chorando e contei pra minha mãe. Sua atitude fez muita diferença na maneira como eu enfrentaria as dificuldades nessa questão no futuro. Ela então me colocou diante do espelho e perguntou de que cor eu era. Respondi ainda chorando que era negra e ela me disse, então: você vai responder, vai brigar, vai fazer o que quiser, mas jamais vai voltar pra casa chorando porque te chamaram de negra, porque você é negra mesmo e isso não pode ser mudado. Isso me deu um grande empoderamento, nunca mais chorei por isso, aliás, passei a sentir orgulho em falar que era negra.

Ao longo da minha vida de estudante, sempre fui uma das alunas que mais se destacava. Mesmo assim, ao chegar ao final da oitava série, disse aos meus pais que gostaria de parar de estudar para trabalhar. Meu pai me disse não, que o meu trabalho seria estudar. Prossegui meus estudos na escola Getúlio Vargas, que também era municipal e de excelente qualidade. Lá cursei magistério, um pouco por influência da minha mãe, que era professora e que dizia que essa era uma profissão com garantia de oportunidade de trabalho. No terceiro ano de magistério, engravidei e me casei. Acho importante enfatizar a postura da minha mãe diante da minha gravidez precoce. Ela realmente me fez ser mãe, diferentemente dos dias atuais, onde muitas mães de adolescentes assumem a maternidade de seus netos. Isso, muitas vezes, leva a outras gravidezes. Depois de casada, tive outro filho e, aos 22 anos de idade, recém-formada, vim a me separar. Tudo isso junto representou uma mudança muito radical em minha vida. Formei-me, fui mãe de dois filhos, me separei e retornei para a casa de meus pais.

Logo em seguida, passei a trabalhar em uma escola particular, cujo salário era extremamente baixo. Minha mãe trabalhava em outra escola e sempre que precisava faltar me pedia para substituí-la. As outras professoras viram a qualidade do meu trabalho e passaram a me chamar também. Houve uma professora que emendou férias, licença prêmio e aposentadoria e acabei trabalhando o ano todo nessa escola. Entre os anos de 1984 e 1986, ingressei, via concurso público, nas redes de ensino municipal e estadual.

Também em 1984, comecei a fazer faculdade de Educação Física. Nesse ano, houve um conflito na faculdade que traria muitos desdobramentos na minha vida. Nas primeiras aulas, fomos orientados de que seríamos uma turma mista e que deveria haver muito respeito entre os alunos. Valorizar o outro dentro da sala de aula. Num determinado dia, ao final da aula, fomos à quadra pra praticar basquete sem a presença do professor. Uma amiga me chamou para acompanhá-la até seu armário, para deixar lá seu material. Deixei meu lugar guardado no time, para seguir jogando quando retornasse. Quando voltei, os meninos haviam colocado uma “gostosa” no meu lugar e disseram que eu não jogaria mais. Tentei argumentar com eles e vieram três pra cima de mim. Então, peguei a bola e fui falar com o diretor. Esse ato representou uma revolução na sala de aula, com opiniões diversas sobre o fato.

O diretor se mostrou sensível ao ocorrido e perguntou-me como havia me sentido. Disse-lhe que, para mim, a questão racial estava presente em tudo aquilo. Disse, também, que gostaria de conversar sobre o assunto com os outros alunos, sobre como as pessoas se sentem ao serem excluídas. A faculdade funciona no prédio da ACM, que é frequentado por alunos e por sócios. Procurei, então, os negros frequentadores, alunos e sócios, para falar sobre o assunto e sobre o que achavam daquilo. Acabei descobrindo que muitos deles haviam sofrido situações de constrangimento naquele lugar. Dessas conversas, resolvemos fazer o primeiro encontro do jovem negro sorocabano. O evento seria dentro da faculdade. Saí de lá pensando em como poderia chamar as pessoas para participarem desse encontro. O primeiro lugar que procurei foi o Clube 28 de Setembro, que é uma agremiação social que congrega a comunidade negra da cidade. Procurei o jornal Diário de Sorocaba, que fez uma reportagem comigo sobre o assunto, além de me fotografar. Isso deu muita visibilidade ao evento. Lamento não ter mais esse jornal pra mostrar. Assim, tivemos o primeiro encontro dos jovens negros e negras de Sorocaba. O encontro foi um sucesso e teve como mediador um professor negro da faculdade, cujo nome é João Dias. Participaram muitos jovens e até a diretoria do Clube 28 de Setembro. Desse encontro, os diretores do clube sugeriram que o segundo encontro ocorresse no próprio clube.

Na medida em que passamos a nos reunir para organizarmos o segundo encontro, surge aquele que seria o embrião de um Movimento Negro em Sorocaba, com espaço para escutar os jovens e saber sobre o que estavam sentindo. Foi muito legal ter

essas trocas. Descobrir a possibilidade de gostar de ser negro, perceber que temos dores em comum, etc. Era o ano de 1986. Nesse momento, percebi o quanto poderia ser rica a possibilidade de trabalharmos essas questões conjuntamente, pois os jovens “tem mais de trinta olhos”. Tudo isso fez com que aquele grupo se fortalecesse. Nosso desejo passou a ser o de fazermos uma revolução na cidade e nossa meta principal era tomarmos a diretoria do Clube 28 de Setembro, porque achávamos que seus membros eram muito tradicionais.

Tínhamos a vontade de fazer as mudanças, mas não tínhamos o conhecimento necessário. Procuramos conversar com pessoas mais velhas, que nos disseram que, para participarmos da vida política do clube, teríamos de ser sócios. Fizemos, então, uma campanha entre os jovens negros e uma quantidade grande desses jovens passaram a buscar fichas de inscrição para se associarem. Os diretores perceberam que nós jovens estávamos nos articulando e passaram a barrar a gente, chegando a impedir a nossa associação ao clube. Nessa época, fazia parte da diretoria o Jorge Narciso de Mattos, que foi muito sábio. Ele fez uma reunião com toda a diretoria do clube e chamou a gente também. Nós então falamos tudo que achávamos que estava acontecendo de errado lá, inclusive suspeitávamos de que estivessem roubando o clube. Os diretores chegaram a chorar quando ouviram aquilo. A gente clamava por uma tomada de poder, bem ao estilo do jovem revolucionário.

Os diretores disseram que a gente não sabia o que eles tinham passado até ali, para manterem o clube funcionando. Jorge disse para os diretores: “Vamos deixar esses negrinhos, deixa eles e vamos ver até onde vão. Vamos dar corda para eles mesmos se enforcarem.” Enforcamo-nos mesmo, mas saímos fortalecidos por percebermos que poderíamos exercer direitos e fazer diferença. Isso foi muito marcante pra mim. Foi uma espécie de semente que foi plantada e que viria a determinar outras transformações na minha vida. A principal percepção foi a de que eu teria um trabalho social a ser desenvolvido, mas que deveria partir de um coletivo, o que ocorre até hoje nas minhas práticas. Foi uma das fases mais importantes da minha vida.

Em 1988, seria a comemoração do centenário da abolição da escravidão e tínhamos de fazer alguma coisa. Sou muito intuitiva e tive um *insight*. Incomodava-me demais as piadinhas de que a Lei Áurea havia sido assinada a lápis e que a escravidão voltaria, o que me deixava muito brava. Pensava que, se a gente havia chegado até ali,

aonde queríamos chegar? Dessa inquietação bolamos a primeira gincana afro-brasileira em Sorocaba. Essa gincana acabou sendo praticamente um senso negro na cidade. Isso se deu porque dividimo-nos em equipes e fomos buscar negros em todos os cantos da cidade para participarem. Formamos oito equipes, todas compostas por grande número de negros. As tarefas eram as mais diversas, como trazer o maior número de negros universitários, a negra mais velha, a família negra com o maior número de filhos, a avó mais velha, a avó mais jovem, negros que tocassem instrumentos que diferissem daqueles da tradição do samba. Isso porque, no senso comum, pensam que os negros só podem tocar samba. Ver os negros tocando flauta, a negra Lígia tocando violino, foi emocionante. Dentre os jovens universitários, havia muitas mulheres e, nessa época, conheci dentre essas jovens a Marilda, com quem viria futuramente fundar o Centro Cultural Quilombinho. A equipe vencedora foi a da dona Tereza, que tinha um salão de cabeleireiros. Era uma família com um matriarcado muito forte e, por isso, venceram as provas. Nessa época, o carnaval de rua de Sorocaba estava parado e, dentre as tarefas, estava a de levar membros pra formar uma escola de samba. Eles levaram quase que uma escola inteira. Foi emocionante mesmo.

Houve um episódio envolvendo o local da gincana que merece ser comentado. O local inicial deveria ser na Concha Acústica, que é uma praça próxima ao Largo de São Bento. Quando começou a chegar aquele bando de negrada, os moradores do entorno do local ficaram assustados e passaram a ligar para o Secretário de Educação, que à época era Mario Biazzini. Chamaram o Secretário da Educação quando souberam que seria uma gincana cultural. Nesse dia, estava presente a Mazé Lima, que futuramente viria a ser Secretária Municipal da Cidadania. Foi nosso primeiro de muitos outros contatos que teríamos. O secretário veio ao local e ordenou que fôssemos embora dali. Mazé e eu nos negamos a deixar o local e dissemos que o faríamos se fosse designado outro espaço para irmos. Ele estava tão desesperado que disse para escolhermos qualquer lugar, desde que saíssemos de lá. Diante disso, fomos para a Praça Coronel Fernando Prestes, que é muito mais central e melhor localizada, dando maior visibilidade ao evento. Todo aquele contingente de pessoas rumou para o novo local a pé, o que tornou esse deslocamento uma passeata negra. Nessa nova praça, havia um chafariz e um palco. As tarefas foram apresentadas nesse palco, tornando o evento ainda mais bonito. No ano seguinte, 1989, voltamos a fazer a mesma gincana

para que não pensassem que tudo não havia passado de um oba oba por causa do centenário da abolição. O problema é que, depois disso, o movimento negro assume muito características de festa e vai perdendo a força do engajamento político do começo. Nesse momento, me afastei da militância, pois senti que tinha de me alimentar de mais conhecimento. Iniciei outro relacionamento, tive outro filho e senti que era hora de parar e cuidar da vida.

Outro fato importante na minha vida foi a formação do Coral das Mulheres Negras de Sorocaba. Era o ano de 1997 e Mazé Lima, que eu conheci na gincana, me convidou para participar de um coral que estava formando. Na realidade, havia um grupo de mulheres que cantavam na celebração do dia 13 de Maio, diante da estátua da Mãe Preta, na Praça Castro Alves. Era um evento organizado por uma liderança negra já falecida, dona Cida Pires. Aceitei o convite e passei a fazer parte desse coral. Com o adocimento do regente, o coral se acabou. Benão, um colega negro e militante da área da saúde, estava organizando um evento em São Paulo sobre a saúde da mulher negra e se lembrou de chamar o coral para se apresentar. Ele falou com a Mazé Lima e ela disse que, se ele falasse comigo, talvez eu pudesse formar o coral novamente. Aceitei o desafio, ensaiamos e fomos nos apresentar em São Paulo e esse foi mais um marco em minha vida. Participar desse evento levantou a autoestima daquelas mulheres, que não queriam mais parar. Com tudo isso, o coral foi desenvolvendo um trabalho mais profissional, quando tivemos até a oportunidade de fazermos um curso de regência com a Kátia Barone. Ensinou-nos fundamentos, como tomar soro fisiológico para a voz e exercícios de vocalização. Antes, a gente abusava do conhaque, que era mais gostoso.

Segui na regência do coral por nove anos. Quando essas mulheres vinham para os ensaios, percebíamos que estar no grupo era muito importante para elas. Talvez pelo espaço onde encontrassem suas parceiras e falassem de coisas em comum. Desse coral derivou a ideia de formarmos um movimento de mulheres negras, agora com base mais política e não cultural, como era o coral. Mazé Lima, Vera Torquato e eu fizemos o estatuto do Movimento das Mulheres Negras de Sorocaba (MOMUNES). Mazé era a presidenta, eu era sua vice e Vera, a tesoureira. Dessa forma, fomos fundadoras do MOMUNES. Era o ano de 1998. Na medida em que o coral foi crescendo, nos deparamos com a falta de local para os ensaios. Inicialmente, ensaiávamos no Café Bar, de propriedade da Mazé Lima. A essas alturas, os homens também se engajaram e

participavam tocando instrumentos de percussão. Nessa época, o Clube 28 de Setembro estava muito mal conservado, praticamente em ruínas. Surge a ideia de utilizarmos o local para ensaio e, ao mesmo tempo, recuperarmos o espaço. Falamos com o Santão, que era o presidente na época, e ele autorizou o uso do local. Ao chegarmos lá, tivemos um susto. O local estava tomado por mato, inclusive dentro do prédio, nos locais onde havia falha de piso. Todas nós chegamos com faca, tirando o mato, limpando o chão e as paredes. O teto era revestido de caixas de isopor, que foram arrancadas. Duas integrantes do coral trabalhavam no serviço público de saúde e emprestaram equipamento de limpeza industrial e deixamos o local em excelente estado. Passamos a ensaiar lá. Nós, mulheres, tomamos a frente de tudo. Passamos a fazer bingos, organizarmos almoços, jantares e levantamos dinheiro para a revitalização do espaço.

Muitas dessas mulheres tinham filhos adolescentes e algumas delas se queixavam do desemprego desses filhos e, às vezes, até dos maridos. A Marilda, aquela moça negra que eu havia conhecido lá na gincana, tinha contato com uma jornalista, também negra, chamada Rosangela de Paula, que trabalhava no gabinete do Deputado Hélio Santos em São Paulo. Por intermédio dela, trouxemos pra cá alguns cursos profissionalizantes através do FAT (Fundação de Auxílio o Trabalhador). Foram oferecidos cursos de garçom, informática, eletricitista, operadores de telemarketing, etc. Isso tudo dá uma guinada ao clube e o espaço se revitaliza. Pelo fato de Mazé Lima ser Secretária Municipal da Cidadania, passamos a nos beneficiar de políticas públicas, como Seminários sobre a Mulher Negra. A ideia de trabalharmos a questão da mulher negra surgiu por percebermos que tínhamos diferenças das demandas das mulheres não negras. Na realidade, nós nunca deixamos de trabalhar, desde a escravidão. Somos o braço da nossa sociedade. Somos as matriarcas o tempo todo com os filhos, o marido e, às vezes, sem o marido. Na realidade, a luta da mulher branca se ampliou em 1932, com a conquista do direito ao voto.

Em se tratando de trabalho, a mão de obra da mulher negra está presente há muito mais tempo e é a mão de obra mais barata. Como diz a música: a carne mais barata do mercado é a carne negra. A mulher negra não está lutando pelo direito de trabalhar fora, o que ela nunca deixou de fazer. O que ela quer agora é que seu trabalho seja valorizado, como o de qualquer trabalhador. Temos uma dor que é da escravidão. Essas mulheres tiveram seus filhos arrancados de dentro delas, tiveram que amamentar

os filhos das brancas e isso há muito pouco tempo. Isso está presente na cabeça de muita gente, que inclusive acha que as negras sentem menos dores. Existem pesquisas que mostram que elas recebem menos anestésicos. Além disso, o diabetes delas é diferente, há a anemia falciforme e tantas outras doenças que acometem majoritariamente as negras e negros. Se não houver um olhar atento à problemática da mulher negra, acabaremos fazendo a exclusão da exclusão. Essa participação nesse movimento nos deu empoderamento, essa visão que algumas pessoas sabem, mas não têm recursos sobre como reagir.

Outra coisa que a participação no coral trouxe para essas mulheres é a condição de se sentirem bonitas como mulheres. O coral também tinha esse papel. As mulheres queriam estar lá com sua melhor roupa, a melhor bata. Também tinham o cuidado de buscar um repertório formado por músicas com mensagens para as pessoas e as mulheres. No campo político, houve a preocupação de trazer para o MOMUNES outras mulheres com experiência de participação nos movimentos sociais negros e de mulheres. Esse foi um foco muito ressaltado pela Mazé Lima. Isso poderia funcionar como uma cartilha, para que aprendessem que, mesmo sem ligação político-partidária, poderiam se movimentar politicamente. O melhor local para se começar essa transformação era dentro da própria casa. Muitas vezes, elas estão tão condicionadas a cuidar de marido e filhos que acabam por perder o hábito de se olharem e se amarem. O canto está muito presente dentro da cultura negra. Os negros embalam o Brasil há muito tempo. Não fazem uma comida sem que estejam cantarolando.

Em 2001, uma terceira mudança estava a caminho na minha vida. Nesse período, a Marilda e eu fazíamos um curso de gestão empresarial que tinha sido oferecido para afrodescendentes e indígenas pela FDA (Fundação Douglas Adriane) e quem nos falou do curso foi a deputada estadual Maria Lucia Amary. O local era a Fundação Getulio Vargas e éramos 45 negros e um indígena. Eu sonhava em ser professora, chegar a diretora, me aposentar e curtir a família. Em 2001, assumi a presidência do MOMUNES. Lá, percebi que uma das dificuldades em manter as mulheres juntas era com relação aos filhos, pois elas não largam a cria. Se havia algum problema familiar, ela largava o coral e ia resolver. Então, pensei que a melhor solução era trazer esse filho pra dentro do coral. Surge então a ideia de trabalhar a questão da mulher e ainda agregar o filho, mostrando a essas crianças que essas raízes tinham que

continuar. Conforme eu disse, nesse tempo estávamos fazendo o curso de gestão empresarial. Ao final do curso, tínhamos de apresentar um projeto de trabalho, usando as ferramentas aprendidas durante o curso. Poderia ser uma ONG ou mesmo uma empresa fictícia. Ao longo do curso, sempre tive em mente a ideia de fazer um projeto de algo que pudesse ser realizado. Meu sonho escondido era o de ter uma escola onde pudesse trabalhar a questão da negritude, que depois veio a se concretizar na Lei 10639/03.

Desde a minha entrada na rede pública, sempre tive em mente que tínhamos de trabalhar as diferenças. Eu percebia o quanto era difícil o racismo enfrentado pela criança negra dentro da escola. Ela acaba ficando tão invisível que o professor não a toca, não a elogia, não a incentiva e isso ocorre desde a pré-escola. Eu, particularmente, não vivenciei isso em idade menor, porque minha mãe era professora e eu estudava na escola na qual ela lecionava e isso, de certa forma, me protegia. Mas, em meu trabalho como professora, lembro-me de ver muitas alunas e alunos negros sofrerem por racismo na escola. Eu mesma tive uma aluna negra que era muito talentosa pra teatro e ótima pra decorar. Estava preparando uma festa para o dia dos avós e caí na besteira de colocar a Chapeuzinho Vermelho de loira e nenhuma menina deu resultado. Enquanto isso, eu tinha a negrinha lá, parada. Então a coloquei para fazer o papel e ela deu um show nos ensaios. Quando estávamos preparando as roupas, a diretora quis saber o porquê de eu colocar uma menina negra de Chapeuzinho Vermelho, pois aquilo não tinha cabimento. Respondi pra ela que o personagem teria a cor que eu quisesse e a menina acabou dando um show. Os avós choraram. A menina se chama Ana Carolina, tem 26 anos e é minha amiga no Facebook.

Acredito que fui uma professora que fez diferença na vida dos meus alunos, porque acredito que a maior construção é ensiná-los a pensar. Isso já começa com o fato de terem uma professora negra em sala de aula. Houve muita resistência dos pais. Tive que levar diploma em sala, pra mostrar aos pais que eu era formada e que não queria ser somente a tia que limpava a bunda dos alunos e dava remidinho na hora certa.

Houve uma escola na qual pude trabalhar a questão afro, devido a situação ali vivida. Foi em uma escola da Prefeitura, localizada no centro da cidade. A clientela era formada por pais que viviam ali no entorno, não podiam pagar escola particular, mas tinham aquela arrogância por viverem na região central. Tinha uma aluna que gritava de medo de mim devido à minha cor. A servente da escola, loira de olhos azuis, era vizinha



da menina e ficava o tempo todo carregando essa criança e isso passou a me incomodar. Fui à diretora e disse pra ela que todos nós teríamos uma lição com aquilo. Falei que a diretora não poderia mudar a menina nem de sala, nem de período e nem de escola, pois se fizesse isso eu ficaria muito brava. Também falei para a servente que não mais pegasse a menina no colo. Poderia até sentar perto dela, mas não carregar. A menina se sentava entre nós duas e, quando eu me aproximava, ela ia se espremendo do lado da servente e, quando ela saía, a menina ia atrás. Eu não permitia. Sempre brinquei muito com os meus alunos e aos poucos ela começou a rir das minhas brincadeiras. Em dado momento, ela tentou se sentar no meu colo e aos poucos foi se aproximando e, com o tempo, as coisas entre a gente estavam resolvidas. Depois, a mãe veio conversar comigo, pediu desculpas e disse que a culpa era dela. Costumava dizer pra menina que o homem do saco preto iria pegá-la. Na realidade, a atitude dessa mãe não é um fato isolado. A diferença é que ela foi corajosa e assumiu, talvez pela situação ter sido muito forte. Eu notava que, em geral, os pais eram muito inseguros com relação a mim.

Com a chegada do mês de maio, tivemos a semana Afro-brasileira na escola. Levei capoeira, dança afro, o Coral das Mulheres Negras e a Conceição, que era membro do coral, fez miniacarajés e tudo com convite para os pais participarem. Montei uma história chamada João e o Preconceito. Eu mesma a produzi, porque não havia na escola nenhum livro que chegasse à questão do preconceito do jeito que eu queria chegar. Nessa história, falo da dor sofrida pelo João ao ser excluído na escola. Pedi ao artista plástico Zezinho Lima, que tocava percussão no MOMUNES, que fizesse a ilustração da história. Fizemos o lançamento do livro no CPP (Centro do Professorado Paulista), que foi o patrocinador do livro. Os pais receberam um exemplar e tinham como tarefa ler a história para os filhos e retornar à escola para falar da experiência. Esse foi um dos dias mais lindos da minha vida. Vi os pais pedindo desculpas por estarem alienados diante das questões raciais e muitos reconheciam que reproduziam atitudes preconceituosas. Nesse dia, as mulheres do coral foram todas caracterizadas com roupas afro e turbantes. Muitas saíram correndo durante o horário de trabalho para estarem lá. Aofim de tudo, esse projeto foi escolhido para representar Sorocaba em um Congresso de Educação em Águas de Lindoia e lá fui eu ao congresso. Foi a transformação de uma experiência negativa em algo positivo.

Acredito piamente que qualquer transformação social que a gente queira promover passa, necessariamente, pela educação. A desconstrução do racismo deve começar pela escola e essa criança poderá ser mais um agente transformador dentro de sua casa. Não acredito nessa frase, de que a criança não tem preconceito. Acho que ela tem, sim, embora não saiba. Elas gostam de botar o dedinho na ferida e cabe aos pais recusarem a ver isso como algo normal. Dentro da sala de aula, isso passa também pelas crianças negras. Quando trabalhava na rede pública, em sala de aulas, no dia das mães, era sempre um martírio para mim. Tínhamos a tarefa de recortar revistas e ficava desesperada diante da falta de revistas com imagens de mulheres negras que pudessem retratar as mães dessas crianças. Em muitos casos, as próprias professoras não têm a sensibilidade de perceber isso. Mesmo o uso do livro didático tem de ser questionado. As coisas podem estar lá para serem trabalhadas, mas se quem faz uso não tiver o desejo de transformar, aquilo deixa de ser uma ferramenta com algum valor.

A formação do professor deve possibilitar que ele tenha a sensibilidade de entender que uma criança pode ter uma mãe ruiva, magra, negra, cadeirante, homossexual, gorda, uma mãe que é avó, etc. Será que essa gama de informações está sendo considerada, para que aquela criança possa estar ali? Outra coisa importante é a noção de família como sendo aquela dos comerciais de margarina. Hoje temos famílias formadas pela avó que cria os netos, tios que criam sobrinhos, casais homossexuais que adotam filhos. Basta olharmos para o nosso entorno que a gente vai ver tudo isso acontecendo. Acho que as crianças estão muito mais abertas do que o adulto para essas transformações pelas quais a sociedade vem passando. Muitos adultos insistem em ficar de fora de todo esse processo de mudanças e o pior é que muitas vezes as crianças acabam ficando fora de tudo isso também.

De toda essa preocupação que surgiu o Centro Cultural Quilombinho. Na realidade, ele foi fruto daquele curso de gestão empresarial que fiz na Fundação Getúlio Vargas. Desde então se transformou em um sonho que vinha sendo acalentado. Depois, a Marilda e eu nos sentamos e montamos o Quilombinho dentro da realidade de Sorocaba.

Antes de falar disso, tem mais uma coisa muito importante a ser registrada e que tem a ver com o surgimento do Quilombinho. Quando saí do magistério, em 1982, conheci o ICAB (Instituto de Cultura Afro-Brasileira), que funcionava na Faculdade de

Filosofia e que hoje é a UNISO. Hoje o ICAB se transformou no NUCAB (Núcleo de Cultura Afro-Brasileira). Na realidade, o ICAB foi fundado no Clube 28 de Setembro por Ana Maria Mendes, Jorge Narciso de Mattos e Bernardino Antonio Francisco. Eles eram visionários e, naquele momento, já sabiam que não se poderia pensar em transformação sem passar pela formação. Falo do entendimento de o porquê de estarmos aqui, qual a nossa história, nosso conhecimento sobre o nosso povo, etc. Isso também deu embasamento para a minha trajetória dentro dos movimentos sociais, pois não estávamos lá só por estarmos. Sabíamos o que representava o [ano de]1988, o que eram esses cem anos de abolição, o que foi o 14 de Maio, etc. Essas coisas grandes de nossa história faziam diferença pra mim e o ICAB foi muito importante para que eu tivesse esse entendimento.

Depois daquele meu período sabático, quando disse que precisava me alimentar de mais conhecimento, voltei à ativa em 1991. Nesse tempo, já existia o NUCAB e eles tinham um projeto chamado Curumim. Minha identificação sempre foi com crianças. Nesse trabalho, eles tinham uma perua com a qual eles passavam pela periferia da cidade. Pegavam umas vinte crianças negras em suas casas, com a devida autorização dos pais, e as levavam para o núcleo da NUCAB, que, como eu disse, funcionava dentro da faculdade de filosofia. Lá, eles trabalhavam com essas crianças temas como a história da África, canto de coral, contos africanos, artesanato africano, etc. Ao final da tarde, tinha um lanche e elas eram levadas de volta pra casa. Essas crianças eram indicadas pelos próprios militantes do movimento negro, que também viam a necessidade de que se trabalhassem esses conteúdos com elas. Elas eram levadas para dentro da universidade para que tivessem os primeiros contatos com aquele ambiente e, talvez, desenvolvessem o desejo de um dia estudarem ali. Uma dessas crianças foi a Izadora, que depois veio a estudar lá, trabalhou como bolsista, atualmente, está estudando inglês na Irlanda. Meus filhos mais velhos foram frequentadores do Curumin e o projeto só acabou por falta de recursos. Essa experiência foi um exercício para o que viria futuramente a ser o Quilombinho.

Como eu estava dizendo, a Marilda e eu escrevemos o projeto, agora adequado à realidade de Sorocaba, e passamos a pensar em como aquilo poderia ser colocado em prática. O primeiro ponto que pensamos foi a alimentação das crianças. Pegamos, então, o projeto e saímos na intenção de conseguirmos patrocínio. Quando

mostramos, na primeira visita que fizemos, a pessoa responsável nos perguntou o local aonde funcionaria. Dissemos que não tínhamos ainda. Quantas crianças estavam inscritas? A gente ainda não tinha essas crianças. Ela então nos disse: Como é que podemos ajudar vocês se ainda não têm sede e nem as crianças? Saímos de lá, concluindo que havia erro de estratégia. Minha mãe, que é nega viajada, disse para a gente largar dos papéis e começarmos de algum ponto. Iniciamos com as crianças da nossa família, filhos de vizinhos, das mulheres do MOMUNES, etc. Já tínhamos as crianças, agora faltava a sede. Procuramos a diretoria do Clube 28 de Setembro e obtivemos autorização pra funcionarmos lá. Nesse momento, o coral do MOMUNES também já estava ensaiando ali. Pegamos duas cestas básicas da casa da minha mãe e fomos pra lá com os negrinhos. Dona Conceição, uma das integrantes do coral, de pronto disse que faria a merenda das crianças. O Quilombinho já estava se juntando com o MOMUNES. Ao fim de duas semanas, as cestas básicas acabaram e as mulheres passam a fazer apresentação do coral e a pedir donativos em alimentos. Minha mãe consegue uma parceria com o CEAGESP e passamos a receber legumes. O problema é que tinha grande quantidade e pouca variedade. As crianças tinham de comer o mesmo tipo de legume muitas vezes, embora preparados de formas variadas. Os negrinhos começaram a reclamar. Mesmo assim, a dona Conceição insistia para que comessem, o que fez com que provassem comidas diferentes que jamais comeriam em casa, onde geralmente fazem manha. Hoje são jovens de vinte e poucos anos e brincam que aprenderam a comer abobrinha, berinjela, chuchu, porque “era o que tinha pra hoje”. Outra estratégia era arrecadarmos com amigos, familiares, vizinhos, etc.

Uma das coisas que aprendemos no curso de gestão é a necessidade de fazermos o nosso próprio marketing. O ovo da pata é muito mais nutritivo, mas o da galinha tem muito mais consumo por causa do barulho que a galinha faz ao botar. Trouxe isso pra minha vida. Fizemos uma festa do dia das mães e chamamos a jornalista Angela Fiorenzo, o que possibilitou que o evento ganhasse uma página inteira no jornal Cruzeiro do Sul. O ator Paulo Betti, naquele momento, procurava uma criança negra para trabalhar no filme Cafundó. Ao ver a reportagem, nos procurou e o Wesley, uma de nossas crianças, acabou sendo escolhido para o filme. Foi a primeira inserção do Paulo no Quilombinho.

Com o aumento do número de crianças, o espaço do clube começa a ficar pequeno e surgem os primeiros conflitos com a diretoria, pois prejudicava as demais atividades desenvolvidas pelos associados. Começamos uma via sacra à procura de um novo local, que, diga-se de passagem, não poderia cobrar aluguel. Estávamos em ponto de encerrar as atividades em julho e não retornarmos mais. A pressão foi tantaque, nesse período, eu vim a sofrer um infarto e quase morri. Funcionava na Rua Caramuru, o Instituto Paulo Betti. Um dia, passando pelo local, matutando sobre o destino do Quilombinho, resolvi entrar e falar com a Tassiane, que era secretária do local. Falei sobre a possibilidade de atendermos as crianças ali. Ela me colocou em contato com o Paulo e ele nos cedeu o espaço depois de consultar os demais membros da diretoria.

A casa não estava adaptada para receber a quantidade de crianças que atendíamos. Procurei o pessoal do Rotary Clube, que fez um jantar arrecadando dinheiro pra a reforma necessária. Com isso, o Paulo se aproximou mais da gente. Nunca nos deu ajuda em dinheiro, mas nos dá muito mais que isso, ao ceder a própria imagem em nosso benefício. Recebemos a cessão do espaço em forma de comodato, que é um contrato que se renova anualmente. Pagamos somente as taxas, impostos e somos responsáveis pela conservação do prédio. Temos um grande quiosque de sapê onde fazemos atividades em espaço aberto, que foi uma doação conseguida pelo Paulo junto a uma empresa para quem fez um trabalho de publicidade. Outra de suas ideias foi a instalação do nosso Cine clube, que fazemos em parceria com a secretaria de Cultura Municipal. Projetamos filmes de arte com temática social. A frequência é aberta à comunidade e muitos professores trazem os alunos das redes públicas. Ao final é realizado um debate com um convidado e todos os presentes.

Outra de nossas façanhas foi a participação do Rio+20 de 2012. Paulo Betti chega aqui em março e diz que seria muito legal levarmos os meninos com o Grupo de Maracatu Leão da Vila pra se apresentarem lá. Paulo e eu contatamos um empresário local, que cedeu o dinheiro para o Quilombinho e levamos 15 de nossas crianças para se apresentarem na Cúpula dos Povos e foi muito emocionante. Nem tenho palavras pra descrever. Era um local alternativo e não havia um espaço certo para apresentação. Começamos a nos apresentar e o barulho passou a atrapalhar as palestras que aconteciam no momento. Saímos tocando pela cúpula e as pessoas passaram a acompanhar o Maracatu. Mais a frente, encontramos com grupos indígenas e africanos e

formamos um só grupo. Imagine o que foi isso para essas crianças. Algumas delas nunca haviam ido à praia. São experiências que me fazem agradecer por existir o Quilombinho e por me ter sido proporcionado viver isso tudo.

No Rio, Paulo conseguiu um alojamento totalmente sustentável para eles ficarem. Aprenderam muito sobre o uso da água e reciclagem das coisas. Era um hotel onde tudo era reciclado. Ele abriu sua casa para nós, preparou um almoço para todo mundo. Imagine o que significou para esses meninos almoçarem e entrarem na piscina da casa do Paulo Betti. Isso mostrou para elas que elas podem sim chegar a lugares que jamais imaginariam. O contato com os povos africanos foi outra emoção muito forte. Encontrar um seu semelhante e se comunicar com ele sem dizer nada. Os africanos estavam fazendo a dança dos Orixás, o que é muito parecido ao nosso Maracatu, que também se assemelha com a dança dos indígenas. Esse encontro deixou os negrinhos muito excitados e felizes. Ao final, o Maracatu fez uma ciranda, que puxou todo o público, formando uma imensa roda. Isso tudo chamou a atenção da imprensa, que veio entrevistar os meninos. O mais legal de tudo isso é que partiu de uma manifestação espontânea. Ali estava presente o povo brasileiro com todas as suas etnias. Naquele momento, senti que o Quilombinho não pode parar mais.

Desejo, sinceramente, que o Quilombinho continue a ser uma escola de portas abertas para o mundo. Não precisamos de paredes, cadeiras e carteiras pra ter aula. Aula é isso tudo. É sair do local onde você está, aprender, voltar e transformar o local. Essa visão é que possibilita o nosso crescimento. De nada adianta ficarmos parados e acharmos que podemos ter a dimensão do que acontece lá fora. Temos de ir até lá. Foi a primeira vez que essas crianças saíram do Estado, foram lá e viram. Tiveram experiências muito legais, falarão sobre isso com seus colegas de escola, que também aprenderão com elas. Outra coisa legal foi o fato de ficarem longe dos pais e familiares. Isso fez com que tivessem que se aliar com o outro e isso também é enriquecedor.

A ideia do Quilombinho é atender crianças de todas as etnias. Trabalhamos pela conscientização sobre a coletividade, independentemente da cor da pele. Se ficarmos pensando que o dominador não tem de saber da nossa história, dominado e dominador sairão perdendo. Trabalhamos pela busca do conhecimento, mas muito mais calcados na prática do que na teoria. Respeitamos as idades das crianças, mas todas

participam das atividades. Um exemplo é a capoeira, que, por si, já remete à ideia da resistência, ao canto dos ancestrais. A música da capoeira conta a história de lutas. Isso chega até as crianças. Quando queremos falar de autoestima, não precisamos das teorias psicológicas ou ficar repetindo que elas são bonitas. O conhecimento dessa ancestralidade já propicia esse processo e faz com que mudem de postura. Gostar de sua cor de pele, da textura dos seus cabelos. Nunca caímos no erro de dizer que todos somos iguais, pois na realidade todos somos diferentes e esse é o grande barato. Mostramos que, mesmo sendo diferentes, temos direito à igualdade. O reconhecimento da diferença é que possibilita que se aprenda a respeitá-la. A nossa maior luta reside na busca da igualdade de oportunidades e equidade. Tem muita gente que não quer isso.

Sempre pergunto: onde mora o nosso preconceito? Isso porque de alguma maneira todos nós temos os nossos preconceitos, mesmo nós, militantes pelos direitos humanos, os temos. Parar pra pensar é que fará a diferença. No Quilombinho, atendemos crianças de 6 a 16 anos. Transformamos em positividade os conflitos de idade do dia-a-dia. Acontece de as mães virem reclamar com a gente. Sentamos, conversamos com elas e mostramos que essa diversidade existente ali faz parte da nossa vida e devemos fazer disso algo de proveitoso na formação dessas crianças.

Em minha casa, desde criança, sempre fui estimulada a valorizar e respeitar o outro. Meus pais diziam: se você subir, tem de procurar levar junto com você o outro. Sempre foi muito trabalhada em casa essa questão da autoestima. Fomos uma família negra diferenciada do ponto de vista financeiro e, felizmente, na atualidade, vemos aumentar o número dessas famílias. Sempre nos foi repetido que teríamos que estudar, investir em conhecimento e que, sem o estudo, não seríamos nada. Sempre disse aos meus quatro filhos que, se for trabalhar de faxineiro, que sejam o melhor dos faxineiros do local e que sempre fiquem de olho nas possibilidades de melhora ali presentes. Que nada é vergonhoso, desde que seja honesto e não prejudiquem o outro. Essa sempre foi uma lição muito forte dentro da minha casa. Pra não termos vergonha de nada. Minha mãe sempre dizia que só sabe mandar aquele que sabe fazer. Hoje está sendo um dia muito especial pra mim, pois estou sendo o *griot*, deixando minha história para posteridade. O maior bem que a gente pode deixar são os nossos exemplos.

#### **4.4 - Jaqueline Lima Santos (27 anos)**

Nasci no bairro do Grajaú, na periferia de São Paulo. Meus pais vieram da Bahia tentar a vida em São Paulo. Somos três irmãos, sendo um homem e duas mulheres. O bairro onde eu nasci era muito perigoso e violento, mas a nossa casa se localizava em uma rua sem saída, o que me possibilitou brincar muito na rua e ter muitos amigos. Na verdade, eu tinha uma vida muito intensa no local. Quando estava com 12 anos, meu pai conseguiu um novo trabalho em uma indústria de Sorocaba, se transferindo para cá com toda a família. Aqui, pudemos ter acesso a uma qualidade de vida que pobre não poderia ter morando em São Paulo. Pudemos viver bem, em um bairro legal, chamado Vila Progresso, mesmo com pouco dinheiro. Isso foi possível porque o aluguel de casa no interior é bem mais barato do que em São Paulo. Alugamos a nossa casa na periferia por R\$400,00 e, com esse dinheiro, pudemos alugar outra aqui em bairro de melhor padrão. Com o tempo, eles venderam essa casa e compraram um terreno em Sorocaba, no Jardim Três Corações. Hoje é um bairro de padrão médio, mas quando o terreno foi comprado era um morrão. A casa ainda não está terminada e é a mais simples da rua. É projetada para ter dois andares, mas só o térreo está levantado e é onde meus pais vivem. Ao passar a trabalhar fora, passei a ajudar minha família, para que tenham melhor padrão de vida.

Ao chegar aqui, fui estudar na escola Ezequiel, no bairro de Santa Rosália. Embora fosse uma escola pública, era frequentada por alunos de classe média, devido à sua localização. O primeiro impacto que senti ao chegar à cidade foi o fato de as crianças não terem o hábito de brincar nas ruas do bairro onde eu morava ou de irem para escola juntas. Isso me levou a certo isolamento, pois não tinha mais meus amigos. Com isso, eu passava as noites ouvindo a [rádio] 105 FM, gravando e transcrevendo as letras de rap e isso fez aumentar a minha paixão por esse tipo de música. Na medida em que fui conhecendo algumas pessoas na escola, descobri algumas que também gostavam de rap.

A cidade me causou algum estranhamento. Em São Paulo, eu morava em um bairro da periferia, que, por mais que tivesse racismo, era diferente. Pra se ter uma



ideia, lá em São Paulo eu estudei em uma escola chamada Zumbi dos Palmares e só vim saber quem foi Zumbi depois que cheguei aqui. Na escola nunca ninguém falou de quem se tratava. Pra nós, Zumbi era um bicho e nunca tivemos qualquer festa em homenagem ao patrono da escola. O cotidiano escolar me causava muito medo. Sofria nas festas juninas porque os meninos não queriam dar a mão pra menina preta, que não tivesse cabelo liso. Por ser um pouco mais clarinha, acabava levando alguma vantagem, embora me sentisse fazendo parte dos excluídos. Tenho várias memórias de situações de exclusão racial.

O início da vida escolar foi muito impactante pra mim. Percebia-me excluída. Percebi que a parte de cima do meu cabelo clareava com o sol. Passei a ficar horas exposta. Minha mãe perguntava o porquê daquilo e eu respondia com toda convicção que estava tentando ficar loira. Acho que houve muitos fatores pra esse impacto. A menina mais bonita da sala que era loira, a rejeição dos meninos, a necessidade de fazer atividades coletivas e o risco da rejeição novamente. Porém, morando em periferia, a maioria dos meus amigos eram negros, o que me assegurava certa referência. Ao chegar aqui, eram poucos os negros na escola. Senti que Sorocaba é uma cidade bastante preconceituosa e, para eu ser aceita, tinha, muitas vezes, que incorporar esses preconceitos. Entrava na bagunça e ajudava a zoar os colegas em algum ponto fraco.

A minha amiga mais próxima na escola era a Rosemeire, uma menina negra que passava pente quente nos cabelos. Eu não alisava os meus cabelos, apenas fazia relaxamento para abrir os cachos e encompridar mais. Lembro que, quando os meninos começavam a jogar água nos cabelos dela, eu ajudava. Fazia aquilo mesmo sendo amiga dela, por que era a regra do jogo. Fiz isso até que um dia um menino branco olhou pra mim e disse: "Você tá rindo de quê? Olhe bem pra você." Naquele momento me toquei. Na realidade, eu não sabia o porquê de eu fazer aquilo. Já tinha algum entendimento, escutava rap. A escola era muito elitizada e a grande maioria dos alunos curtiam rock e usavam roupas pretas. Era uma adolescência elitizada. Tinha outro aluno negro na classe, que, para imitar os meninos que cortavam Chanel, ele alisava os cabelos, repartia no meio e passava muito gel. Os meninos brancos também o hostilizavam e eu entrava no jogo também. Pra falar a verdade, esse menino e a Rosemeire também

ridicularizavam os outros amigos negros. Os meninos jogavam corretivo nos cabelos dele, que estavam cheios de gel.

Nessa época, ia pra escola usando calças largas e camiseta 4P<sup>4</sup>, mas nunca tinha feito uso de drogas. Sempre fui muito careta, pois o Hip Hop é muito doutrinador. Dentro do movimento, tem a galera que “fuma um”, mas tem outra que é mais certinha, com discurso mais moralista e essa era a minha galera. No meu segundo ano nessa escola, eu continuava usando essas roupas, o pessoal sabia que meu irmão havia sido preso, mas que eu não tinha nada a ver com crimes e drogas. Na verdade, eu buscava mais uma atuação política, tentando ter mais consciência das coisas. Nessa época, houve um fato que seria um divisor de águas na minha vida.

Passei pomada Minâncora no rosto pra dormir e acho que escorreu pra dentro dos meus olhos. No outro dia acordei com os olhos vermelhos e meio pregados e fui assim pra escola. Quando cheguei, acharam que eu estava drogada. Nem me liguei nisso naquele momento e só fui saber disso tempos depois. Fui chamada pelo diretor, que me encaminhou para um lugar chamado Oficina de Cidadania, que ficava localizada embaixo do escritório do Pannunzio. Achei aquilo o máximo, pois cidadania era uma coisa que eu escutava muito no rap e, pra mim, tinha tudo a ver com discussão política. Fui saber que suspeitaram do uso das drogas porque, tempos depois, na escola, passaram a dizer que estava mudada pra melhor e tal. Na verdade, eu era a mesma pessoa. A diferença é que, agora, as pessoas estavam me escutando mais. Passei a ter mais oportunidade de falar sobre as coisas que estavam acontecendo no mundo. Na realidade, antes mesmo da oficina, isso já me vinha sendo propiciado pelo hip hop, pois já vinha participando de alguns encontros. Um desses encontros foi o “Hip Hop pela paz contra a fome”. Era vista como marginal na escola devido ao estilo de me vestir e comportar. Nesse episódio dos olhos vermelhos, a escola me viu como uma marginal em potencial eu nem me liguei disso, pois era muito inocente.

Na realidade, se formos pensar bem, foi uma atitude racista. Houve a questão do estereótipo e a falta de compreensão do contexto do universo do aluno. Achei legal quando fui encaminhada para essa oficina, pois iria encontrar lá pessoas que gostassem das mesmas coisas que eu. Para a escola, só se tratava de resgatar do crime mais uma pretinha pobre. Na Oficina de Cidadania, tive contato com dois públicos

---

4 Grife de roupas em estilo hip hop, cuja marca quer dizer “Poder Para o Povo Preto”.

distintos. Uma classe média que gostava de rock, usava preto e fazia horrores na escola e tinha os pobres que gostavam de rap, usavam roupas largas e a maioria era preto. Com o pessoal do rap que conheci lá, passei a frequentar as oficinas de rap que o Marcio Brown e o pessoal do PT comandavam no Parque Vitória Régia, que é um bairro da periferia de Sorocaba. Era um projeto no qual eles abriam as escolas nos finais de semana e davam oficinas de várias coisas, como artes, discotecagem, MCs, etc. Era uma coisa totalmente voluntária. Foi no ano de 2000 e a oficina só acrescentou. Nessa oficina, trabalhava também a MazéLima, que conhecia o pessoal do Movimento Negro e da UNEGRO (União de Negros pela Igualdade) de São Paulo. Lá tinha um cara chamado Beto, que, à época, trabalhava na Secretaria da Justiça e desenvolvia trabalhos com quilombolas e carregava muito a juventude negra com ele, para que conhecessem esses lugares e as coisas que se faziam no interior do país. Desenvolvia seu trabalho no Movimento Negro com pessoas de qualquer partido político. Beto foi chamado para desenvolver um trabalho na Oficina de Cidadania e, nesse dia, trouxe dois adolescentes com os quais mantenho laços de amizade até hoje. São membros de uma posse<sup>5</sup> de Hip Hop chamada Rotação, que agrega o pessoal do ABC paulista.

Aquele contato com essas pessoas, naquele momento, viria me potencializar bastante politicamente, pois passaram a me falar sobre tudo o que estava acontecendo no Hip Hop, tanto estadual como nacionalmente. Foi a partir daí que conheci os Fóruns de Hip Hop. Primeiramente, houve o Fórum Paulista e a ideia era trazê-lo para o interior. Chamaram-me para ser a intermediadora dos contatos com o pessoal do movimento no interior. Nessa época, meu irmão estava preso em Bauru, em uma espécie de colônia, em que o preso sai, passa o dia na rua e volta pra dormir. Ele tinha contato com o pessoal do Hip Hop de lá e me passou esses contatos também, o que facilitou essa rede. Em 2003, haveria o Fórum Nacional de Hip Hop no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Quando me vi, estava envolvida com diversas articulações políticas, mas entendo que as Oficinas de Hip Hop do Vitória Régia e a participação das atividades na Oficina de Cidadania abriram as portas para tudo isso.

Passei a participar ativamente de fóruns, debates e até campanhas políticas. Muitos de nós fizemos campanhas de articulação política do PT e essa foi minha inserção em atividade partidária. Fazíamos muitos movimentos nos bairros das

---

5 Coletivo de ação política, composto por membros do Movimento Hip Hop.

periferias, onde eram discutidas as questões raciais. Essas discussões eram realizadas a partir dos próprios conteúdos trazidos pelas pessoas, em sua maioria negra. Falavam de moradia porque a maioria morava na periferia. Também discutiam questões relativas à desapropriação. Falávamos, também, dos cursinhos populares, pois a galera estava querendo entrar nas universidades públicas. Esse tema das universidades estava muito presente, em especial para o pessoal que participava das articulações externas do Hip Hop. Isso porque, nesse momento, muita gente do movimento estava entrando na universidade. Outra coisa importante era a presença dos pesquisadores nos fóruns. Sempre havia alguns que estavam ali sem que a gente soubesse, havia outros que faziam a pesquisa e nunca mais voltavam pra trazer o conhecimento e tinha também aqueles que escreviam coisas das quais o pessoal não gostava.

Já tinha ali, naquele momento, o discurso sobre a necessidade de os negros entrarem na universidade, se tornarem pesquisadores e contarem a própria história e muita gente entrou. Tenho amigos do movimento que hoje são mestres e doutores. E o mais legal é que tudo isso começou com a articulação do Fórum no início dos anos 2000. Em São Paulo, houve um pessoal que entrou um pouco antes, mas a explosão mesmo foi a partir de 2000. Entrei na universidade com 17 anos e isso foi possível devido à crença que o Hip Hop introjetou em mim como: história, realidade, expectativa de vida, etc. Na história, você se reconhece ao olhar para o passado e entender o que você é; a realidade é o que a gente vive hoje e novas expectativas de vida é aquilo com o que sonhamos. Fazíamos discussões sobre o que era a universidade pública, o que nos dava condições de buscarmos estratégias para a nossa inserção. Outra discussão que fazíamos, já naquele momento, será sobre as Cotas Raciais, pois, no Rio de Janeiro, já havia essa discussão. Então discutíamos racismo, porque a maioria era negra, discutíamos pobreza, porque a maioria era pobre, discutíamos moradia, porque a maioria vivia na periferia, discutíamos educação, porque a maioria criticava a escola.

Dos 13 aos 17 anos, minha atuação política dentro do Hip Hop foi bem intensa. Pegamos pesado na campanha do Lula pra presidente. Meu trabalho não foi somente em Sorocaba, mas em nível nacional. Na época em que o Lula recebia o pessoal dos movimentos Sociais e vestia boné, ele recebeu o pessoal do HipHop do Brasil inteiro, que foi reivindicar a construção da Casa do Hip Hop. Isso está na minha dissertação de mestrado. Participei da frente que foi criada para essa articulação, embora

eu não estivesse dentre aqueles que foram recebidos pelo Lula, pois foi a galera mais antiga e os artistas.

Com 17 anos, saí de Sorocaba e fui estudar em Campinas, mas reconheço que toda a minha construção de identidade, consciência e aquisição de repertório foi propiciada pela vivência em Sorocaba. Fui estudar Ciências Sociais na PUC de Campinas, onde consegui bolsa de estudos. Depois, fiz mestrado em Ciências Sociais na UNESP e, atualmente, faço doutorado em antropologia na UNICAMP. Entre o mestrado e doutorado, fiquei seis meses em Harvard, onde consegui uma bolsa no Instituto Du Bois, que é muito importante para os estudos africanos e afro-americanos. Dentro desse instituto, tem um arquivo mundial de Hip Hop. Pesquisei nesse arquivo por seis meses e, ao retornar, já prestei doutorado e, ao mesmo tempo, iniciei meu trabalho aqui na Ação Educativa.

Houve alguns momentos de conflitos nessa minha trajetória. Fui evangélica durante um período e, na igreja, havia o núcleo “Hip Hop Renascer”, no qual fazíamos muitas ações dentro da igreja. Depois de algum tempo, passei a viver uma crise, ao perceber muitas coisas com as quais não concordava. Um exemplo foi a capoeira. Diziam que capoeira que preto fazia fora da igreja era coisa do demônio, mas ali dentro era capoeira de Jesus. Ao final de algum tempo, abandonei a igreja. Nessa época, também participava de uma posse em Brigadeiro Tobias, cujo nome era VPP (Voz do Povo Pobre). Nesse local, tinha muitos grupos de rap que se reuniam para ensaiar, escrever letras e isso também me fortalecia muito. Também militava com o Marcio Brown, que, embora não tivesse uma Posse, fazia diversas ações pela cidade. Tinha muitos parceiros e parceiras naquele momento como: Magda, DJ Pita, Grupo X4, X da Questão e Rima e Revolução. Com o pessoal do Rima, fomos ao fórum de Hip Hop. Havia algumas divergências internas, devido ao fato de eles serem ligados ao Raul Marcelo, que, naquela época, era vereador pelo PT. Grande parte do sucesso político dele se deve ao pessoal do Hip Hop.

Meus pais tinham pouca instrução escolar. São nordestinos simples, que vieram pra cá pra tentar a vida. De certa forma, não entendem bem o que é cada área, pois pararam muito cedo, mas sempre disseram que era para a gente estudar. Sou a filha mais nova e a única que foi para universidade. Eles sempre trabalharam muito para que a gente pudesse estudar. Nunca tivemos carro e nem quartos separados, mas comida

e material escolar nunca faltaram. Muitos de meus amigos foram potencializados pelo Hip Hop, mas sem atingir um grau de desenvolvimento maior. O meu maior diferencial foi o apoio de família. Isso que possibilitou a minha saída de casa aos 17 anos para viver em Campinas.

Quando passei no vestibular, surgiu mais um desafio. Mesmo sendo bolsista, teria de fazer um contrato de aluguel, porque teria de residir lá. Consegui um dinheiro da prefeitura, como ajuda de custo do transporte, porque eu fazia um curso que não tem na cidade. Eu usava esse dinheiro para pagar parte do aluguel. Trabalhava como estagiária na Prefeitura de Campinas, mas o salário era muito baixo e a minha mãe ajudava com o dinheiro pra tirar Xerox. Ela chegava a atrasar as contas de casa pra me enviar dinheiro pra me ajudar.

Acho legal ressaltar sobre a importância do Hip Hop, pra aprender a me reconhecer, a saber quem eu era e que a coisa errada não estava comigo. Saber que o meu cabelo era bonito sim, que eu também era bonita, que a sociedade era racista, classista e machista. Tudo isso me potencializou pra querer seguir lutando e tentar mudar isso. O Hip Hop me mostrou que o problema não era eu e sim a forma com a qual eu era vista pela sociedade. O próprio Hip Hop é muito machista e isso também ajudou para o meu fortalecimento enquanto mulher. Muitas vezes tive de gritar para poder ser ouvida. Já em 2000, a discussão de gênero estava muito forte dentro do Hip Hop. Tinha as “Minas da Rima”, revistas falando das mulheres no movimento, etc., o Marcio Brown sempre foi um cara muito aberto para esse tipo de coisa e incentivava a participação das minas. Ele trazia fanzines que falavam da participação das mulheres no Hip Hop e buscava a discussão de gênero. Militava com gente do Hip Hop que tinha discussão política mais profunda, como o pessoal da Posse VPP e Rima e Revolução e todos faziam discussão de gênero. Tudo isso facilitou a minha inserção. Comecei a atuar em momento de superação que produziu muitos avanços, embora tenha muito a ser superado. Naquele tempo, as minas ainda tinham de engrossar a voz e imitar as roupas dos caras pra poder cantar. Mesmo assim, fui introduzida em minhas primeiras discussões sobre gênero nesse momento.

Quando ia à sede do PT, onde o Brown trabalhava, ele me passava vários livros com trajetórias de mulheres no movimento operário, inclusive de Sorocaba. As roupas largas que eu usava também faziam com que eu sofresse discriminação na

escola. Por serem largas, pareciam pouco femininas e achavam que eu era lésbica, mas isso nunca me incomodou. Talvez porque essa estética era valorizada naquele grupo, onde as calças largas eram consideradas mais da hora. E escola era o local que eu frequentava, mas a minha formação política, na realidade, se dava em outros espaços.

Isso também facilitou o desenvolvimento da minha escrita. Costumava gravar os programas da [rádio]105 FM e depois transcrevia as letras quilométricas das músicas. Algumas tinham mais de 11 minutos de duração, como a “Fórmula Mágica da Paz”, do RacionaisMcs. Fui percebendo que ali tinha textos que falavam da minha realidade e que, se fosse assim, eu mesma poderia escrever sobre isso. Nas oficinas de MC<sup>6</sup>s, que eu participava como aluna do Brown, ficava o tempo todo discutindo a sociedade e produzindo textos. Rolava em uma escola. Tinha uma lousa e, das provocações que eram feitas ali, produzíamos os textos. Com o Hip Hop, pude aprender sobre lugares e coisas que jamais conheceria. Talvez estivesse até hoje buscando uma branquitude que jamais alcançaria.

Nesse período, também conheci o Clube 28 de Setembro. Frequentava tanto nas atividades de Hip Hop e, também, nas festas e bailes e foi muito importante pra constituir a minha identidade negra. Sorocaba foi uma das primeiras cidades que teve o dia 20 de Novembro como feriado municipal. Foi um projeto proposto pelo [vereador] Raul Marcelo, mas fomos nós do Hip Hop que fizemos o corpo-a-corpo com as pessoas na rua pra colher assinatura e falar sobre a importância da data. Tinha o pessoal do Rima e Revolução, que era muito bom e tinha grande articulação política. Um deles era o Josué e estava no mandato do Raul Marcelo. Ele levava para a Câmara muitas pautas surgidas nos encontros de Hip Hop. Pegavam essas pautas e passavam a fazer mobilização na cidade. No 20 de novembro foi assim e o Brown e eu colamos neles e fomos para as ruas em busca de assinaturas. Lembro-me que a gente falava da história de Zumbi e das lutas negras para as pessoas nas ruas. Era um trabalho de boca a boca.

Aos poucos, a vida foi me tirando de Sorocaba, mas esses cinco anos que vivi na cidade e as coisas que ocorreram ali foram fundamentais pra minha vida. Foram os anos mais intensos, na minha opinião. Saí porque os cursos que escolhi fazer não tinham ali e, depois, houve a questão do trabalho que se seguiu e a continuidade os estudos. Sorocaba é uma cidade muito conservadora. Agora tem a UFSCar, mas,

---

6 Mestre de [Cerimônia](#), que é um dos elementos da cultura Hip Hop. Sua função é a produção da rima em cima da batida produzida pelo DJ.

naquela época, não tinha lugar onde pudesse fazer mestrado e por isso fui pra UNESP de Marília. Depois, fui para o doutorado na UNICAMP. Não sei se vou voltar em algum momento pra cidade, mas a vida foi aos poucos me tirando dela. Mantenho vínculos com o local, pois minha família reside lá. Meu projeto de vida já dizia que eu queria fazer mestrado, doutorado e ser professora. O Hip Hop fez com que eu concretizasse isso de forma muito precoce.

Infelizmente, alguns dos meus amigos tentaram fazer a universidade por meio da trajetória do Hip Hop, mas não conseguiram concluir. Sei de cinco deles, em Sorocaba, que tentaram, mas não conseguiram por falta de bolsa de estudos, por terem de trabalhar, falta de apoio familiar, etc. Isso, para mim, foi um grande diferencial. Minha família nunca teve carro, nunca termina de construir a casa, mas prioriza as coisas fundamentais, como educação e comer bem.

Atualmente, trabalho em São Paulo na Ação Educativa. Faço parte de um programa que se chama Diversidade, Raça e Participação. Trabalhamos na construção de metodologias participativas que qualifiquem a atuação dos movimentos sociais. Existe uma disputa no conceito de qualidade de educação, mas acreditamos que não pode ser uma disputa meramente conceitual. Isso deve ser desenvolvida conjuntamente com a comunidade, envolvendo o aluno e sua família. São metodologias participativas para se pensar em políticas educacionais. Não existe qualidade na educação que reproduza o racismo e isso é uma das grandes frentes da luta na disputa por uma educação de qualidade. Luta contra o racismo e as desigualdades no ambiente escolar, contra a exclusão sofrida pelos alunos negros e pobres. Aliamos então essa agenda, que é para qualificar a participação dos diversos segmentos da sociedade a partir dos resultados dessa qualificação, ter uma incidência nas políticas públicas. É um trabalho voltado para a base. Aliamos as discussões sobre desigualdades raciais e de gênero com a agenda da participação nesse programa. Sou assessora da agenda da diversidade de raça e participação.



## Capítulo 5

### E DA FALA SE CONTOU UMA NOVA HISTÓRIA

“Eu mesma, o meu rumo faço o traço.  
Minha jangada, eu mesma iço minhas velas  
diante dos tempos bravios.”  
(Alzira Rufino)

Escrever esses capítulos precedentes sobre a história do povo negro no Brasil é de vital importância no intuito de analisarmos a trajetória de vida de nossas mulheres negras, cedentes dos relatos de suas histórias. A flagrante desigualdade racial e de gênero, com a qual se estruturou a nossa sociedade historicamente, tem muito a nos responder acerca da forma como a nossa pirâmide social está constituída. A opção pela metodologia de história oral nos dá uma maior liberdade do ponto de vista da coleta de dados, pois não precisaremos, necessariamente, nos recorrer aos documentos históricos ou iconográficos, posto que as falas das mulheres são, por si mesmas, legítimas. Não será na novidade ou veracidade dos fatos que residirá a nossa análise e sim na subjetividade de suas vivências e estratégias de superação das desigualdades às quais estavam sujeitas em seu tempo.

Ao lançarmos um olhar sobre os estudos retratando a população cativa da escravidão e seus descendentes no Brasil, em geral, nos deparamos com escritos com práticas discursivas falando da relação de causalidade entre escravidão e exclusão negra pós-abolição. Um observador menos atento poderá ser levado a pensar que a escravidão, por si só, é que é a causa da exclusão sofrida por descendentes de africanos. Isso se dá quando não estudamos a contextualização social e política presentes em seu bojo e, porque não dizer, da intencionalidade das elites detentoras de poder e de nossos governantes. O que procuramos foi pontuar o quanto que essa história pode e deve ser contada sob outros pontos de vista.

A forma com a qual a historiografia vem retratando o negro no Brasil tem passado por transformações e, aos poucos, estamos descortinando outros olhares sobre sua trajetória na história. Como resultado desses esforços, aos poucos vem se compreendendo que categorias culturais, sociais e raciais são construídas nas próprias

lutas sociais. Para Gonçalves (2003), o momento crucial da construção dessas categorias foi na segunda metade do século XIX, quando nossas elites se viam desafiadas a erigir uma civilização brasileira. A estratificação social presente em nossa sociedade é fruto daquele olhar sobre a nossa multiplicidade racial e social. Ainda segundo Gonçalves (2003), essa empreitada contou com eminentes pensadores ligados à classe dominante, homens da ciência e profundos conhecedores das filosofias naturalistas e darwinistas e admiradores das ideias de Gobineau<sup>7</sup>. Para Gobineau, brancos e negros eram considerados raças históricas que já conheciam, perfeitamente, seus respectivos lugares na hierarquia mundial. Para ele, não havia qualquer dúvida acerca de quem seria a raça superior. Partindo dessas ideias, o médico eugenista baiano Nina Rodrigues classificou patologias mentais que afetavam negros e sua cultura. Ainda segundo o autor, reações contra essas teorias, que se supunham científicas, aparecem no início do século XX, na sociologia de Gilberto Freyre. Dentro dessa perspectiva, o negro e o mestiço são categorias antropológicas e não biológicas e seriam essas categorias que demarcariam seus respectivos lugares na estrutura social.

Partindo dessa perspectiva é que os movimentos sociais negros vêm tentando interferir na construção de um novo ideário acerca da visão que a nossa sociedade tem sobre os afrodescendentes e sua história. A resistência negra tem estado presente em todos os momentos dessa transformação, como pudemos ver, seja nos suicídios e revoltas ainda na travessia do atlântico até nas recentes lutas pela adoção de ações afirmativas e contra a mortalidade da juventude negra. Contudo, a participação negra no processo de produção científica tem sido historicamente alijada. Foi com esse intuito que me coloquei como pesquisador, produzindo conhecimento sobre a história do negro.

Na realidade, essa sensação estranha de ver a sua história contada sobre um viés que não lhe parece plausível tem me acompanhado desde o momento em que passei a ter maior criticidade sobre a trajetória de meus ancestrais na construção de nossa cultura. São históricos os embates que travei com meus professores ao longo de minha trajetória nos bancos escolares, devido ao meu inconformismo com a naturalidade com a qual as desigualdades raciais e sociais eram tratadas. Faltavam-me argumentos com

---

7 José Arthur de Gobineau, ensaísta francês para quem a mistura de raças era inevitável e levaria a raça humana a graus sempre maiores de degenerescência física e intelectual.

substância suficiente para sustentar aqueles embates. A forma romanceada com a qual Gilberto Freyre (1931) retratava os intercursos dos senhores sobre as mulheres negras no cativo, em sua obra “Casa Grande de Senzala”, muito me incomodava. Essa ideia de uma nação amorenada, resultante das misturas raciais, me parecia, cumpria a função de tornar brandas as formas violentas com as quais essas relações raciais, e porque não dizer sexuais, se estabeleceram.

Esse prejuízo dos negros na participação do processo de produção de conhecimento tem suas razões na história. Para Gonçalves (2003), ele mesmo um pesquisador negro:

[...] historicamente fomos excluídos de setores básicos para nossa existência e sobrevivência, tais como educação, saúde, moradia, segurança pública; o que se dirá, então, de um setor sobre o qual a sociedade branca dominante tem certeza absoluta de que é propriedade sua. Dificilmente uma sociedade racista, como a sociedade brasileira, nos aceitaria como produtores de conhecimento. E, quando falo aqui, de conhecimento não me refiro apenas ao científico, mas a qualquer outro tipo de conhecimento. (...) Que os negros não só tenham garantido e preservado seu patrimônio cultural, mas que tenham o direito de poder viver do conhecimento que produzem de suas experiências ancestrais. (Gonçalves, 2003, p.17)

Foi com esse *animus* que eu, enquanto pesquisador negro empreendi essa jornada em busca de conhecer e analisar a trajetória de vida dessas mulheres negras na cidade de Sorocaba. Ao conhecer a história de vida dessas mulheres, estarei, ao mesmo tempo, recontando uma história que diz respeito a todos aos cidadãos e cidadãs de quaisquer etnias. Sendo esta uma cidade conservadora e dominada por uma elite branca, detentora de todos os meios de produção e difusão de conhecimento, vi, nesse trabalho de pesquisa, a possibilidade de conhecer outros aspectos da história local, dessa vez, de uma forma diferente daquela difundida pelos memorialistas e historiadores conservadores. Sobre o tema da escravidão e racismo em Sorocaba, nos diz Cavalheiro:

Aluisio de Almeida, provavelmente o maior estudioso da história de Sorocaba, afirma, em artigo publicado em fevereiro de 1969, que a maioria dos senhores de escravos, sobretudo os tropeiros, eram “bons para seus servos”. José Aleixo Irmão, outro historiador sorocabano, diz que “ontem como hoje não havia preconceito racial. A própria raça dominante, a branca, trabalhava para que a dominada, a negra, saísse da situação de inferioridade que as situações da época forçavam”. (...) Rogick Vieira, também pesquisador da história sorocabana, em artigo publicado no jornal Cruzeiro do Sul em 21 de janeiro de 1992, com o título “Racismo em Sorocaba”, confirma a opinião dos seus colegas de que em Sorocaba o racismo não

existe. Estes dois últimos podem ser considerados memorialistas ou historiadores autônomos, sem vínculo com a produção acadêmica ou com os rigores científicos da ciência histórica. Tal colocação não pode ser traduzida como demérito, mas a observação deve ser feita para que se tenha a compreensão da dimensão e caráter dos trabalhos aqui citados. Já Aluísio de Almeida, embora suscite discussões atualmente sobre o seu papel como historiador, é fato que, por outro lado, sempre manteve uma interlocução com o meio acadêmico, sendo enfaticamente, citado por Florestan Fernandes, Câmara Cascudo, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Sérgio Milliet entre outros. (Cavalheiro, 2010, p. 16,17)

Ao refazermos esse trajeto da história negra em Sorocaba, temos por objetivo a busca de outras fontes que possam ampliar o leque de registros e, dessa forma, aumentarmos a visibilidade da participação daqueles que não foram ouvidos por esses historiadores e memorialistas.

### **5.1 - A história e as estratégias de nossas narradoras: o inconformismo com o destino já traçado na vida e nos espaços educativos**

Evidentemente que, ao buscar registros que seguem na contramão da historiografia oficial, me deparo com limitações metodológicas e epistemológicas, próprias daquelas enfrentadas pelo pesquisador que se aventura em terrenos pouco explorados. Um exemplo seria a discussão sobre a família negra na senzala. São fartos os textos que falam dos malefícios sofridos pelos escravizados devido ao esfacelamento da família negra pela escravidão. Na contramão dessas produções, procurei, aqui, o registro das famílias do tempo do cativo.

Sobre esse tema, nos diz Slenes (2011):

O que emerge desse enfoque é a família como centro de “um projeto de vida”. Essa família-projeto, entretanto, não configura uma “brecha camponesa que permita uma pequena autonomia ao cativo, enquanto reconfirme a impugnabilidade da muralha escravista”. Ao contrário, é um campo de batalha, um dos palcos principais, alias em que se trava a luta entre escravo e senhor e se define a própria estrutura e destino do escravismo. A “família-cativa”, no entanto, não se reduzia a estratégias e projetos centrados em laços de parentesco. Ela expressava um mundo mais amplo que os escravos criaram a partir de suas “esperanças e recordações”; ou melhor, nas regiões de *plantation* do Sudeste, para a formação de uma identidade nas senzalas, conscientemente antagônica à dos senhores e compartilhada por uma grande parte dos cativos. (Slenes, 2011, p. 59)

Dessa forma, essa família, retratada como inexistente por muitos estudiosos, é vista, aqui, como mais uma das formas de resistência negra e que perdurará no pós-abolição. A importância dessa família negra irá aparecer nos relatos de nossas narradoras.

Meu pai era sapateiro e faleceu quando eu tinha dois anos de idade. Dessa forma, ele teve muito pouca influência sobre mim. Com a morte de papai, mamãe passou a dividir a casa com minhas tias, irmãs dela, que ajudaram a nos criar. Naquele tempo, a pessoa ao morrer deixava a família sem nada, não havia esse negócio de pensão. Por serem muitas mulheres, todas trabalhavam nas Indústrias Têxteis Votorantim, com exceção de mamãe que era doméstica. Elas iam revezando com mamãe, ora uma ficava em casa e as demais trabalhavam fora. (Ondina Seabra, 92 anos)

O pai de Ondina falece no ano de 1923, portanto em um período em que não havia políticas que amparassem a viúva e filhos órfãos. Com a vulnerabilidade de sua mãe devido à viuvez, suas tias se deslocam para sua casa e constituem um outro modelo de família. Nessa nova forma, todas se responsabilizam grupalmente pela formação e educação dos três sobrinhos. Isso fica claro em sua fala sobre uma de suas tias.

Das tias que ajudavam a nos criar, a mais velha era a tia Efigênia. Brava como ninguém. Quando chegava alguma visita em casa, ela já dizia que não queria ninguém ali escutando conversa. Quando ela falava assim, a primeira janela que a gente visse, tínhamos que pular, senão iríamos apanhar. Era muito boa pra nós, mas era muito brava também. (Ondina Seabra, 92 anos)

Ao longo de sua narrativa, fica claro o quanto foi fundamental o papel dessas tias para que sua mãe, na condição de empregada doméstica, pudesse manter esses filhos em escolas pagas, em período no qual ainda não contávamos com escolas públicas e em queo acesso aos auxílios escolares financeiros tinha muito mais critérios políticos do que sociais. Só pôde ter esse auxílio depois que uma pessoa influente foi conversar com o diretor da escola.

Como não havia escolas públicas, as famílias tinham de pagar trinta mil réis para a prefeitura. Alguém foi conversar com o Miguelzinho, que era o diretor da escola e disse que mamãe era doméstica e seria muito pesado pra ela pagar nossos estudos. A partir daí ela deixou de pagar. Era a chamada “caixa

escolaridade”. Esses trinta mil réis ajudava e muito no orçamento da família. Pagávamos com sacrifício e sabíamos de pessoas com boas condições financeiras que não pagavam nada, por questões de contato com políticos. (Ondina Seabra, 92 anos)

Outra forma de resistência negra identificada em nossos registros foram as famílias extensivas. Naquelas pesquisadas por Vogt, Fry e Slenes (1996), no bairro do Cafundó, e já citadas aqui nos capítulos precedentes, temos registros de muitos cativosque, embora sem laços parentais, residiam no mesmo local em convivência familiar. Ondina nos conta sobre a presença constante desses membros familiares extensivos em sua casa.

Em minha casa, sempre teve uma porção de mulheres morando. Chegou a ter cinco ou seis agregadas, além de minha família. Eram amigas da família que vinham e diziam não ter onde ficar. Dessa forma, muitas vezes estávamos rodeados de pessoas que nem conhecíamos bem. Eram todas mulheres negras e todas trabalhando ora como domésticas, ora nas fábricas. Lembro-me do nome de algumas delas: Nhá Candinha, Nhá Dita, Cacilda. Essa era lavadeira. Lavava roupas no Rio Sorocaba. (Ondina Seabra, 92 anos)

Essas agregações familiares, possivelmente, se constituíram como uma alternativa à brutal exclusão sofrida pela população negra após a abolição, alijada do acesso ao mercado de trabalho e moradia. Na organização do trabalho assalariado no Brasil, a prioridade era dada aos brancos vindos com o processo de imigração europeu e aos caboclos, descendentes de indígenas. Isso nos mostra que a gradação da cor da pele foi determinante para a colocação, ou não, dessas pessoas na sociedade instituída na República e na sociedade do pós-aboliçãoque, naquele momento, ainda era recente. Embora não tenha sido o escopo de minha pesquisa, estudos etnográficos poderiam nos mostrar que, nos dias de hoje, ainda são comuns essas formações familiares diferentes das nucleares compostas pelo casal e filhos em comum, sobremaneira nas camadas sociais mais baixas e, em especial, negras. Seriam os resquícios dessa lógica que instituiu o lugar e a forma dessas famílias em nossos estratos sociais.

Rosangela também inicia sua fala trazendo sua família e a forma com a qual a mesma era constituída. Era uma família numerosa, composta de cinco filhos, sendo três deles adotivos. Embora não mencione na entrevista, soube informalmente por elaque todos os irmãos adotivos são negros, sendo um deles portador de necessidades especiais.

Nasci na cidade de Boituva, sou a mais velha dentre cinco irmãos. Dentre esses, eu e outro dos meus irmãos somos filhos biológicos e os demais são adotivos. Mas isso jamais fez qualquer diferença e quando nos reuníamos os cinco com meus pais era sempre uma festa. (Rosangela Alves, 50 anos)

Ao longo de sua entrevista, Rosangela deixa claro sobre a importância da solidez presente em seu convívio familiar. Traz um discurso sobre o valor da formação do caráter, sentido de solidariedade e honestidade que fora passado durante a sua formação educacional. Também aparece a importância da questão social na relação com os irmãos não biológicos, mas que, como ela mesma disse, “sempre foram tratados como iguais”. São formas familiares associativas, que em muito se assemelham àquelas citadas por Slenes (2011) e reeditadas tempos depois da escravidão, mas, de certa maneira, dentro da mesma lógica.

Com o surgimento das primeiras associações negras com caráter mais político instituído, como os jornais da Imprensa Negra, a Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental do Negro, a principal bandeira por eles levantada era a da formação escolar. Esse discurso acerca da importância da escolaridade como forma do negro sair do subjugo, em certa medida, permeou o discurso presente nos meios familiares de todas as nossas entrevistadas.

Meus pais tinham pouca instrução escolar. São nordestinos simples, que vieram pra cá pra tentar a vida. De certa forma, não entendem bem o que é cada área, pois pararam muito cedo, mas sempre disseram que era para a gente estudar. (Jaqueline Lima Santos, 27 anos)

Apesar da origem humilde e do pouco entendimento sobre os conteúdos estudados, os pais de Jaqueline insistiam na importância de os filhos frequentarem a escola. Teve o apoio incondicional, especialmente da mãe, ao ingressar na universidade, onde, embora fosse bolsista, contava com a ajuda financeira desta com o dinheiro para tirar cópias de Xerox. Conta-nos a entrevistada que a mãe, ao final do mês, chegava a escolher quais seriam as contas sacrificadas no orçamento da família, para que pudesse mandar dinheiro à filha estudante.

Ana Maria também nos fala sobre o papel da escola em seu seio familiar. Segundo ela, o pai teve pouca instrução escolar, apesar de ter sido muito inteligente. Faz narrativa de episódio de suposto racismo sofrido na escola, quando, por ser a única

estudante negra no período diurno, fora “convidada” por um professor para transferir-se para o noturno. A postura de seus pais diante do evento nos mostra o lugar que a escola ocupava diante das prioridades daquela família.

Por se a única aluna negra no colégio Estadão no período diurno houve um professor que veio me perguntar sobre o porquê de eu não passar para o noturno como faziam os demais alunos negros. Relatei o fato aos meus pais, que disseram que naquele momento eu não precisaria trabalhar, portanto, deveria continuar estudando durante o dia. A prioridade de trabalhar seria somente depois de formada. Dei o assunto por encerrado (Ana Maria Mendes, 67 anos)

Rosângela nos mostra a importância que tinha a escolaridade para seus pais, quando relata a primeira curiosidade de sua mãe sobre a estrutura da cidade de Sorocaba, quando o marido fora transferido para trabalhar ali.

Morávamos em Boituva e meu pai foi transferido para uma agência daqui (de Sorocaba). Quando chegamos, a primeira coisa que a minha mãe quis saber era qual a melhor escola pública para os filhos estudarem. Nessa época eu tinha nove anos e estava cursando a quarta série. A melhor escola pública local era a Municipal Aquiles de Almeida, onde eu fui estudar. Vimos morar na Vila Assis. Minha mãe lecionava em Barueri e saía de madrugada de casa e deixava a gente ainda dormindo. Sete horas eu era responsável por levar meus irmãos e também ir à escola. (Rosângela Alves, 50 anos)

A questão reaparece mais à frente, quando, embora gostando de estudar, decide abandonar a escola para trabalhar. A resposta de seus pais foi enfática e deixa claro qual deveria ser o seu proceder.

Ao longo da minha vida de estudante, sempre fui uma das alunas que mais se destacava. Mesmo assim, ao chegar ao final da oitava série, disse aos meus pais que gostaria de parar de estudar para trabalhar. Meu pai disse-me não e que o meu trabalho seria estudar. Prossegui meus estudos na escola Getúlio Vargas, que também era municipal e de excelente qualidade. Lá cursei magistério, um pouco por influência da minha mãe que era professora e que dizia que essa era uma profissão com garantia de oportunidade de trabalho. (Rosângela Alves, 50 anos)

Se, para as nossas entrevistadas mais jovens, frequentar os bancos escola significava grande sacrifício, este seria incomensuravelmente maior para Ondina, que nasceu apenas três décadas após a abolição da escravidão. Nesse período, o trabalho doméstico era uma espécie de destino para todas as mulheres negras. Entretanto, as contingências da época não foram suficientes para demover sua mãe e



tias da ideia de que os estudos deveriam ser a maior prioridade para ela e seus irmãos mais velhos.

Naquele tempo não havia escolas que nem hoje. Pra estudar tinha que pagar. Mamãe ganhava trinta mil réis e ia tudo pra pagar nossos estudos. Fiquei sendo a única negra na escola (...). Dessa forma seguíamos os três estudando, minha irmã na escola profissional, meu irmão na Sorocabana no curso pra ferroviário e eu no curso normal. Mamãe dizia que não iríamos fazer outra coisa, a não ser estudar. Que trabalhava para que estudássemos e de fato trabalhou a vida toda. Quando me formei, ela cuidava dos filhos do Plínio, de quem ela também cuidara quando era pequeno. (Ondina Seabra, 92 anos)

O associativismo foi mais uma das formas encontradas pelos negros no enfrentamento à exclusão. Seja no planejamento das revoltas, fugas, nas práticas culturais que remetesse ao continente negro, a aproximação de seus pares sempre se constituiu como uma forma de fortalecimento das lutas e afirmação identitária. Essa também foi uma estratégia relatada por nossas entrevistadas em diversos contextos e momentos. Na fala de Jaqueline, isso é muito recorrente e permeou todo o seu trajeto na busca da superação da exclusão social. Veio para Sorocaba na pré-adolescência e teve o primeiro impacto ao perceber que, no bairro onde moraria, havia poucas crianças negras e estas não tinham por hábito brincar nas ruas ou ir à escola em grupos. Viveu um período de isolamento até que, aos poucos, foi se associando com seus pares, o que jamais deixou de fazer ao longo do período em que viveu na cidade.

Ao chegar aqui fui estudar na escola Ezequiel, no bairro de Santa Rosália. Embora fosse uma escola pública, era frequentada por alunos de classe média, devido a sua localização. O primeiro impacto que senti ao chegar à cidade, foi o fato de as crianças não terem o hábito de brincar nas ruas do bairro onde eu morava ou de ir para escola juntas. Isso me levou a certo isolamento, pois não tinha mais meus amigos. (...) Na medida em que fui conhecendo algumas pessoas na escola, descobri algumas que também gostavam de rap. A cidade me causou algum estranhamento. Em São Paulo eu morava em um bairro da periferia, que por mais que tivesse racismo, era diferente. (Jaqueline Lima Santos, 27 anos)

Já na escola, Jaqueline nota a presença da discriminação racial e, em um primeiro momento, se defende associando-se aos colegas brancos que agrediam seus amigos negros. Nesse momento, sua consciência racial ainda não estava constituída, embora se percebesse negra. Por consciência racial, me refiro ao entendimento da pertença racial e, ao mesmo tempo, das implicações que a origem étnica representa na

arquitetura social. Foi advertida por um colega branco, que constrangia os alunos negros, mas lhe pergunta o porquê de ela estar fazendo aquilo. Era uma espécie de “reserva de mercado” na arte de constranger os alunos negros. Esse evento foi um dos marcadores em seu processo de construção dessa consciência negra.

A minha amiga mais próxima na escola era a Rosemeire, uma menina negra que passava pente quente nos cabelos. Eu não alisava os meus cabelos, apenas fazia relaxamento para abrir os cachos e encompridar mais. Lembro que quando os meninos começavam a jogar água nos cabelos dela eu ajudava. Fazia aquilo, mesmo sendo amiga dela, por que era a regra do jogo. Fiz isso até que um dia um menino branco olhou pra mim e disse: você tá rindo de que? Olhe bem pra você. Naquele momento me toquei. Na realidade eu não sabia o porquê de eu fazer aquilo. Já tinha algum entendimento, escutava rap. (Jaqueline Lima Santos, 27 anos)

Pareceu-me que essa atitude de Jaqueline foi uma tentativa de proteger-se das agressões sofridas pelos alunos negros, associando-se aos brancos. Lembremo-nos de que ela tem traços negroides e cabelos crespos, mas com a pele mais clara. A frase curta do colega de turma mostrou-lhe seu lugar naquela hierarquia.

Outro momento importante nesse processo de construção identitária surgiu a partir de um olhar estigmatizado que, em geral, os professores tendem a ter sobre os alunos negros e pobres. Uma menina negra, que gosta de ouvir rap, usa roupas largas e chega à escola com os olhos vermelhos. Esse evento poderia ter diversas causas, inclusive uma afecção oftalmológica. Seus professores e diretores, no entanto, fazem outra leitura e a encaminham para um serviço destinado a recuperar os jovens infratores.

Passei pomada Minâncora no rosto pra dormir e acho que escorreu pra dentro dos meus olhos. No outro dia acordei com os olhos vermelhos e meio pregados e fui assim pra escola. Quando cheguei, acharam que eu estava drogada. Nem me liguei nisso naquele momento e só fui saber disso tempos depois. Fui chamada pelo diretor, que me encaminhou para um lugar chamado Oficina de Cidadania, que ficava localizada embaixo do escritório do Pannunzio. Achei aquilo o máximo, pois cidadania era uma coisa que eu escutava muito no rap e pra mim, tinha tudo a ver com discussão política. Fui saber que suspeitaram do uso das drogas, porque tempos depois na escola, passaram a dizer que estava mudada pra melhor e tal. Na verdade eu era a mesma pessoa. A diferença é que agora as pessoas estavam me escutando mais. Passei a ter mais oportunidade de falar sobre as coisas que estavam acontecendo no mundo. (Jaqueline Lima Santos, 27 anos)

Na Oficina de Cidadania, Jaqueline teve a oportunidade de associar-se aos negros que procurava em Sorocaba. Com eles, passou a participar dos eventos ligados

ao Hip Hop e esse associativismo representou um grande salto qualitativo em sua busca por amigos que falassem a linguagem que o rap estava lhe ensinando. Com sua inserção no movimento Hip Hop, agora não mais como apreciadora das músicas e, sim, numa postura mais política, passou a discutir racismo, exclusão social, história negra, moradia, trabalho, cotas raciais e outros temas que lhe proporcionaram um crescimento do ponto de vista político e militante dos movimentos sociais.

Esse mesmo associativismo esteve presente quando Ana Maria, nos idos anos 1960, termina os estudos da escola normal. Vive uma espécie de crise, na qual sente a necessidade de conhecer a história de seus ancestrais africanos e do lugar de seus descendentes na desigual sociedade brasileira. Encontra outros jovens, também negros e negras, que viviam o mesmo conflito e se associam na busca dessas respostas.

Essas coisas foram se somando, até que cheguei aos 18 anos, juntamente com outros jovens também negros que se formavam sem nada saber sobre o povo negro. Só sabíamos que o negro veio da África “escravo”(…)No final dos anos 1960, nós jovens negros começamos a nos reunir. Encontrávamo-nos pra pensarmos sobre o que poderíamos fazer por nossa gente. Víamos que não sabíamos nem o que fazer, pois não tínhamos noção nem de o que havia se sucedido com nossos ancestrais. Por não conhecermos a história dos negros, decidimos nós mesmos contarmos a história de nossas famílias, como forma de um ponto de partida para contar essa história do negro, que víamos como mal contada. Quando nos reuníamos, cada um contava de onde veio a família do pai, da mãe, primos, localização, trabalho, etc. Na maioria dos casos, sabíamos um pouco mais sobre os pais e a partir dos avós nada sabíamos. Sabíamos nome e sobrenome, mas não sabíamos a origem daquele sobrenome. (Ana Maria Mendes, 67 anos)

Como vimos em sua narrativa, tratava-se de jovens negros buscando a si mesmos através da história da ancestralidade. Estudantes acostumados com a busca dos saberes através dos livros, não encontravam neles sua história. Forjam um método de estabelecer um ponto de partida a partir da própria história de seus familiares. Deparam-se com as limitações advindas da queima dos documentos de registro de entrada de escravizados que, como vimos, foi determinada por Ruy Barbosa. Na realidade, aquele sobrenome do qual não sabiam a origem era dado pelo senhor de escravos. Embora não tenham tido muito sucesso, para Ana Maria parece ter-lhe possibilitado conhecer a senzala da qual os familiares de seu pai vieram, conforme nos conta na entrevista.

A mãe de papai veio do Itinga, região de Salto de Pirapora. Naquele local havia uma grande senzala, que era da família do professor Toledo. Papai

descende do pessoal que viveu lá no período do escravismo, como a maioria dos negros nascidos em Sorocaba. (Ana Maria Mendes, 67 anos)

Nos anos de 1930, os negros também encontravam as irmandades negras e, a partir destas, outras formas de associações. Ondina nos conta que, em sua casa, eram frequentes as reuniões das quais participavam Bidito, figura carismática que, segundo a narradora, discutia política “como se estivesse falando de um assunto qualquer”.

Outra pessoa importante na nossa vida foi um preto amigo da família chamado Bidito. Gostava muito de discutir sobre política. Acho até que era comunista, mas naquele tempo, início a década de 30 não se podia dizer isso que seria preso. Era uma coisa muito escondida. Era pessoa política como ninguém. Ele não gostava do pessoal do Clube 28 de Setembro, principalmente do Luiz Pequeno que era presidente. Bidito morava na Vila Carvalho, perto da liderança comunista da cidade. Ele costumava trazer essas discussões sobre política pra minha casa, mas conversava como se fosse um assunto qualquer. Acho até que mamãe entendia o que ele falava, mas eu era pequena e não entendia nada. (Ondina Seabra, 92 anos)

Embora isso não se explicita em sua fala, podemos inferir que talvez a postura de sua mãe em buscar uma educação emancipatória para o filho e as filhas tenha alguma influência dessas conversas sobre política. Suas escolhas destoavam totalmente daquelas da maioria das famílias negras e pobres, que viam no trabalho, e não nos estudos, a melhor forma de sair do subjugo. Isso se devia, sobretudo, às próprias condições de miserabilidade na qual estavam mergulhadas, o que se traduzia na realidade de se ter como prioridade itens básicos de sobrevivência, como moradia e alimentação. Nessa realidade, as alternativas de longo prazo, como estudos, estavam descartadas. Não é sem razão que Ondina e Ana Maria viveram a realidade de serem as únicas negras nas escolas onde estudaram.

## **5.2 - Sociedade Recreativa e Cultural 28 de Setembro: bastião de resistência negra**

Dentro do modelo no qual foi erigida a sociedade brasileira, a elite branca formava suas redes sociais com barreiras que, ao mesmo tempo em que protegiam seus membros formados por brancos, eram intransponíveis aos negros. Segundo Andrews

(1998), as redes sociais são instrumentos através dos quais membros da classe média brasileira mantém e cultivam suas relações pessoais, indispensáveis para a abertura de caminhos em busca de seus interesses. Para eles, são nesses clubes sociais que brasileiros de classe média constroem vínculos em busca do fortalecimento de laços com pessoas que possam fazer “favores” umas às outras como, por exemplo, na indicação de uma vaga de emprego ou obtenção de documentos em órgãos públicos. Dentro dessa lógica, os detentores do poder hegemônico erguem barreiras que garantem suas regalias ao mesmo tempo em que aniquilam aqueles que, de alguma forma, tentam romper essa blindagem de proteção. Não é sem razão que, em sua totalidade, os clubes formados por brancos, a partir do final dos anos 1940, não permitiam a associação e, em certos casos, nem a entrada de negros e negras. Sobre São Paulo, nos diz Hanchard (1994):

(...) na década de 1950, surgiram pequenos clubes e associações voltados para os Afro-brasileiros. Esses clubes refletiam a maior complexidade da pequena burguesia e das comunidades proletárias negras de São Paulo, uma vez que esses brasileiros estavam ingressando pela primeira vez no mercado de trabalho organizado, do qual haviam ficado basicamente excluídos, através da política de Estado e da imigração estrangeira, durante os quarenta anos seguintes da abolição. (Hanchard, 1994, p. 131)

Em Sorocaba, no ano de 1945, é fundado, por parte da liderança negra local, o Clube 28 de Setembro. Surgia como alternativa aos clubes União Recreativo e Sorocaba Clube, que não permitiam a entrada de negros “nem para dar um recado”, conforme nos disse Ondina Seabra. Esse espaço será de vital importância na vida da comunidade negra de Sorocaba e não é sem razão que foi citado por todas as entrevistadas em contextos os mais diversos. Ondina Seabra nos diz que esteve em sua inauguração no ano de 1945. Quando estive em sua casa, mostrou-me diversas fotografias, em momentos que achou de maior relevância para a sua narrativa. Em uma das fotos, está em um encontro político nos anos 1970, quando o clube recebeu a visita dos deputados negros Adalberto Camargo e Teodosina Ribeiro. Em outra foto, está em um jantar ocorrido naquele local, onde, aos convidados, era exigido o uso de trajes em estilo africano. São contextos que nos mostram a atuação do clube, tanto no campo político quanto no cultural e social.

Ana Maria contava com aquele espaço, nos anos 1960, para reunir-se com os amigos negros e negras que, ao sair da escola normal, buscavam a construção de

uma identidade negra positiva, a partir dos debates entre seus pares. Recorreria, mais tarde, ao local para instituir o ICAB, sigla de Instituto de Cultura Afro-Brasileira, que, mais tarde, serviria de base ao braço de pesquisa da Universidade de Sorocaba, local onde o núcleo funciona na atualidade, com o nome de NUCAB, Núcleo de Cultura Afro Brasileira.

(...)No final dos anos 1960, nós jovens negros começamos a nos reunir no Clube 28 de Setembro, com a finalidade de trocarmos as poucas informações que tínhamos sobre a questão negra. Encontrávamos-nos pra pensarmos sobre o que poderíamos fazer por nossa gente. (Ana Maria Mendes, 67 anos).

(...) Os nossos encontros no Clube 28 de Setembro geralmente aconteciam nos feriados prolongados. Isso porque muitos dos integrantes do grupo a essa altura, já estavam trabalhando em outras cidades. Era sempre aos domingos ou feriados pela manhã. Nesse período houve uma reforma no estatuto do clube e criamos o ICAB, que era Instituto de Cultura Afro-brasileira e se constituiu como mais um braço de resistência. (...) Dessa forma, o ICAB (Instituto de Cultura Afro-brasileira), por ter um documento básico que norteava seus trabalhos de pesquisa, era um grupo comunitário que representava a comunidade negra, poderia fazer parte do esforço para formação de uma universidade. É assim que em 1992, o Clube 28 de Setembro oferece para essa equipe que trabalhava para a formação da universidade esse instituto, que poderia fazer parte dessa universidade nascente. Assim, o grupo se transfere para a Faculdade de Filosofia e passa a fazer parte da Fundação Dom Aguirre, que foi o embrião para a formação da UNISO. Chegamos antes de a universidade ser criada. (Ana Maria Mendes, 67 anos).

Rosângela Alves recorre ao clube na busca de apoio para o enfrentamento de situação de racismo sofrido na Faculdade de Educação Física. Para tanto, teve o suporte da diretoria para a promoção do I Encontro de Jovens Negros de Sorocaba no ano de 1987, evento esse que derivou do conflito ocorrido na faculdade. No ano seguinte, o local serviria de base para a organização da I Gincana Afro-Brasileira em comemoração ao centenário da abolição da escravidão. Mais tarde, na década de 1990, Rosângela recorreria novamente ao clube para promover os ensaios do coral do MOMUNES, formado pelas mulheres negras. Finalmente no início dos anos 2000, o local funcionaria como a primeira sede do Centro Cultural Quilombinho, conforme nos conta em sua entrevista.

(...) Dessas conversas, resolvemos fazer o primeiro encontro do jovem negro sorocabano. O evento seria dentro da faculdade. Saí de lá pensando em como poderia chamar as pessoas para participarem desse encontro. O primeiro lugar que procurei foi o Clube 28 de Setembro, que é uma agremiação social que congrega a comunidade negra da cidade. (Rosângela Alves, 50 anos)

(...) Em 1988 seria a comemoração do centenário da abolição da escravidão e tínhamos de fazer alguma coisa. (...) Dessa inquietação, bolamos a primeira gincana afro-brasileira em Sorocaba. Essa gincana acabou sendo praticamente um senso negro na cidade. Isso se deu porque dividimo-nos em equipes e fomos buscar negros em todos os cantos da cidade para participarem. Formamos oito equipes, todas compostas por grande número de negros. (Rosângela Alves, 50 anos)

(...) Dessa forma fomos as fundadoras do MOMUNES. Era o ano de 1998. Na medida em que o coral foi crescendo, nos deparamos com a falta de local para os ensaios. Inicialmente ensaiávamos no Café Bar de propriedade da Mazé Lima. A essas alturas os homens também se engajaram e participavam tocando instrumentos de percussão. Nessa época o Clube 28 de Setembro estava muito mal conservado, praticamente em ruínas. Surge a ideia de utilizarmos o local para ensaio e ao mesmo tempo recuperarmos o espaço. Falamos com o Santão, que era o presidente na época e ele autorizou o uso do local. (Rosângela Alves, 50 anos)

(...) Essa experiência foi um exercício para o que viria futuramente a ser o Quilombinho. Como eu estava dizendo, a Marilda e eu escrevemos o projeto, agora adequado à realidade de Sorocaba e passamos a pensar em como aquilo poderia ser colocado em prática. Já tínhamos as crianças, agora faltava a sede. Procuramos a diretoria do Clube 28 de Setembro e obtivemos autorização para funcionarmos lá. (Rosângela Alves, 50 anos)

Jaqueline conheceria o clube em um período em que este já estava em decadência. Mesmo assim, reconhece que o espaço teve grande importância na sua construção de identidade negra.

(...) Com o Hip Hop, pude aprender sobre lugares e coisas que jamais conheceria. Talvez estivesse até hoje buscando uma branquitude que jamais alcançaria. Nesse período também conheci o Clube 28 de Setembro. Frequentava tanto nas atividades de Hip Hop e também nas festas e bailes e foi muito importante pra constituir a minha identidade negra. (Jaqueline Lima Santos, 27 anos)

É interessante traçarmos uma linha analítica para pensarmos sobre a importância desse clube do ponto de vista simbólico. Surgiu através do esforço de negros e negras, na década de 1940, por serem impedidos de frequentar os clubes sociais locais. Ao longo de todas essas décadas, serviu como uma espécie de ambiente no qual as pessoas retornavam para buscar apoio e, talvez, renovar as energias. Os amigos de Ana Maria poderiam reunir-se em locais públicos e ou suas próprias casas, uma vez que vinham de famílias onde a questão educacional era valorizada. No entanto, recorriam ao próprio clube na busca de suas identidades negras. Rosângela também busca e encontra apoio em todos os momentos de dificuldade na sua luta contra a

exclusão racial. Jaqueline chegaria mais tarde e também seria ali o local onde alimentaria seu trabalho de construção identitária.

Na atualidade, o local está bastante decadente, com dívidas públicas em aberto e com o prédio interditado devido às más condições de conservação. Mesmo assim, podemos dizer que cumpriu sua função de amparar a população negra, que não encontrava espaços sociais onde pudesse se integrar. Simbolicamente, é pai e avô dos diversos movimentos sociais negros existentes na cidade, como o MOMUNES e o Centro Cultural Quilombinho.

### **5.3- Jaqueline, Ondina, Rosangela e Ana Maria: seus passos vêm de muito longe**

De onde vem este medo? Sou sem mistérios, existo.  
 Busco gestos de parecer que me contam, grito.  
 De onde vem essa vergonha sobre mim?  
 Eu, mulher negra, RESISTO.(Alzira Rufino)

Ao escrutinarmos a trajetória de vida dessas mulheres que entrevistamos, é inexorável admitirmos que todas, indistintamente, ao seu modo e tempo, lutaram, e muito, contra as adversidades às quais estavam expostas. Negras em uma sociedade racista, mulheres em uma sociedade machista e maioria de origem pobre em uma sociedade estratificada socialmente.

Começamos pela trajetória de Jaqueline. Nasceu em uma família pobre, na periferia de São Paulo. Morava no bairro do Grajaú, local com índices alarmantes de violência e ausência do poder público, exceto as forças de segurança como instrumento de controle. Os pais, negros e com pouca escolaridade, vieram do Nordeste pra tentar a vida em São Paulo. Conheceu cedo a realidade de que ser negra não seria tarefa fácil no ambiente no qual vivia. Na inocência dos primeiros anos de vida, tomava sol em abundância, na tentativa insólita de torna-se loira. Já devia perceber, ali, traços de nossa hierarquia racial. Aos 12 anos, quando chega à Sorocaba, já tem a incipiente construção de uma consciência de sua condição social e racial. Ouve rap e presta atenção nas letras. Percebe que falam de coisas que fazem parte de sua realidade. Isso me faz deduzir que, mesmo antes de prestar atenção nas letras, já tinha algum entendimento



dessa realidade que reconhece agora nas rimas. Quando vem para Sorocaba, procura se associar com o pessoal do Hip Hop, o que potencializa sua incipiente carreira na militância social negra.

O episódio no qual o diretor escolar a encaminhou para a Oficina de Cidadania, embora seja fruto de um gesto que me pareceu preconceituoso, serviu para alavancar seu senso crítico. Ao associar-se ao Hip Hop, se apropria dos códigos gestuais, como as roupas largas e as atitudes próprias de seus membros. Contudo, começa a envolver-se nas tramas políticas do movimento. Participa da articulação dos encontros regionais e estaduais, onde seu lastro de amigos militantes vai se ampliando. Embora não resida na periferia, participa das oficinas de Hip Hop, no bairro Vitória Régia, região periférica e de grande vulnerabilidade social da cidade. Ali, se engaja nas discussões locais sobre moradia, violência policial, racismo e outros temas que viriam contribuir para sua formação política.

Nesse momento, também participa das discussões sobre gênero que aconteciam dentro do movimento. Consegue se articular de sorte que o machismo, que não deixa de estar no Hip Hop, não a prejudique. Participa das discussões sobre a importância do ingresso dos militantes negros nas universidades. Não por acaso, escolhe a carreira de sociologia. Ingressa na universidade muito cedo e, aos 17 anos, já está vivendo sozinha em outra cidade. Consegue bolsa de estudos, mas precisa da malícia conquistada na condição de mulher, negra e pobre para driblar as dificuldades financeiras. Conclui a graduação, inicia o mestrado em universidade pública, defende a dissertação e, em seguida, é aceita pra estudar por seis meses nos Estados Unidos. Retorna ao Brasil e inicia doutorado em outra universidade pública e ainda não chegou aos 30 anos de idade. Interessante pensarmos que inicia sua entrevista dizendo que o ambiente escolar a oprimia por sua condição social e racial. Hoje desenvolve ações educacionais preventivas para a inclusão de temas como diversidade racial nas escolas. Teve uma trajetória dentro do movimento social negro e, atualmente, devolve à comunidade frutos de saberes, que visam minimizar o sofrimento de outras crianças de origens social e racial semelhante à sua. Embora não fale sobre a presença de temas raciais em sua casa, teve recursos internos suficientes para reconhecer essas diferenças e se fortalecer para e com o seu enfrentamento. A prática da militância contribuiu para a sua formação educacional, do ponto de vista político.

A vida de Ondina, com maior duração do que as demais entrevistadas, cobre um longo período da história de Sorocaba. Nasceu apenas três décadas após a abolição da escravidão, portanto sentiu muito mais intensamente os seus reflexos. Com a morte do pai, passa a ter na mãe e nas tias as figuras adultas significativas para ela, todas figuras femininas. Segundo ela, mulheres independentes e que trabalhavam para o próprio sustento. Vivia em ambiente humilde, mas, ao mesmo tempo, transitava nas casas das patroas da mãeque, como ela disse, “eram pessoas que já estavam feitas na vida”. Parece-me que lhe foi possível forjar o seu fortalecimento, se beneficiando, nos dois ambientes nos quais transitou, especialmente na infância e adolescência. Da casa das patroas da mãe, observava a forma como valorizavam os estudos e a cultura em geral. Do ambiente familiar, aprendia sobre as diferenças raciais e sociais existentes naquele momento. Ainda pequena, participava das passeatas formadas pelos negros locais na busca de se organizarem no intento de enfrentamento à exclusão que os acometia.

Tendo no ambiente doméstico um verdadeiro exército formado por mulheres lutadoras e solidárias, o que pode ser visto em sua fala sobre as agregadas que eram acolhidas em sua casa, viveu experiências de lutas tenazes dessas mulheres e ao mesmo tempo o exemplo do fortalecimento ao juntar-se aos pares. Havia ali o discurso de que os estudos é que trariam a sua alforria. Foi assim que enfrentou as adversidades da vida. Diz, textualmente, que nem pensava sobre as barreiras raciais e sociais a serem transpostas. Simplesmente seguia enfrentando. Sobre os clubes que não permitiam a entrada de negros, diz o seguinte: “Pra falar a verdade, eu ia tentando até que um dia entrei, mas acho que não era qualquer preto que podia.” (Ondina Seabra, 92 anos).

Talvez tenha sido com esse pensamento que, posteriormente, lhe foi possível estabelecer uma bem sucedida carreira de professora e, depois, de funcionária da Delegacia Regional de Ensino. Devido ao seu pioneirismo, por ter sido a primeira professora negra atuante na cidade, lhe foi garantida relativa facilidade de trânsito nos meios sociais. Ana Maria nos conta que, nas lutas travadas ao lado de seus amigos negros, Ondina sempre foi um porto ao qual podiam recorrer sempre que necessário. Pareceu-me a reedição daquilo que via em sua casa, quando as mulheres negras eram amparadas por sua família que, mesmo vulneráveis, estendiam os braços aos pares mais necessitados.

Rosangela difere um pouco das demais entrevistadas no que se refere à sua origem social e escolaridade dos pais. Nos demais aspectos, teve uma trajetória de enfrentamentos que, em muito, se assemelhou com as demais entrevistadas. Logo ao sofrer adescriminação racial na escola, na hora de formar par com os amigos, associa-se a outra menina, também rejeitada, agora devido ao fato de ser obesa. Ali já demonstra, aos nove anos de idade, recursos na busca de estratégias de lutas. Faz uma “coalisão” com outra colega de turma que, embora vítima de diferente causa de discriminação, tem, na exclusão pela turma, um fator comum de unidade. Segue atentamente às instruções dos pais no que tange à dedicação aos estudos, se destacando entre os colegas de turma.

Um momento muito importante de sua vida foi a postura de sua mãe, quando sofreu xingamento na escola devido à sua pele negra. Sua mãe mostra-lhe que, objetivamente, aquilo era verdade, pois era negra mesmo. A diferença estaria na subjetividade, esta, sim, uma criação social que via na cor de pele negra fatores de aviltamento. Rosangela se fortaleceu com esse episódio e ele provavelmente estaria presente em muitas de suas escolhas futuras. Não é sem razão que, ao longo de sua carreira no magistério, se dedicou ao trabalho com crianças na primeira infância e, futuramente, seria uma das fundadoras do Centro Cultural Quilombinho, o qual preside na atualidade.

Ao sofrer adiscriminação, agora na faculdade, antes de colocar-se como vítima, transforma o episódio em fato político. Os desdobramentos foram a problematização da questão racial no ambiente acadêmico e o encontro municipal dos estudantes negros. A questão deixa de pertencer ao ambiente escolar e atinge a esfera da municipalidade. Obviamente que a resiliência<sup>8</sup> produzida por tais enfrentamentos deu-lhe condições de reagir quando, no ano seguinte, o Secretário de Cultura tenta impedir a realização da gincana afro-brasileira. Isso também já denotava uma postura de liderança, que lhe seria de grande valia ao longo de suas escolhas futuras.

Mais à frente, e ainda jovem, separa-se do marido e retorna para a casa dos pais com dois filhos para cuidar. Não se demove de seu intento de cursar outra

---

8 Capacidade de se recobrar facilmente ou se adaptar à má sorte ou às mudanças. Fonte: Houaiss, Objetiva, S. Paulo, 2009.

faculdade e vai estudar pedagogia. Ao mesmo tempo, se aproxima da geração formada por Ana Maria que, nesse momento, realizava trabalho educativo com crianças negras. Insere os filhos, ainda pequenos, nesse projeto e esse modelo lhe seria importante, futuramente, para sua inspiração no tipo de trabalho que desenvolveria no Centro Cultural Quilombinho.

Quando o coral das mulheres negras é formado, surge a possibilidade de aliar a atuação artística dessas mulheres com a política e, novamente, Rosangela faria parte desse processo. Percebia que, quando as mulheres se reuniam para os ensaios, falavam sobre questões relativas aos maridos, filhos, trabalho e tantas outras que poderiam perfeitamente ser politizadas. Surge o MOMUNES, Movimento das Mulheres Negras de Sorocaba, que ainda hoje tem atuação bastante significativa na cidade. Em folder de divulgação de seu trabalho, consta como seus objetivos:

- promover, conscientizar, incentivar e difundir valores das culturas de matriz africana em todos os campos correlatos, objetivando o desenvolvimento integral da pessoa e o resgate de sua cidadania;

- conjugação produção de conhecimento e programas de intervenção no campo das relações raciais e de gênero, buscando a promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento e o exercício efetivo da cidadania;

- influenciar a atuação do poder público e de toda a sociedade a desenvolver projetos para o enfrentamento do racismo, da discriminação étnico-racial e de gênero, buscando alternativas eficazes para a solução dos problemas;

- monitorar e buscar influenciar políticas públicas e leis importantes sobre os temas ligados a gênero, raça e etnia.(MOMUNES-Movimento das Mulheres Negras de Sorocaba)

Como podemos ver, o trabalho do MOMUNES tem consonância ideológica com aquilo que é preconizado pelo chamado feminismo negro, sobre o qual falei no terceiro capítulo dessa dissertação. Embora sua bandeira de lutas esteja ligada à questão da mulher, seu recorte de trabalho se alinha às peculiaridades das mulheres negras e às questões a elas ligadas. Rosangela teve grande atuação nesse movimento, tanto como integrante do coral, quantocomo regente e, posteriormente, como presidente. Na atualidade, não desenvolve trabalho efetivo, contudo, estabelece parcerias, como apresentações culturais onde funde as presenças das crianças do Quilombinho com a das mulheres do MOMUNES.

Rosângela trouxe para a militância a prática de fazer parcerias em busca dos objetivos em comum. O surgimento do Centro Cultural Quilombinho seguiu essa linha. Ao mesmo tempo em que ensinava trabalhar a educação das crianças em uma perspectiva étnico-racial, desenvolvia trabalho no coral das mulheres negras. Muitas delas faltavam aos ensaios para cuidar de filhos e netos pequenos. Pensou na possibilidade de trazer essas crianças para dentro do MOMUNES e foi assim que nasceu o Centro Cultural Quilombinho. Contou com o apoio das mulheres para a produção da merenda e, posteriormente, fazendo apresentações públicas para arrecadar alimentos para as crianças atendidas, num momento em que ainda não contava com apoio institucional. Atualmente, tanto o MOMUNES quanto o Quilombinho seguem caminhos independentes, do ponto de vista institucional. Na prática, caminham juntos na luta negra, estabelecendo parcerias sempre profícuas. Rosângela brinca que o Quilombinho é filho do MOMUNES e neto do Clube 28 de Setembro. Tem parceria com a Secretaria Municipal de Educação e tem trabalhado na capacitação dos professores da rede municipal para a aplicação da Lei 10639/03, que institui o ensino da história da África e dos afrodescendentes e sua contribuição para a construção da cultura brasileira. Na atualidade, o Centro Cultural Quilombinho funciona em sede localizada na região central da cidade, que foi cedida pelo ator sorocabano Paulo Betti. Recebeu da Prefeitura Municipal a doação de terreno localizado na região periférica da cidade, onde reside a maioria das crianças assistidas pela instituição. Atualmente, trabalham para a captação de recursos, visando à construção de sede própria em espaço mais amplo, com possibilidade de atender um número maior de crianças e adolescentes.

Ao analisarmos sua trajetória nos movimentos sociais negros, temos a nítida visão de que, embora tenha trazido uma base sólida de sua socialização primária, foi na militância que se apropriou de conhecimentos e recursos para a sua formação política. A sua história de vida e os encontros que teve em seu percurso foram fundamentais para as escolhas que fez ao longo da vida.

Ana Maria Mendes também trouxe de casa uma boa base de consciência sobre sua condição de mulher e negra. Isso foi fundamental para o surgimento de suas inquietações, que redundaram em uma trajetória de vida plena de feitos de grande importância na história de Sorocaba. Seu tio-avô participou da formação da Frente Negra Brasileira, do que podemos deduzir que vem de família na qual a questão política

fizesse parte do cotidiano de seus membros. Teve grande capacidade analítica ao perceber, desde cedo, queo trabalho com educação lhe daria mais ferramentas para lutar contra a exclusão negra.

Logo aos 18 anos se associa a outros jovens negros na busca de estratégias de lutas. Ali, naquele momento, já teria fortalecido, com o contato de seus pares, a ainda incipiente consciência negra. Isso se denota nos temas que eram discutidos por eles, assim como o local que escolheram para a realização de suas reuniões. Recorrem ao Clube 28 de Setembro e à sua diretoria, formada por senhores de idade mais avançada. Era uma espécie de aplicação da prática africana, de aproximação com os anciãos mais velhos, na busca de saberes por eles já adquiridos. Tinham, inclusive, uma preocupação metodológica, talvez na busca de uma nova epistemologia para os estudos de escravizados e seus descendentes. Faziam, na década de 1960, o que os pesquisadores negros buscam na atualidade, conforme mencionado no início desse capítulo. São pioneiros, pois faziam isso em um momento político no qual se discutir racismo poderia ser caracterizado como subversão, pois eram tempos em que se propagava a tão famosa democracia racial brasileira.

Constrói carreira no magistério, onde não se furtava de pautar as discussões na esfera das relações raciais e racismo. Na ausência de modelos a serem seguidos, eles próprios criam os seus. Ao conhecer a história de Zumbi dos Palmares e outros aspectos da história negra que não eram contempladas nas práticas escolares, passam a realizar palestras nas escolas. Isso já era fruto das pesquisas que realizavam sobre o tema. Aí já se configura o papel formador da militância, pois foi através dela que a sua formação foi se consolidando. Também já tinham, naquele momento, o entendimento de que teriam de investir na educação das crianças de tenra idade. Fundam o ICAB, ao mesmo tempo em que desenvolvem o trabalho no qual trazem as crianças para dentro da universidade. Mais uma vez, temos aí o sinal de uma metodologia de trabalho. Com a fundação do instituto, a questão racial entraria em pauta, gozando de maior legitimidade e visibilidade. Isso fica claro quando o jornalista Sérgio Coelho, ao conhecer a comunidade do Cafundó, procura o centro de pesquisa da Unicamp e o ICAB como forma de dar maior visibilidade ao fato.

Outro momento importante foi a iniciativa de se criar mecanismos de acesso da juventude negra aos bancos universitários, através da Fundação Cafuné, em 1994.

Por iniciativa própria, estavam editando as políticas de cotas raciais mais de 10 anos antes das instituídas pelo governo brasileiro. Em dez anos, conseguiram formar quarenta alunos negros. Foi importante também a ideia de que formassem professores, pois este seria a um meio de penetrarem no ensino da rede pública. Também, ao fazer oficinas com crianças para falar sobre a cultura africana, se adiantavam àquilo que viria a ser contemplado pela Lei 10639/03. Trata-se da mais pura atuação política, do ponto de vista institucional.

Outro salto qualitativo que merece ser mencionado foi propiciado pelo contato com outros pesquisadores negros ou interessados na história negra. Foi quando tiveram acesso à obra do geógrafo Milton Santos, em momento no qual ainda não tinha a notoriedade que viria a ter posteriormente. Falo desses feitos no plural, pois foram fruto do trabalho de um grupo pessoas como Jorge Narciso de Mattos, Bernardino Antonio Francisco e do qual Ana Maria sempre fez parte. Na atualidade, preside o NUCAB, que funciona no interior da Universidade de Sorocaba. Para Ana Maria, a militância também teve papel formador, pois, embora trouxesse uma boa bagagem de casa, foi com seus pares que desenvolveu expertise no desenvolvimento de estratégias para enfrentamento ao racismo.

Ao abordarmos as vidas destas mulheres, esperamos contribuir para que as lutas negras femininas sejam vistas a partir do outro lado. Com suas histórias de luta e resistência, estão honrando nossas negras que tiveram suas tetas sugadas pela prole de suas sinhás e seus corpos, muitas vezes, aviltados por seus donos. Ao deixar estes registros, espero que sirvam como espelho para que outras mulheres possam, talvez um dia, repetir seus feitos e registrar outras memórias de lutas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho, busquei construir um texto que dialogasse com teóricos e, ao mesmo tempo, analisasse a fala das mulheres entrevistadas. Tive por objetivo, através dos registros de lutas negras, buscar interfaces com as falas das mulheres cedentes de suas histórias. Também almejava identificar se, no processo de militância, tinham obtido algum ganho qualitativo na construção de uma consciência negra positiva e fortalecimento para o enfrentamento ao racismo.

Para análise, busquei aspectos que, de maneira geral, fossem recorrentes tanto nas falas das entrevistadas, quanto nas formas de resistência adotadas tanto pelos cativos libertos, quanto pelos negros no pós-abolição. A primeira forma de resistência sobre a qual falei foram as famílias nas senzalas. Embora, de maneira geral, a nossa historiografia não dê a devida importância à sua ocorrência, o fato é que ela existiu e resistiu à escravidão. Na fala de nossas entrevistadas, foi unanimidade a importância da instituição familiar para que pudesse se fortalecer e enfrentar as adversidades de suas vidas. Quando falo de família, me refiro tanto às famílias parentais, às extensivas e àquelas formadas por laços afetivos com seus agregados. Ondina, primeiramente, viveu em família nuclear. Com a morte do pai, passa a viver em família extensiva, formada, além de pela mãe e pelos irmãos, pelas tias, que vieram apoiar a irmã na viuvez. Depois experimenta a família formada por agregadas, que são acolhidas em sua casa por sua mãe e tias. Dessa forma, vivenciou as três formas de constituição familiar aqui abordadas. Rosangela também teria uma família extensiva, pois além de um irmão biológico, possuía três outros adotivos.

A importância dada aos estudos no seio familiar também se constituiu em fala recorrente nas quatro entrevistas. Jaqueline nos diz que os pais tiveram pouca instrução e não entendiam muito bem o sentido de se estudar. Contudo, mesmo sem terem esse entendimento, fizeram muito esforço para que os filhos estudassem. Na casa de Ondina, o discurso era mais claro. Sua mãe dizia que os filhos não fariam outra coisa na vida que não fosse estudar. Que trabalhava para que eles estudassem. Ana Maria também teve apoio incondicional dos pais para seguir estudando em período diurno, até concluir o curso normal e formar-se professora. Rosangela também teve, em seu



ambiente familiar, um forte estímulo para seguir estudando e chegou a receber uma negativa dos pais quando decidiu que deixaria os estudos no intuito de trabalhar.

O associativismo foi outra forma de resistência adotada historicamente pelos negros e que também foi recorrente nas falas de todas as nossas entrevistadas. Jaqueline nos conta de sua chegada à Sorocaba e da dificuldade para aliar-se aos colegas negros que gostassem de rap. Essa aliança viria a acontecer, em dado momento, e traria grandes desdobramentos para a sua formação política dentro do Hip Hop.

Ana Maria também encontra no associativismo com seus pares o caminho na busca de uma identidade negra que julgava perdida. Inicialmente, no final da adolescência, se junta a outros jovens negros pra discussão de temas relativos à negritude. Essa prática e esse grupo nuclear farão parte de sua vida em todo o seu percurso enquanto militante pela causa negra. Fundam um Instituto de cultura negra, ministram palestras temáticas sobre a negritude, trabalham na formação educacional de crianças sobre africanidade. Esse instituto, posteriormente, seria transformado em núcleo de cultura negra e seria agregado à Universidade de Sorocaba, onde, na atualidade, é mais um braço da luta negra, agora no interior da universidade.

Ondina fala da participação política de sua mãe quando da formação das primeiras reuniões para a instituição da Frente Negra Sorocabana, ainda no final da década de 1920. Também relata as discussões políticas que se faziam presentes em sua residência, em especial na pessoa de uma liderança de nome Bidito.

Os clubes sociais se constituíram como mais uma forma de resistência negra, em especial na década de 1940. Em Sorocaba, é notória a fundação do Clube 28 de Setembro como alternativa para a comunidade negra, que nessa época não podia frequentar os clubes pertencentes à elite branca. Todas as nossas entrevistadas, em algum momento, citaram esse clube, que foi fundado em 1945. Ondina Seabra esteve presente em sua inauguração e, ao longo de sua vida, teve participação bastante efetiva em seus eventos.

Ana Maria também citaria o clube, dizendo que recorria ao para se reunir com os jovens que, como eu disse, estavam em busca de uma identidade negra que julgavam perdida. Esses encontros foram recorrentes ao longo de sua vida e o espaço nunca deixou de ser aquele. Espaço que também serviu de sede para a instituição da Fundação Cafuné, do instituto ICAB e do núcleo NUCAB.

Rosângela recorreria ao clube em busca de apoio em situação de racismo sofrido na faculdade no ano de 1987 e para a organização de uma gincana composta por jovens negros em 1988. Votaria a recorrer ao local, no final dos anos 1998, para realizar os ensaios do coral das mulheres negras, do qual derivaria o MOMUNES. No início dos anos 2000, voltaria ao local, agora para ser a primeira sede do Centro Cultural Quilombinho.

Jaqueline também cita o local onde frequentou os eventos ligados ao Hip Hop e às festas sociais. Reconhece que foi um espaço importante para a sua construção identitária negra. Embora, na atualidade, o local esteja decadente e praticamente fora de funcionamento, simbolicamente tem grande importância para toda a história negra local.

Depois de fazer essa caracterização sobre o papel dos clubes sociais como forma de luta, fiz o escrutínio individual da vida de cada uma das nossas entrevistadas. O objetivo principal era, a partir de suas falas, traçar sua trajetória de vida e identificar dados que pudessem apontar se houve alguma contribuição do seu envolvimento nas lutas sociais para o seu próprio crescimento.

Iniciamos pela trajetória de vida de Jacqueline. Sendo nascida em bairro periférico de São Paulo, veio para Sorocaba aos 12 anos de idade. Já tinha uma incipiente construção de consciência negra, o que fazia com que gostasse de prestar atenção nas letras de rap. Inicialmente, sentiu certo isolamento social, pois não conseguia se aliar aos negros locais, uma vez que vivia em bairro cuja incidência de população negra era baixa. Na medida em que foi conhecendo os “manos” do rap, passou a participar das articulações políticas do movimento. Isso possibilitou um salto qualitativo em seu entendimento sobre temas como racismo, exclusão, violência policial, etc.

Na sequência, falei sobre a trajetória de Ondina. Nasceu em família humilde, perdeu o pai aos dois anos de idade e terminou de ser criada pela mãe e tias maternas. Sua mãe tinha participação, em certa medida, ativa nos movimentos negros locais. Em tenra idade, Ondina participava de passeatas organizadas por negros locais. Era filha de doméstica e sempre frequentou as casas das patroas de sua mãe, o que lhe deu referências sobre a importância dos estudos, pois convivia com outros jovens também estudantes, embora de outra classe social. Em casa, aprendeu senso de solidariedade e associativismo. Enfrentou as barreiras sociais e raciais com tenacidade e

determinação. No campo profissional, trabalhou na sede da primeira Delegacia Regional de Ensino.

Depois, falei da trajetória de Rosangela. Embora tenha origem social diferente das demais entrevistadas, os demais aspectos de sua vida em nada diferiram de suas vidas. Logo no primeiro dia de aula em Sorocaba, é rejeitada pelos colegas, que se recusam a formar par com ela na fila de entrada. Demonstra recursos internos que lhe possibilitam, diante desse fato, aliar-se a outra aluna também rejeitada pelo grupo. Tinha apenas nove anos de idade. Sofre um xingamento na escola devido à sua cor e sua mãe lhe ensina que sua cor era, de fato, negra e que isso não poderia mudar. O que poderia ser mudado era o modo de ela lidar com essa realidade. Ao longo da adolescência e vida adulta, se depara com outras situações de racismo e sempre faz enfrentamentos positivos, que vão fazendo com que se fortaleça cada vez mais. Desenvolve o hábito de sempre recorrer aos militantes mais velhos, por entender que sua experiência pode lhe ser útil. Participou da fundação do Movimento das Mulheres Negras de Sorocaba e do Centro Cultural Quilombinho.

Finalmente, falei da trajetória de vida de Ana Maria. Embora tenha trazido uma boa base familiar, a militância foi vital para a construção de sua consciência e para desenvolver estratégias de enfrentamento ao racismo. Logo aos 18 anos, com o final dos estudos, se associa a um grupo de amigos negros que, me pareceu, buscavam uma perdida identidade negra. Esse grupo seria de vital importância em sua formação e dele jamais se separaria, além das contingências naturais. Buscam desenvolver métodos para estudar a história negra brasileira, uma vez que nossos livros de história não traziam os dados que desejavam conhecer. Anteciparam-se nas lutas pelas ações afirmativas para acesso de universitários negros ao ensino superior através da instituição da Fundação Cafuné. Anteciparam-se, novamente, àquilo que viria a ser contemplado na Lei 10639/03, quando ensinavam africanidades às crianças. Fundaram um instituto que veio a se transformar em núcleo de estudos afro-brasileiro, com a finalidade de realizar pesquisas e estudos sobre o tema. Fortaleceu o foi fortalecida o tempo todo na e pela militância negra.

Concluo que, ao realizar essa pesquisa, pude ampliar meu conhecimento não só sobre a história de vida de nossas entrevistadas, mas, principalmente, sobre toda a história de Sorocaba. Conhecermos os fatos relativos à nossa escravidão indígena e

negra sob um viés diferente daquele dos memorialistas certamente nos ajudará a entender as formas com as quais a nossa estratificação social foi engendrada. Por outro lado, conhecer as estratégias de lutas empregadas pelos negros contra a escravidão contribuirá para que afrodescendentes desses escravizados possam lançar um olhar diferente sobre seus antepassados. Também permitirá que profissionais da educação e pessoas interessadas pelo assunto possam lançar mão de outras fontes para conhecer um pouco mais de nossa história. Mas, mais do que tudo, pudemos, nessa empreitada, conhecer a história de quatro mulheres que, em seu tempo e lugar, não se conformaram com o destino que a elas estava reservado. Lutaram com a tenacidade das Dandaras e escreveram outra história para suas vidas e para a vida de muitas das pessoas que cruzaram seus caminhos.

Ao realizar esta pesquisa, jamais vislumbrei a intenção de colocar-me como homem falando em nome das mulheres. Mais do que isto, na medida em que a vida destas mulheres se cruzaram, pude ampliar minha compreensão, enquanto homem negro, filho de mulher também negra, que me ensinou o caminho da dignidade, respeito e alteridade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2010.
- ALMEIDA, Aluisio de. Memória histórica sobre Sorocaba. In: *revista de história*, vol. 37, nº 76, 1968.
- ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. São Paulo, Edusc, 1998.
- ANZALDÚA, G. *Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo*, 1980. Disponível em: <[www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880](http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880)>. Acesso em: 10 out. 2013.
- ARAUJO, Maria Paula, FERNANDES, Tania Maria, O diálogo da história oral com a historiografia contemporânea, in: VISCARDI, Claudia M.R., DELGADO, Lucila de A. Neves (orgs), *História Oral: teoria, educação e sociedade*. Juiz de Fora, UFJF, 2006.
- BAIROS, Luiza. *Lembrando Lélia Gonzales* (1998). Disponível em: <[http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia\\_n23\\_p347.pdf](http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n23_p347.pdf)>, Acesso em: 10 out. 2013.
- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Branco e negro em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulista*. São Paulo, Global, 2005.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura: obras escolhidas*, vol. I, São Paulo, Brasiliense, 1987.
- BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.
- BOSI, Ecléa, *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.
- CARDOSO, Ruth Correia Leite. *Movimentos sociais na América Latina* (1987). Revista Brasileira de Ciências Sociais, disponível in <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_03/rbcs03\\_02.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_02.htm)>. Acesso em: 10 out. 2013.
- CARNEIRO, Sueli. *Mulheres em Movimento*, (2003), Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103)>. Acesso em: 10 out. 2013.
- CAVALHEIRO, Carlos Carvalho. *Scenas da escravidão: breve ensaio sobre a escravidão negra em Sorocaba*. Sorocaba, Create, 2006.
- . *Vadios e imorais: preconceito e discriminação em Sorocaba e Médio Tietê*. Sorocaba, Create, 2010.

\_\_\_\_\_. *Nossa gente negra*. Sorocaba, Create, 2013.

COSTA, Angela Marques da. A violência como marca. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz e REIS, Leticia Vidor de Souza (orgs.), *Negras imagens: ensaios sobre a cultura e escravidão no Brasil*. São Paulo, Edusp, 1996.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo, Unesp, 2010.

DOMINGUES, Petrônio. Entre Dandaras e Luizas Mahins: mulheres negras e anti-racismo no Brasil. in: PEREIRA, Amauri e SILVA, Joselina da. (orgs.) *Movimento negro brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte, Nandyala, 2009.

\_\_\_\_\_. *A nova abolição*. São Paulo, Selo Negro, 2008.

\_\_\_\_\_. *Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos*, 2006. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/areas-de-atuacao/questao-racial/afrobrasileiros-e-suas-lutas/1732-petronio-domingues-movimento-negro-brasileiroalguns-apontamentos-historicos>>. Acesso em: 08 fev. 2014.

FARIA, Nalu e NOBRE, Mirian. *Gênero e desigualdade*. São Paulo, SOF, 1997.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo, Global, 2006.

\_\_\_\_\_. *Mudanças Sociais No Brasil*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1960.

Freire, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo, Cortez & Moraes, 1980.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande &senzala*, Rio de Janeiro, José Olímpio, 1933.

GOHN, M.G.M., *Movimentos sociais e educação*. São Paulo, Cortez, 2005.

GOMES, Flavio. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

GOMES, Nilma Lino. *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. Belo Horizonte, Autêntica, 2008.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. De preto a afro-descendente: da cor da pele a categoria científica. In: BARBOSA, Lucia Maria de Assunção et al (orgs.). *De preto a afro-descendente: trajetos de pesquisas sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil*. São Carlos, EduFSCar, 2003.

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo, Ed 34, 1999.

HANCHARD, Michael Goerge. *Orfeu e o poder: Movimento Negro no Rio e São Paulo*

(1945-1988). Rio de Janeiro, EdUERJ, 2001.

HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo, Unesp, 2006.

JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. In: FERREIRA, M. M. , FERNANDES, T. M. e ALBERTI, V. (orgs). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2000.

MEIHY, José Carlos Sebe B. *Os novos rumos da história oral: o caso brasileiro*. In Revista de história, 155 (2º-2006).

MOREIRA, Núbia Regina. *A organização das feministas negras no Brasil*. Vitória da Conquista, Edições UESB, 2011.

MOURA, Clovis. *Rebeliões da senzala*. São Paulo, Ed. Zumbi Ltda, 1959.

MUNANGA, Kabenguele; GOMES, Nilma Lino. *O Negro no Brasil de hoje*. São Paulo, Global, 2010.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento e silêncio*. 1989. Disponível em: <[http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2013.

REIS, Leticia Vidor de Souza. Negro em terra de branco: a reinvenção da identidade. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz e REIS, Leticia Vidor de Souza (orgs.). *Negras imagens: ensaios sobre a cultura e escravidão no Brasil*. São Paulo, Edusp, 1996.

RIBEIRO, Matilde. *Mulheres negras brasileiras: de Bertioga e Beijing*, 1995. Disponível em: <[journal.ufsc.br/index.php/ref/article/download/16459/15033](http://journal.ufsc.br/index.php/ref/article/download/16459/15033)>, Acesso em: 11 out. 2013.

SADER, Eder, *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em Branco e Preto: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. *Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento: o exemplo do centro de memória da Unicamp*, 2006, Disponível em: <[www.ufpa.br/nupe/artigo1.htm](http://www.ufpa.br/nupe/artigo1.htm)>. Acesso em: 28 out. 2013.

SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. Campinas, Ed. Unicamp, 2011.

TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro; PRAXEDES, Vanda Lúcia. História oral e educação: tecendo vínculos e possibilidades pedagógicas. In: VISCARD, Cláudia N.R.; Delgado; LUCÍLIA D. A. Neves (org.). *Teoria, educação e sociedade*. Juiz de Fora, UFJF, 2006.

TELLES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1999.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

VOGT, Carlos. FRY, Peter. *Cafundó: a África no Brasil: linguagem e sociedade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.